

**Evasão na Educação Profissional: estudo
de caso de estudantes com necessidades
específicas no *Campus* Taguatinga do
Instituto Federal de Brasília**

Ana Maria Soares Freire Pereira Leal

Orientadora: Professora Doutora Sónia Alexandre Galinha
Coorientador: Professor Doutor Franclin Nascimento

Santarém
Setembro de 2016



**Evasão na Educação Profissional:
estudo de caso de estudantes com
necessidades específicas no *Campus*
Taguatinga do Instituto Federal de
Brasília**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre do Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém.

Ana Maria Soares Freire Pereira Leal

Orientadora: Professora Doutora Sónia Alexandre Galinha
Coorientador: Professor Doutor Franclin Nascimento

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia.

Dedico também ao meu pai, Arcilon Freire (em memória), à minha mãe, Maria Etiêne Freire (em memória), ao meu esposo, à minha filha, à minha neta e aos meus irmãos.

Dedico todo o meu reconhecimento a todos os estudantes que gentilmente colaboraram com as entrevistas e aceitaram participar delas, compartilhando suas histórias de vida, seu percurso educacional no *Campus* Taguatinga do Instituto Federal de Brasília, suas expectativas e seus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Instituto Federal de Brasília, que, por meio da política de capacitação de servidores, firmou acordo de cooperação técnica com o Instituto Politécnico de Santarém, possibilitando a realização deste trabalho de pesquisa.

Meu sincero reconhecimento a minha orientadora, Professora Doutora Sônia Alexandre Galinha, e a meu coorientador, Professor Doutor Franclin Nascimento, pelo incentivo constante e pelo apoio durante toda a realização do trabalho.

Agradeço imensamente à Professora Doutora Maria Cristina Madeira, pelo carinho e pelo apoio incondicional durante todo o percurso do Mestrado, pois sem ela o acordo de cooperação técnica não teria se firmado.

Meu reconhecimento e meu agradecimento, em especial, ao Professor Doutor Paulo Dias, Coordenador do Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária, leal apoiador a esta proposta de integração.

Agradeço ainda a todos os professores e professoras do Instituto Politécnico de Santarém, com os quais tive o prazer de aprender e compartilhar conhecimentos, durante toda a trajetória do Mestrado.

Agradeço a disponibilidade da Coordenadora do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do *Campus* Taguatinga, Professora Mestre Girlane Maria Ferreira Florindo, que participou desta pesquisa e colaborou para as entrevistas, por compartilhar suas experiências sobre a inclusão das pessoas com necessidades específicas.

Meu mais sincero agradecimento às minhas principais incentivadoras, Fátima Bandeira Hartwig, Ana Cristina Albernaz, Patrícia Santiago, e a todos os meus colegas da turma de Mestrado, pela amizade e pelo apoio em vários momentos desta longa caminhada.

Gostaria também de agradecer a todos os colegas do Instituto Federal de Brasília, pelo apoio e pelo incentivo, em especial ao Diretor-Geral e à equipe de trabalho da Coordenação de Assistência Estudantil, ambos do *Campus* Taguatinga, principalmente pelo apoio e pelas orações.

Meu agradecimento especial ao meu esposo Jairo Leal e à minha filha Camilla Freire, pelo incentivo desde o início do processo seletivo para o Mestrado. Agradeço pelo amor e pela compreensão pelos momentos em que estive presente de corpo e ausente de alma, enquanto me dedicava a esta pesquisa. Agradeço pela presença de cada um de vocês em minha vida.

“O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.”

Paulo Freire.

RESUMO

A educação é direito social de todos e dever do Estado, assim como o acesso ao ensino para as pessoas com necessidades específicas deve ocorrer, preferencialmente, nas salas regulares, conforme determinado em lei. Reconhece-se que esse direito deve acontecer sem discriminação, com base na igualdade de oportunidades, já que todos devem receber o apoio necessário, para facilitar o processo educacional. Na contemporaneidade, vários são os dispositivos legais que garantem o direito à educação para todos. Apesar disso, convive-se com a evasão escolar, exigindo das instituições de ensino ações eficazes na mitigação desse fenômeno, que tem se intensificado. Enquadra-se nessa conjuntura a Educação Social e a necessidade de intervenção por parte dos educadores sociais, com a colaboração das instituições de ensino e da família, para juntos atuarem na prevenção e na atenuação das causas da evasão e do fracasso escolar. Dessa maneira, percebe-se o desafio posto na busca da permanência dos estudantes com necessidades específicas. Esta investigação apresenta o resultado do estudo de caso exploratório, mediante o qual se pretende compreender a resposta à questão da evasão escolar de estudantes com necessidades específicas na educação profissional, assim como entender a atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) no processo de permanência na escola. Nesse sentido, optou-se por desenvolver pesquisa enquadrada nas metodologias qualitativas por meio de coleta de dados, observação participante e entrevista semiestruturada gravada em áudio, em processo ético, confiável e com anonimato. O campo de estudo abrange pesquisa no *Campus* Taguatinga do Instituto Federal de Brasília e a investigação envolve coleta de dados de nove participantes de ambos os sexos, com idades entre 16 e 41 anos, declarados quanto à cor, raça/etnia parda, branca e indígena, oriundos do estado de Goiás e de diversas regiões administrativas do Distrito Federal. Os dados da pesquisa revelam que as principais causas da evasão estão relacionadas ao preconceito e à discriminação praticados por professores e à violência urbana nas proximidades do *Campus*. Depreendeu-se ainda desse estudo, que há comprometimento do Napne com o processo de promoção e permanência, porém esta atuação não é perceptível para os estudantes colaboradores, fazendo-se necessário maior divulgação das ações desenvolvidas pelo Núcleo. Os dados do estudo apontam como principais fatores para a promoção da permanência dos estudantes com necessidades específicas na Instituição, a importância da oferta dos programas de assistência estudantil, a melhoria da acessibilidade do *Campus*, a formação docente numa perspectiva inclusiva e não menos importante, a garantia da segurança pública. Portanto, considera-se que esses fatores são preponderantes para minimizar a evasão escolar.

Palavras-chave: evasão escolar; educação profissional; necessidades específicas; permanência.

ABSTRACT

Education is a social right of all and duty of the State, as well as the access to education for people with special needs should occur, preferably, in the regular classrooms, as established by law. It is recognized that this right should happen without discrimination according to equal opportunities, since everyone should receive the necessary support to facilitate the educational process. In contemporary times, there are many legal provisions that ensure the right to education for all. Nevertheless, it coexists with school drop-out, requiring from educational institutions effective actions in the mitigation of this phenomenon, which it has intensified. Social Education and the necessity for intervention by the social educators fit this situation with the collaboration of educational institutions and family in order to act together in the prevention and attenuation of the causes of dropout and school at failure. Thus, it is realized the challenge faced in the pursuit of permanence of students with specific needs. This research presents the results of exploratory case study through which you want to understand the answer to the issue of dropout students with specific needs in education, as well as understanding the role of the Attendance Center for People with Specific Needs (NAPNE) in the continuing process at school. In this sense, it was decided to develop this research framed in qualitative methodologies through the data collection instruments, participant observation and semi-structured interview recorded into audio in an ethical process, reliable and anonymous. The field of study covers research at Campus Taguatinga from Federal Institute of Brasilia (IFB) and this study includes data collection of nine participants from both genders, aged 16 and 41, declared as the color, mixed race / ethnicity, white and indigenous, from the state of Goias and diverse locations of the Distrito Federal/DF. The survey data shows that the main causes of dropout are related to prejudice and discrimination practiced by teachers and urban violence near to the campus. Moreover, from this study, it is was found that there is involvement of Napne with the promotion and permanence process, but its activities are not noticeable to students who collaborate with this study, making it necessary to ensure greater awareness of the actions developed by the Center. The study data also indicates that the main factors to promote the retention of students with special needs in the institution are the importance of the supply of Students Assistance Program student, the improvement the accessibility of the campus, the teacher training in an inclusive perspective and not least, the public safety guarantee. Therefore, it is considered that these factors are crucial to minimize school truancy.

Keywords: school dropout; professional education; specific needs; permanence.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1 CARACTERIZAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E NOVO OLHAR SOBRE O CONCEITO DE DEFICIÊNCIA	8
1.1 Histórico do Ensino Técnico Profissional no Brasil e caracterização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	8
1.2 Evasão escolar na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	9
1.3 Educação profissional, ação, educação, tecnologia e profissionalização para pessoas com necessidades específicas (TEC NEP)	13
1.4 Novo olhar sobre o conceito de deficiência: lutas e conquistas	15
1.5 Política de ações afirmativas em benefício das classes sociais menos favorecidas ..	18
1.6 Conquista de direitos	20
1.7 Bases normativas para a trajetória da educação inclusiva	23
1.8 Importância da efetividade de ações inclusivas na educação para as pessoas com necessidades específicas: atuação do educador social em contextos complexos	25
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA	28
2.1 Procedimentos metodológicos	28
2.2 Problemática	30
2.3 Caracterização dos locais e dos sujeitos da pesquisa	31
2.4 Caracterização do local de pesquisa I	33
2.4.1 Cursos técnicos de nível médio integrados e subsequentes do <i>Campus</i> Taguatinga	35
2.5 Infraestrutura do <i>Campus</i> Taguatinga	37
2.5.1 Compreensão da infraestrutura do <i>Campus</i> Taguatinga	39
2.6 Caracterização do local de pesquisa II	45

3 ETAPAS DA PESQUISA E INSTRUMENTAIS PARA COLETA DE DADOS	47
3.1 Etapas da pesquisa.....	47
3.2 Procedimentos	48
3.3 Coleta de dados	50
3.4 Técnicas de coleta de dados	51
3.5 Descrição dos instrumentos de coleta de dados	52
4 PERFIL DOS ENTREVISTADOS E DESCORTÍNIO DAS CAUSAS DA EVASÃO	53
4.1 Características dos estudantes pesquisados.....	53
4.2 Caracterização do histórico pessoal do entrevistado: análise e interpretação.....	55
4.2.1 Caracterização do perfil, situação socioeconômica e da escolarização	56
4.2.2 Caracterização da trajetória escolar dos estudantes no <i>Campus</i> Taguatinga do IFB	61
4.3 Contribuições para o desenho de uma proposta de intervenção para mitigar o fenômeno da evasão ou do fracasso escolar no Instituto Federal de Brasília – IFB	81
5 CONCLUSÃO	91
REFERÊNCIAS.....	94

INDICE DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Entrada principal do <i>Campus</i> – Piso tátil	39
Fotografia 2 – Elevador de acesso à biblioteca e ao bloco administrativo	40
Fotografia 3 – Bebedouro, instalado na entrada principal	41
Fotografia 4 – Plataforma elevatória, Auditório	42
Fotografia 5 – Rampa de acesso aos blocos de salas de aula	42
Fotografia 6 – Banheiro feminino do bloco de salas de aula	43
Fotografia 7 – Maçaneta, bloco de salas de aula e laboratório	44
Fotografia 8 – Vagas de estacionamento para pessoas com deficiência.....	44

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Situação Nacional dos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnologia de 2004 a 2011	11
Tabela 2 – Quantitativo de estudantes matriculados em 2013.....	34
Tabela 3 – Quantitativo de estudantes matriculados em 2014.....	34
Tabela 4 – Quantitativo de estudantes matriculados em 2015.....	35
Tabela 5 – Total de estudantes matriculados com necessidades específicas	50
Tabela 6 – Gênero.....	53
Tabela 7 – Faixa Etária	53
Tabela 8 – Cor, raça/etnia	53
Tabela 9 – Renda <i>per capita</i>	54
Tabela 10 – Escolaridade	54
Tabela 11 – Ingresso por Cotas.....	54
Tabela 12 – Inserção por Curso	54
Tabela 13 – Cidade e Estado de Origem.....	54
Tabela 14 – Descrição das Necessidades Específicas Declaradas.....	55
Tabela 15 – Participação em Programas de Promoção à Permanência	55
Tabela 16 – Ano de Evasão	55

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEE	Aluno da Educação Especial
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS ad	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CBO	Catálogo Brasileiro de Ocupações
CDAE	Coordenação de Assistência Estudantil
CDGP	Coordenação de Gestão de Pessoas
CDIN	Coordenação de Ações Inclusivas
CDPD	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
CDRA	Coordenação de Registro Acadêmico
CF	Constituição da República Federativa do Brasil
CID	Classificação Internacional de Doença
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CS	Conselho Superior
CTag	<i>Campus</i> Taguatinga
Db	Decibéis
DF	Distrito Federal
DOU	Diário Oficial da União
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EaD	Educação a Distância
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
EPCT	Educação Profissional, Científica e Tecnológica
FIC	Formação Inicial e Continuada
GDF	Governo do Distrito Federal
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Institutos Federais
IFB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
INES	Instituto Nacional de Surdos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
Libras	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
N	Newton
Napne	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
NBR	Normas Técnicas
ONU	Organização das Nações Unidas
OPS	Organização Pan-americana
PAE	Política de Assistência Estudantil
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PcD	Pessoa com Deficiência
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE	Plano Nacional de Educação
PRO-DF	Programa de Promoção de Desenvolvimento do Distrito Federal
Proeja	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a
Educação	Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RA	Regiões Administrativas
RIMEPES	Rede Ibero-Americana de Estudos sobre Educação Profissional e
	Evasão Escolar
SENAI	Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial
SETEC	Secretaria de Educação Tecnológica
SGA	Sistema de Gestão Acadêmica
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e
	Tecnológica
SNC	Sistema Nervoso Central
TAE	Técnico em Assuntos Educacionais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCU	Tribunal de Contas da União
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade
TGD	Transtorno Global do Desenvolvimento
UnB	Universidade de Brasília

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de Mestrado refere-se a um estudo de caso sobre a evasão escolar de estudantes com necessidades específicas nos cursos técnicos subsequentes e integrados ao ensino médio do *Campus* Taguatinga. Busca compreender a atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, para promover a permanência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) – *Campus* Taguatinga, órgão integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPT).

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica passou por expansão, tanto pela verticalização de sua formação, quanto pelo acolhimento a todo cidadão que a procura, tornando-se modelo de formação profissional, pois todo o espaço escolar se prepara para o atendimento universalizado, independente de quem deseja ingressar nos cursos, segundo Nascimento e Farias (2013).

Nesse cenário de democratização do acesso à educação, porém, aumenta o índice de evasão em todas as modalidades e níveis de ensino. Assim, é de importância que as instituições de ensino, como espaço de formação cidadã, atendam às carências das classes menos favorecidas e à diversidade nas mais variadas formas de exclusão. Nesse sentido, é indispensável o olhar diferenciado para as questões ligadas diretamente às pessoas com necessidades específicas, considerando suas peculiaridades, que contribuem diretamente para o insucesso escolar desses indivíduos.

Dessa maneira, percebe-se a pertinência do tema, que se enquadra na perspectiva da Educação Social, em que se busca entender as causas da evasão escolar e mitigar os efeitos para os estudantes com necessidades específicas, associadas à promoção e ao sucesso acadêmico, decorrente da formação profissional alcançada no *Campus* Taguatinga do IFB.

A investigação possui relevância social, uma vez que a contribuição da Educação Social para esse fenômeno reside em intervir e transformar a realidade, ao desenvolver, com a Instituição e os estudantes, mecanismos, para descobrir novos caminhos e alternativas, considerando-se que é na escola que o estudante se prepara para exercer a cidadania. A escola é condutora e possibilitadora de oportunidades, a fim de tornar as pessoas mais críticas, éticas, conscientes, criativas e democráticas.

Esta pesquisa conta com relevância científica, uma vez que pretende entender a evasão escolar, como alerta social que envolve parcela significativa da sociedade que busca, no IFB, formação, profissionalização e melhor inserção socioprofissional; traz contribuições no sentido de proporcionar respostas ao problema, amplia as formulações teóricas, contribui para o IFB entender o porquê da evasão escolar para o público com necessidades específicas e busca ainda compreender a atuação do Napne no processo de garantia aos direitos dos estudantes (com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e habilidades/superdotação), sobre os quais incidirá esta investigação.

Além da pertinência e da relevância do tema, é necessário ressaltar nossa afinidade pessoal com a temática da inclusão da pessoa com necessidades específicas no âmbito escolar, o que confere motivação para desenvolver pesquisa que venha contribuir para a intervenção social que objetiva o acesso, a promoção e o êxito acadêmico como forma de ação contra o fenômeno da evasão ou do fracasso escolar de uma população em situação de desvantagem social.

Os resultados da pesquisa podem ainda contribuir para outros Institutos Federais com histórico de evasão escolar e conseqüentemente colaborar na mitigação desse fenômeno e atuar como orientação para os docentes, assim como para os estudantes com necessidades específicas a não só apenas permanecerem no IFB, mas conquistarem bases sólidas para a saída exitosa e a inserção socioprofissional.

Como espaço de formação do cidadão, expansão e oferta ampliada de vagas de ensino, os “Institutos Federais ofertam cursos para públicos bastante heterogêneos em termos acadêmicos e sociais”, consoante dados do Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU, 2012, p. 15). São estudantes oriundos de diversas classes sociais, muitos deles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, acometidos de necessidades específicas, trabalhadores, pessoas afastadas há anos do sistema escolar. Esses problemas conjunturais requerem estratégias, para facilitar e promover o sucesso e o êxito acadêmico dessas camadas populacionais.

Enfatiza-se a importância da intervenção pedagógica com cada estudante e da integração da família no envolvimento nesse percurso, de acordo com Figueiras (1999), citado por Nascimento (2009 p. 24): “[...] intervir pedagogicamente com cada aluno, que se perspective a participação dos pais na definição de estratégias de ação que melhorem o

desempenho dos alunos na escola”. Essa ótica é bastante pertinente, dado que não só os pais, mas a interação família-escola, participando da vida acadêmica do estudante, possibilitará haver mais chance de continuidade dos estudos e conquista do êxito acadêmico.

Assim, é essencial impulsionar o envolvimento da comunidade acadêmica (docentes, técnicos administrativos em educação, educadores sociais), além dos pais ou dos responsáveis, objetivando proporcionar ao estudante com necessidades específicas o apoio necessário para seu desenvolvimento pleno, que extrapola o cognitivo, visando a sua integralidade, para garantir o bem-estar e a promoção como cidadão.

Os objetivos gerais desta dissertação consistem em identificar quais fatores influenciaram na evasão escolar de estudantes com necessidades específicas nos cursos de formação profissional de nível médio do *Campus* Taguatinga do Instituto Federal de Brasília e compreender a atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas para promoção, permanência e sucesso acadêmico desses estudantes.

Já os objetivos específicos são a) caracterizar os estudantes com necessidades específicas evadidos de 2013 a 2015 do *Campus* Taguatinga do IFB, conhecer o perfil dos que se encontram em situação de evasão escolar; b) investigar os fatores familiar, socioeconômico e institucional, para detectar as principais dificuldades sentidas no percurso que culminaram na evasão ou no fracasso escolar e c) identificar se o Napne contribui para promoção e permanência dos estudantes com necessidades específicas.

A metodologia utilizada nesta pesquisa tem por base o desenvolvimento de técnicas diversificadas, como revisão bibliográfica, análise documental, observação participante e estudo de caso exploratório, sobre a evasão de estudantes com necessidades específicas dos cursos de formação profissional, a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com esse público e também da gestão do Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) do Instituto Federal de Brasília – *Campus* Taguatinga.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos, de forma a permitir melhor compreensão da exposição teórico-metodológica utilizada, a contextualização do tema, a apresentação de dados bibliográficos sobre evasão escolar de estudantes com necessidades específicas na educação profissional, nos Cursos Técnicos Integrados em Eletromecânica,

Proeja em Artesanato, Cursos Técnicos Subsequentes em Eletromecânica, Manutenção e Suporte em Informática e Vestuário.

Apresenta-se também o desenho de uma proposta de intervenção para o contexto educacional em favor do acesso, do desenvolvimento e da autonomia das pessoas com necessidades específicas, assim como objetiva mitigar o fenômeno da evasão desse segmento populacional. A proposta foi elaborada com a colaboração do Educador Social, profissional facilitador de estratégias adequadas às classes menos favorecidas.

O primeiro capítulo apresenta, em linhas gerais, breve histórico do Ensino Técnico Profissional no Brasil, passando pelo processo de expansão, que instituiu a nova Rede Federal e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essas Instituições objetivam atender às classes menos favorecidas; com isso têm recebido público homogêneo e vivenciado o fenômeno da evasão. Contextualiza igualmente a trajetória da pessoa com necessidades específicas, desde a luta para efetivação da conquista de direitos, como o acesso à educação, como bem público e de qualidade, ofertado a todos nesse espaço de formação cidadã.

O segundo capítulo foca nos procedimentos metodológicos adotados para recolher dados e problematiza a evasão escolar dos estudantes com necessidades específicas na educação profissional, buscando apresentar algumas informações, sistematizar e analisar as causas, bem como apresenta o local da pesquisa.

O terceiro capítulo visa apresentar os instrumentais utilizados na coleta de dados, descrever as etapas que foram realizadas em três momentos, explicar a sequência adotada para a coleta de dados com vista a compreender a evasão escolar, que tem atingido as pessoas com necessidades específicas.

O quarto capítulo apresenta a análise e a interpretação do resultado das entrevistas com os sujeitos inquiridos, traçando perfil de suas características, assim como almeja compreender as causas que culminaram na evasão escolar desses cidadãos.

Após esses procedimentos, tecem-se as considerações finais e as conclusões. Na continuidade alinham-se as referências consultadas, assim como os anexos, em que se encontra o Guiões de Entrevistas (anexos “C” e “E”) e a análise de conteúdo das entrevistas (anexos “D” e “F”).

Enquadramento Teórico

Sobre o acesso à educação, vários instrumentos garantem o direito de acesso ao sistema de ensino. A Constituição da República Federativa do Brasil (CF), (1988, p. 77) foi precursora, ao afirmar o direito de todos à educação, como bem público e de qualidade. A Carta preceitua no art. 205 que "[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, destinou capítulo ao tratamento da educação especial, a modalidade de ensino proposta para o público desta investigação. Para isso, torna-se necessário entendê-la como expressa no art. 58: “[...] modalidade de educação escolar, oferecida referencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais [...]” ou específicas, na condição de compromisso com o princípio da igualdade de direito para todos.

Para falar da evasão na educação profissional de estudantes com necessidades específicas, é necessário proceder ao resgate dos principais conceitos que envolvem esse fenômeno, tão presente na contemporaneidade, assim como compreender os motivos que resultaram na acentuação desse processo. Assim, tenciona-se, neste estudo, auxiliar o IFB, bem como outras instituições de ensino, estudiosos da área, entre outros que desejam entender as causas da evasão escolar desses estudantes, enfatizando que não se esgota aqui, nem é pretensão fazê-lo, visto que é discussão que ultrapassa a Academia e requer muito estudo e intervenções, para abrandar e compreender a temática.

Para isso, utilizou-se revisão bibliográfica, para fundamentar este estudo, aplicou-se a metodologia de estudo de caso exploratório e observação participante propostas por Gil (2009) e autores como Gil (2008) e Minayo (2001, 2010), entre outros que tratam da pesquisa social, como aquela que é capaz de atender às exigências e à complexidade do sistema educacional.

Sobressai que existem diversas pesquisas na área de educação profissional, mas, em relação ao tema da evasão escolar de estudantes com necessidades específicas na

Educação Profissional no Brasil, as investigações são escassas e encontram-se apenas estudos que tratam de evasão de modo geral.

A “[...] pesquisa sobre evasão escolar no ensino técnico no Brasil encontra um de seus maiores desafios na escassez de informações sobre o assunto, que abrange tanto o referencial teórico quanto o empírico e cria dificuldades adicionais à pesquisa na construção de indicadores adequados à investigação do problema [...]”, para Dore, Lüscher, Bonfim, 2008, citados por Dore, Lüscher, (2011, p. 157).

Para Lüscher e Dore (2011), as principais causas da evasão podem ser compreendidas em aspectos estruturais (localização da residência, transporte, estágio); econômicos (horário de trabalho, desemprego, problemas financeiros); culturais (influência de crenças e hábitos); sociais (problemas de relacionamento); conjunturais (saúde, não gostar do curso, não adaptação); educacionais (despreparo dos alunos).

Segundo Gaioso (2005) trata igualmente da evasão escolar como fenômeno social complexo, definido como interrupção no ciclo de estudos. A autora Dore (2014, p. 317) conceitua o termo abandono escolar como situação na qual “[...] o aluno foi matriculado e participou de pelo menos 25% do ano letivo, mas saiu sem obter o diploma técnico, por não concluir algumas das etapas obrigatórias do curso: disciplina (s); estágio; relatório de estágio”.

Como se percebe, a evasão escolar está associada a causas pessoais, sociais e institucionais; com a democratização do acesso à educação, as instituições públicas tendem a receber expressivo número de pessoas provindas de classes sociais menos favorecidas, dentre elas, pessoas com deficiência, as quais, ao chegarem a esse espaço, deparam-se a barreiras que impedem o seu sucesso e as excluem, por não lhes proporcionarem os meios necessários para o seu acesso pleno à educação, como direito de todos.

Ademais, para corroborar o exposto, o “Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras” (PAIUB), elaborado pela Comissão Especial de Estudos da Evasão (BRASIL, 1994), discorre sobre esses três fatores: a) características individuais do estudante; b) internos às instituições e c) externos às instituições.

Histórico

Em 1990, iniciou-se o movimento relativo à educação para todos, em Jomtien, na Tailândia, com a Conferência Mundial, que reuniu 155 países, os quais elaboraram a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos” e o “Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”, com a finalidade de garantir o atendimento às necessidades básicas de aprendizado de todos.

Outro momento crucial de conquistas para as pessoas com necessidades específicas ocorreu na Espanha, em 1994, com a “Declaração de Salamanca, sobre os Princípios, Políticas e Práticas na Área das Pessoas com Necessidades Educativas Especiais”, reafirmando princípios, regras e padrões da Conferência Mundial de 1990, como a equalização de oportunidade para pessoas com deficiência, conforme os contributos de Honora e Frizanco (2008, pp. 20-21).

Nesse espaço de afirmação e reafirmação do direito à educação das pessoas com necessidades específicas, compreende-se a educação como a principal ferramenta para o fundamento da vida social, como fio condutor, para transmitir e ampliar a cultura, assegurar o exercício da cidadania, em prol da construção de saberes necessários à prática laborativa, visando à inserção da diversidade para a transformação social, a fim de construir um mundo melhor, mais justo e igualitário, livre de preconceito e discriminação e em prol da educação inclusiva.

1 CARACTERIZAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E NOVO OLHAR SOBRE O CONCEITO DE DEFICIÊNCIA

1.1 Histórico do Ensino Técnico Profissional no Brasil e caracterização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) foi criada em 1909, ou seja, há mais de um século. Passou por um processo de expansão, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a nova Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A ideia de criação dessas novas instituições despontou no bojo do segundo mandato do Presidente Lula, *Luiz Inácio Lula da Silva* (grifo no original), o qual, dentre outras medidas, foi marcado pela determinação do então Presidente de assegurar à educação e, particularmente, à educação tecnológica lugar privilegiado nas políticas do Governo, consoante Pacheco, Pereira e Sobrinho (2010).

Ainda para os mesmos autores, enfatizam que, para assegurar as atuais expansão e modernização da Educação Profissional e Tecnológica, foi imprescindível intenso esforço político, para revogar a reforma da Educação Profissional ocorrida em 1997, regulamentada pelo Decreto nº 2.208/97, pela Medida Provisória nº 1.549/97 e pela Portaria nº 646/97. De acordo com os autores, citando Manfred (2002, p. 294), essa reforma legitimou um projeto não consensual, provocando, por um lado, “o dissenso quanto à sua implementação e, por outro, a desestruturação das redes de ensino preexistentes”.

Essa Medida Provisória (MP) definiu que a criação de novas unidades de ensino somente deveria ocorrer mediante parceria dos estados, dos municípios, do Distrito Federal e do setor produtivo ou das organizações não governamentais, ou seja, essa MP eximiu a União da responsabilidade de continuar participando da expansão da rede técnica federal, de acordo com Pacheco, Pereira e Sobrinho (2010), citando Manfred (2002).

A Rede Federal de EPCT, segundo Nascimento e Faria (2013, p. 15), foi criada em 1909, como Escola de Aprendizes Artífices, para “[...] dar aos ‘desvalidos da sorte’ uma possibilidade de terem uma profissão e, ao mesmo tempo, dar-lhes o mesmo espaço

físico em que pudessem, além disso, ter seus passos acompanhados por isso os livraria do crime”.

Consoante os mesmos autores, a Rede Federal possibilitaria criar a primeira oportunidade de desenvolvimento de uma instituição inclusiva, uma vez que trazia para a Instituição pessoas recém-alforriadas, sem a mínima expectativa de futuro, sem condições dignas de sobrevivência, como moradia, alimentação, trabalho e renda.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta pelos Institutos Federais, pela Universidade Federal Tecnológica do Paraná, criada por meio da Lei nº 11.184, de 2005, pelos Centros Federais de Educação Tecnológica, criados pela Lei nº 6.545, de 1978, pelas Escolas Técnicas, criadas por intermédio da Lei nº 11.892, de 2008, pela Portaria MEC nº 907, de 2013, e pelo Colégio Pedro II, mediante o Decreto Imperial, de 1837, e a Portaria MEC nº 1.291, de 2013. De acordo com Pacheco, Pereira e Sobrinho (2010, p. 72), “[...] para muitos profissionais e gestores dessa modalidade de educação, já se convencionou nomear as novas instituições apenas como Institutos Federais”.

Os Institutos Federais possuem características de natureza pluricurricular e multicampi, na oferta de “educação profissional e tecnológica pública federal tornou-se referência para todo o país”, conforme os autores Pacheco, Pereira e Sobrinho (2010, p. 83), nos diferentes níveis e modalidades de ensino, visando qualificar cidadãos, para atuarem nos desenvolvimentos local, regional e nacional, em processo de inclusão educacional e inserção socioprofissional para os diversos setores da economia.

1.2 Evasão escolar na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

A Rede de Educação Profissional vem ganhando espaço e reconhecimento pela legitimidade em oferecer cursos de qualificação em Formação Inicial e Continuada (FIC), cursos de nível médio integrado ao ensino técnico, cursos técnicos subsequentes, cursos superiores de tecnologia, licenciatura, bacharelado e programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, objetivando atender às classes menos favorecidas, ofertando mão de obra cada vez mais qualificada e trazendo mais oportunidade para garantir a tríade educação, pesquisa e extensão.

Diante da expansão da oferta de educação em todos os níveis de ensino, observa-se, entretanto, que tem crescido o índice de evasão escolar nos Institutos Federais, nas diversas modalidades de ensino. O que se percebe é que o mercado de trabalho tem exigido cada vez mais um profissional capacitado, com diversas habilidades para inserção socioprofissional, ora incluyente ora excluyente, prejudicial para quem não consegue formação.

Embora preconizada pela Constituição Federal, a oferta de educação para todos, como direito social pleno, percebe-se que as instituições de ensino não conseguem garantir a permanência de todos os segmentos da sociedade e principalmente dos estudantes com necessidades específicas. O que se constata é o elevado índice de evasão escolar em todo o país, que tem se tornado desafio para as instituições de ensino e os gestores.

De acordo com Esteban (2007, p. 12),

Viver o cotidiano escolar das classes populares é se comprometer com a produção diária do êxito como uma possibilidade real para um segmento social historicamente negado, marginalizado, abandonado, fracassado, refletido nos elevados índices de evasão escolar, onde a subordinação, o autoritarismo, o controle unidirecional, a coerção, a distância, o não-reconhecimento da qualidade do outro são incompatíveis com o diálogo e a partilha de poder que a democratização requer.

Na visão de Esteban, as instituições públicas de ensino, de emancipação dos cidadãos, espaço de reconhecimento para todos, não cumprem seu papel, pois não conseguem assegurar a permanência escolar de grupos menos favorecidos, contribuindo para o não reconhecimento das diferenças, principalmente as de grupos excluídos socialmente.

A evasão escolar é tema que tem gerado preocupação não só para os gestores dos Institutos Federais (IF), mas para muitos que integram a comunidade escolar no espaço de formação cidadã, assim como para o órgão de fiscalização do Governo, como se pode verificar na Tabela 1 pelos dados colhidos no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional Científica e Tecnológica (SISTEC), citados no Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU).

A evasão escolar é fenômeno que tem gerado expressivo desafio para as instituições de ensino; para a Rede Federal de EPT, não é diferente, uma vez que pesquisas descortinam a relevância a ser dada a esse tema, que comunga com outros dois indicadores

de alerta, a retenção e o baixo percentual de concluintes, principalmente na Educação Básica, no nível médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, e no Ensino Médio Subsequente, segundo exposto na mesma Tabela sobre a situação Nacional dos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnologia de 2004 a 2011.

Tabela 1 - Situação Nacional dos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnologia de 2004 a 2011

	TIPO DE CURSO	EVASÃO	RETENÇÃO	CONCLUSÃO
EDUCAÇÃO BÁSICA	Ensino Médio Integrado ao Técnico	6,4%	17%	46,8%
	Proeja Ensino Médio	24,0%	22%	37,5%
	Subsequente Ensino Médio	18,9%	35%	31,4%

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Relatório de Auditoria do TCU – Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica – 2012.

Destaca-se que a evasão pode ser definida como condição do estudante que, matriculado em determinada série, em determinado ano letivo, não se matricula na escola no ano seguinte, independentemente do rendimento escolar, de ter sido aprovado ou reprovado, conforme o Anuário Brasileiro de Educação Básica (2012).

Já a retenção pode ser conceituada como o número de matrículas que permanecem ativas com situação “em curso” ou “integralizado”, após a data prevista para o término do ciclo de matrícula do curso (estudantes que ainda não concluíram o curso, mesmo transcorrido o tempo previsto de conclusão), segundo informações do Documento Orientador SETEC/MEC (2012).

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União (TCU)¹, baseado nos dados extraídos do SISTEC quanto à evasão na Rede Federal de Educação Profissional, dá as seguintes orientações, para minimizar esse fenômeno:

9.1 do Diário Oficial da União à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), em suas competências definidas no Decreto 7.690, de 2 de março de 2012, com fulcro no Art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, devem atentar para o que está proposto:

¹ Acórdão nº 506/2013, Tribunal de Contas da União – Plenário. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 de março de 2013.

9.1.1. Institua, em conjunto com os Institutos Federais, plano voltado ao tratamento da evasão na Rede Federal de Educação Profissional, que contemple:

a) levantamento de dados de variáveis que permitam identificar estudantes com maior propensão de evasão; b) inserção nos Termos de Acordos, de Metas e compromissos de indicadores de evasão, retenção e conclusão, desagregados para diferentes modalidades de cursos (Médio Integral, Licenciatura, etc.); c) análise quanto à viabilidade de adequação dos critérios PNAES ou de normatização/regulamentação de outras linhas de assistência estudantil voltadas ao atendimento de estudantes com risco de evasão; d) garantia de alocação de profissionais para realizar o acompanhamento escolar e social de estudantes nos *campi*; e) o fomento à participação de estudantes em programas de reforço escolar, assim como a sua participação como tutores e monitores.

Diante de tal cenário, foi publicada, no Diário Oficial da União, a Portaria n.º 39, de 22 de novembro de 2013, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, que institui o Grupo de Trabalho (GT) com a atribuição de elaborar

[...] relatório dos índices de evasão, retenção e conclusão desagregados para diferentes modalidades de cursos; e elaborar manual de orientação para o combate à evasão, incluindo o diagnóstico de aluno ingressante com propensão à evasão, identificação das causas e utilização de monitorias, tutorias e reforço escolar.

Dessa forma, percebe-se o empenho do TCU, como instituição governamental fiscalizadora da Administração Pública da União, ao se referir ao Ministério da Educação, assim como a outras entidades de apoio a pesquisa, em identificar as causas, reduzir os índices de evasão e retenção escolar nos Institutos Federais.

Em resposta às demandas do TCU, o Grupo de Trabalho elaborou o “Documento Orientador”, por meio do qual são adotadas ações para nortear, superar a evasão e a retenção escolar, a fim de garantir o direito à educação, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, que regula o sucesso escolar no processo educacional, o qual deve ocorrer em igualdade de condição para o acesso e a permanência escolar, a valorização do profissional da educação escolar e a vinculação entre educação escolar, trabalho e práticas sociais.

Ademais, para atenuar e entender as causas da evasão escolar, foram realizados quatro Colóquios Internacionais de Educação Profissional e Evasão Escolar, o último em 2015, com suporte de apoio à pesquisa. Frisa-se a participação da Autarquia e da Agência

Pública de Pesquisa, vinculada ao Ministério da Educação, que atua na expansão e na consolidação do Mestrado e do Doutorado no país, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão público com o objetivo de incentivar a pesquisa no Brasil, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

1.3 Educação profissional, ação, educação, tecnologia e profissionalização para pessoas com necessidades específicas (TEC NEP)

A Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do art. 39 ao 42, dispõe sobre a Educação Profissional, caracterizando-a como “[...] integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia”. Visa conduzir o cidadão ao permanente desenvolvimento “de aptidões para a vida produtiva”.

A Educação Profissional e Tecnológica está prevista como modalidade de educação que se integra aos diferentes níveis e etapas de educação, insere-se no mundo do trabalho, da ciência e da tecnologia, conforme disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Assim, os cursos de educação profissional e tecnológica se articulam com a educação básica, a educação superior, as modalidades de educação de jovens e adultos e a educação a distância.

Pensar nas diferentes formas de educação e no direito de todos a ela, como direito social regulamentado em várias leis, representa significativa conquista para a sociedade, mas é preciso efetivar a formação de cidadãos com deficiência, objetivando a inserção socioprofissional. Para Ribas (2011, p. 93), “A importância da educação regular e profissional no processo de qualificação de pessoas com deficiência para que elas possam ter efetiva empregabilidade no mercado de trabalho”.

Hoje, o discurso da inclusão, seja por meio da escola seja do mercado de trabalho, tem se intensificado para as pessoas com necessidades específicas, em razão da implantação de políticas, tanto de legislação, como de projetos de níveis nacional e regional, sendo muitas dessas conquistas fruto da mobilização social e dos representantes da categoria.

A inclusão social também se acentua na vida socioprofissional, mas é necessário romper alguns costumes e preparar-se para se incluir no mundo do trabalho, uma vez que se percebe que este está mais sensibilizado e conscientizado sobre as questões que envolvem as deficiências, mas constata-se, na prática, que não é suficiente para incluir de fato essas pessoas, mesmo as qualificadas profissionalmente, conforme afirma Sasaki, (2013). De acordo com o autor, para que se concretize a inserção socioprofissional da pessoa com necessidades específicas, são necessárias algumas mudanças arquitetônicas e atitudinais por parte das empresas, bem como a aquisição de *software* e itens de tecnologia assistiva.

O autor ratifica que a quebra de paradigma da passagem da visão integrativa para a inclusiva foi fundamental para o expressivo avanço na área da “educação profissional e tecnológica” das pessoas com deficiência. Ele ainda acrescenta que, no processo integrativo, o estudante tinha que se adaptar à escola, ao passo que a deficiência era a causa das dificuldades de inserção e aprendizagem, enquanto, no modelo inclusivo, esses sistemas comuns necessitam ser modificados, adaptados e adequados às habilidades dessas pessoas.

Nos ditames da proposta de inserção para integração das pessoas com necessidades específicas no contexto educacional, nasceu a Política de Inclusão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e da Secretaria de Educação Especial do MEC, criada em 2000 para as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Essa ação representou marco na inclusão educacional de um segmento populacional em desvantagem social, como as pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Os trabalhos foram iniciados mediante pesquisas, para identificar, na Rede Federal, instituições de referência no atendimento às pessoas com necessidades específicas; assim foram realizadas reuniões com a Rede Federal, com as Secretarias de Estado de Educação, as Secretarias Municipais, as entidades ligadas à causa e firmadas parcerias com instituições de renome nesse tipo de atendimento, como o Instituto Benjamin Constant, o Instituto Nacional de Educação de Surdo (INES), entre outras.

Em 2011, contudo, a coordenação que respondia pelas ações do Programa TEC NEP foi extinta e não houve tempo hábil para execução e implantação de alguns objetivos

em relação aos Napne, ou seja, a instrumentalização, como a aquisição de recursos multifuncionais e a formação de recursos humanos para inclusão educacional. No entanto, os Napne se organizaram e cada um segue o legado deixado pela Ação TEC NEP.

1.4 Novo olhar sobre o conceito de deficiência: lutas e conquistas

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que assim define (art. 2º):

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Esclarece-se que o termo mencionado nesta pesquisa, para conceituar “pessoa com deficiência”, não foi o proposto pela Lei Brasileira de Inclusão, que é o mesmo definido pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A nova Lei trouxe apenas algumas alterações de redação em relação à Convenção, que manteve o mesmo sentido, mas, sim, o adotado pela Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação, conforme discorre Nascimento e Faria (2013, p. 16):

Em meados de 2000, nasce à primeira experiência de educação profissional e tecnológica inclusiva, o então programa TEC-NEP - Educação, Tecnologia e Profissionalização para **Pessoas com Necessidades Específicas** (deficientes, superdotadas e com Transtornos Globais do Desenvolvimento), proposto por duas secretarias do MEC: Secretaria de Educação Especial e a então Secretaria de Educação Média e Tecnológica.

Assim, criou-se novo olhar, com o nascimento desse novo termo na Rede Federal de Educação Profissional, para tratar da inclusão, na educação profissional, de estudantes com algum tipo de necessidade, consoante ratificam os autores, ao se referirem à inclusão escolar de estudantes com necessidades especiais, como transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos e altas habilidades/superdotação.

Segundo Piovesan, existem quatro fases que descrevem a trajetória das pessoas com deficiência: a) intolerância em relação às pessoas com deficiência, em que a deficiência simboliza impureza, pecado, ou mesmo castigo divino; b) invisibilidade das pessoas com deficiência; c) ótica assistencialista, pautada nas perspectivas médica e

biológica de que a deficiência era “doença a ser curada”, com foco no indivíduo “portador da enfermidade”; d) paradigma dos direitos humanos, em que emerge o direito à inclusão social (Piovesan, 2012).

No antigo Egito, as pessoas acometidas de

[...] doenças graves e deficiências físicas ou problemas mentais eram conhecidas por serem vítimas de maus espíritos, de demônios ou por cometerem pecados em vida anterior que deveriam ser pagos. Dessa maneira, não podiam ser debelados a não ser pela intervenção dos deuses, ou pelo poder divino que era passado aos médicos-sacerdotes que às vezes tinham meios para chegar a esse desiderato. Em sua terapia usavam as preces, os exorcismos, os encantamentos, somados a poções, pomadas, elementos ou também a eventuais cirurgias. (Silva, 1987, pp. 56-57).

Os espartanos praticavam o infanticídio com os nascidos com malformação congênita, por representarem a ira dos deuses. Essas crianças eram julgadas por um conselho de anciãos, que determinavam o tipo de sacrifício, podendo variar desde serem jogadas de precipício, abandonadas em lugares desertos, jogadas em rio, como retornadas aos deuses, conforme pregavam suas crenças.

Menciona-se que no Brasil contemporâneo é comum o infanticídio em tribos indígenas, praticados em crianças acometidas de malformação congênita, gêmeos ou nascidos de relações instáveis, seja por meio do ritual de jogar a criança viva na fogueira, seja deixá-la na mata sozinha como presa fácil para os animais selvagens, seja enterrada viva.

Para Silva e Machado, (2014, p. 31), “[...] o infanticídio gera polêmica uma vez que as famílias ficam divididas entre criar os seus filhos dando-lhes todo carinho necessário e o compromisso de honrar as tradições”. Assim, não é aceito por todas as tribos e a prática tem chamado a atenção de ativistas em direitos humanos, que se posicionam contra o atentado à vida dessas crianças.

As três últimas décadas do século XX foram marcadas pelos manicômios, ou seja, pela era da invisibilidade da pessoa com deficiência ou da invisibilidade social do louco. Independente dos transtornos que as acometiam, elas eram confinadas em instituições para pessoas que possuíam as mesmas limitações e submetidas a regras institucionais rígidas que determinavam todas as ações do interno, sem deixar qualquer opção para interesses pessoais.

As perspectivas médica e biológica que definem a deficiência baseiam-se na lógica de que a deficiência é uma “doença a ser curada” e deve ser objeto de intervenção dos saberes biomédicos. Nesse modelo, “[...] os impedimentos são classificados pela ordem médica, que descreve as lesões e as doenças como desvantagens naturais e indesejadas [...]”, sendo alvo de práticas de reabilitação ou curativas impostas ao corpo, com o objetivo de reverter ou atenuar os sinais da anormalidade, para Diniz, Barbosa e Santos (2009, p. 68).

No intuito de criar modelos consensuais, para conceituar a deficiência, a Organização Mundial da Saúde (OMS) criou em 2001 a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), para descrever o conceito de *impairment* (deficiência), denominada como anormalidade nos órgãos e nos sistemas e nas estruturas do corpo; *disability* (incapacidade), caracterizada como consequência da deficiência do ponto de vista do rendimento funcional, ou seja, do desempenho das atividades; *handicap* (desvantagem), adaptação do indivíduo ao meio ambiente resultante da deficiência e da incapacidade.

A CIF, de acordo com Norma e Buchalla (2005, p. 189), descreve a funcionalidade e a incapacidade relacionadas às condições de saúde, identificando o que uma pessoa “pode ou não pode fazer na sua vida diária”, tendo em vista as funções dos órgãos ou dos sistemas e as estruturas do corpo, assim como as limitações de atividades e da participação social no meio onde a pessoa vive.

O objetivo desse modelo, de acordo com as autoras, é tratar da funcionalidade ligada às funções da estrutura do corpo, assim como da atividade e da participação social. Como a funcionalidade está ligada ao aspecto positivo e a incapacidade, ao negativo, a incapacidade decorre da limitação de suas atividades, da participação social e dos fatores ambientais que podem atuar como facilitares ou impeditivos da participação plena em sociedade.

Para Bartaloti (2012), a CIF define a deficiência como condição do sujeito que se expressa a partir das dificuldades encontradas nos diferentes contextos sociais. Cada sujeito traz uma condição de deficiência própria; por isso, não é possível tratar todas as pessoas nessas condições da mesma maneira, uma vez que cada uma apresenta especificidades.

O século XXI é marcado pela conquista dos direitos humanos, em que emerge o direito à inclusão social da pessoa com deficiência, que ressalta o compromisso do Brasil com as prerrogativas da Convenção da ONU sobre esses direitos, como acesso à educação em todos os níveis de ensino (acesso ao ensino técnico e superior mediante ações de cunho afirmativo); Benefício de Prestação Continuada (BPC) na escola e no trabalho, transporte escolar acessível; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); Educação Bilíngue, Centro-Dia de Referência; ampliação do Programa Minha Casa, Minha Vida II para direito à moradia digna; crédito facilitado para aquisição de produtos de tecnologia assistiva, entre outras conquistas advindas do Plano Viver sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2013, pp. 3-4).

Essas conquistas não se esgotam aí; fruto da política de ações afirmativas, existe o acesso à educação pública de qualidade, que é a democratização do ensino, por meio de cotas sociais e raciais, para promover a igualdade de oportunidades em prol da inclusão de uma sociedade que foi vitimada por preconceitos e discriminação, conforme pode se verificar melhor, a seguir.

1.5 Política de ações afirmativas em benefício das classes sociais menos favorecidas

O IFB atua com ações afirmativas, para democratizar o acesso ao ensino público e de qualidade. O acesso é o principal meio condutor para a democratização, mas é necessário também que a instituição de ensino garanta que todos que ingressam na escola tenham condições de nela permanecer, com êxito, o que, nesse caso, significa vencer todas as etapas exigidas para a conclusão dos estudos.

Nesse sentido, proporciona ao estudante com deficiência, bem como às pessoas denominadas pardas, pretas, indígenas e quilombolas, aos estudantes provenientes de escola pública com renda de até um salário-mínimo e meio, a oferta de 5% de cotas (vagas) no sistema de ingresso na instituição, e ainda prevê auxílio financeiro para o estudante, pela Política de Assistência Estudantil, ofertado pelos Programas de Promoção à Permanência do IFB, para aqueles com renda *per capita* de até um salário-mínimo e meio, com intuito de promover condições favoráveis para a permanência na escola e a conclusão dos estudos.

Os programas de promoção da permanência objetivam proporcionar ao estudante que apresente alta ou moderada vulnerabilidade a qual interfira na sua permanência no Instituto, apoio financeiro para manter os estudos, como complementação das despesas para atendimento prioritário a transporte, material didático e alimentação, segundo a Política de Assistência Estudantil de 2014 do IFB.

Os programas ofertados são auxílio-permanência presencial, de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) ou R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais); auxílio-permanência integrado, de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais); auxílio-Proeja, de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), auxílio-moradia, de R\$ 500,00 (quinhentos reais), e auxílio-criança, de R\$ 300,00 (trezentos reais). Podem ser acumulados até R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) por estudante.

O direito de todos à educação está expresso na Constituição Federal de 1988, mas as pessoas de classes menos favorecidas social e economicamente esbarram na exclusão desse direito, ao não conseguirem a igualdade de oportunidades em sala de aula, ou seja, suas diferenças não são consideradas e acabam contribuindo para elevar o número de estudantes evadidos e retidos, por não conseguirem adaptar-se a um sistema que mais exige do que propõe alternativas para nivelar o ensino, embora com tantas ferramentas para inclusão e promoção da permanência.

Para Mantoan (2006, p.6), “[...] o direito à educação esbarra no problema da igualdade de oportunidades, o que nem sempre se compatibiliza com os ideais inclusivos, pois muitas vezes essa igualdade está a serviço da exclusão e até a justifica”. Para a autora, alguns estudantes podem ficar aquém do sistema de ensino, por não contarem com oportunidade em nível de igualdade de outros, visto que suas especificidades foram desconsideradas.

A igualdade de oportunidades não está relacionada apenas aos estudantes com algum tipo de deficiência, mas há que se pensar ainda nos estudantes que apresentam dificuldade de acompanhar o ensino regular, por apresentarem dificuldade de aprendizagem. Esse gargalo é percebido em todos os níveis de escolaridade, e inúmeros são os prognósticos e os diagnósticos que demandam intervenção individualizada, cabendo aos profissionais de educação social desempenhar esse papel, juntamente com outros profissionais, como agentes de transformação social.

Dessa forma, “[...] é necessário que se pratique uma pedagogia diferenciada que, no caso dos alunos com deficiência, deve implicar para além da utilização de estratégias adequadas às suas possíveis diferenças na aprendizagem, ferramentas que promovam a sua presença e participação ativa”, para Nascimento (2013, p. 2). Assim, deve-se reconhecer as dificuldades, os ritmos de aprendizagem, a necessidade de flexibilização curricular, envolver a família, entre outras estratégias, em prol de educação de qualidade para todos os segmentos sociais.

1.6 Conquista de direitos

A partir da década de 1990, a inclusão na educação ganhou força por meio da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada na cidade de Jomtien – Tailândia, e da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca – Espanha, em 1994. Esta veio legitimar todos os objetivos propostos pela primeira no que diz respeito ao direito à educação para todos, proposta na Declaração Universal dos Direitos Humanos - (ONU, 1948), assim como na Constituição de 1988.

A Declaração de Salamanca², de acordo com Fogli e Filho (2011), constitui a gênese do movimento pela inclusão na educação do final do século XX. Essa Declaração veio ratificar que a inclusão da pessoa com necessidades educacionais especiais ou específicas deve ocorrer nas escolas regulares de ensino, mas há que se atentar para a radicalização do não segregar, já que existem pessoas com necessidades específicas que dependem das escolas de educação especial, ou seja, das salas de aulas não convencionais, para promover o aprendizado de estudantes com sérios agravos nas condições biológica, psicológica e social. A inclusão dessas pessoas nas salas de aulas convencionais tem favorecido a integração entre os estudantes, mas, em determinados casos, não favorece o aprendizado.

² A Declaração de Salamanca, que pretendeu instituir as bases e os fundamentos do processo de construção da Escola Inclusiva, trata-se de Resolução das Nações Unidas, adotada na Assembleia-Geral de 10 de junho de 1994, que apresentou os princípios, as políticas e as práticas na área das Necessidades Educativas Especiais.

Para Barbosa e Gomes (2012, p. 43),

Na Declaração de Salamanca, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem.

Ressalta-se que o atendimento a estudantes com necessidades específicas deve ser feito em classes e instituições especializadas, como as escolas de educação especial. A Declaração de Salamanca, entretanto, orienta a não segregar esses estudantes, o que representaria o fim de algumas instituições de referência nesse tipo de atendimento, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), uma das instituições pioneiras no Brasil, fundada em 1956, com sede em todo o país, como organização de atendimento integral à pessoa com deficiência.

A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU) foi promulgada no Brasil em 2006, com *status* de emenda constitucional, por meio de um decreto legislativo e outro executivo, em que se estabelece o compromisso dos Estados-Parte de reconhecerem o direito à educação das pessoas com deficiência.

Para efetivar tal direito sem discriminação, com base na igualdade de oportunidades, os Estados-Parte asseguram o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida (Resende e Vital, 2008, pp. 146-147):

2. Para a realização desses direitos, os Estados Partes assegurarão que:

- a. As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência;
- b. As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;
- c. Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;
- d. As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;

e. Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de acordo com Resende e Vital (2008, pp. 134-135), assegura que:

A “Comunicação” abrange as línguas, a visualização de textos, o Braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis; [...].

Salienta-se que, embora haja dispositivos legais na CDPD que amparam as adaptações necessárias ao aprendizado do estudante com necessidade específica, há certa resistência por parte de alguns docentes, que acreditam não ser necessário tal procedimento, porquanto demanda tempo maior de dedicação para o planejamento da aula.

Além disso, na maioria das vezes, o que se percebe na prática é um único plano de aula para diversas necessidades acadêmicas do alunado e pouco uso das tecnologias assistivas pelos docentes, contrariando o disposto no Plano Nacional de Educação 2014-2020:³

[...] 4.6. manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades/superdotação; [...].

Esse princípio da CDPD, que trata das adaptações razoáveis, consiste em meio para se eliminarem barreiras, principalmente nos locais de trabalho (Sasaki, 2010), mas também na escola, como necessidade de promover e proteger os direitos da pessoa com deficiência, visando ao êxito acadêmico desses estudantes, consideradas as necessidades individuais.

³ Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e dá outras providências. Atualizada em 1º/12/2014, p. 55. Recuperado em 2 fevereiro, 2016, de <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>.

A tecnologia assistiva tem característica interdisciplinar e funciona por meio de recursos, metodologias, práticas, estratégias e serviços que objetivam promover as adaptações necessárias relativas à atividade e à participação de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou incapacidade, com a intenção de trabalhar autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

A educação inclusiva para deixar de ser cidadania de papel, necessita de mudanças atitudinais com as pessoas com necessidades específicas – assegurar os direitos conquistados. Consoante discorre Mantoan (2003), para incluir, é necessário, primordialmente, melhorar as condições da instituição, de modo que nela se possa formar gerações mais preparadas, para viver a plenitude livremente, sem preconceitos e barreiras.

1.7 Bases normativas para a trajetória da educação inclusiva

A Resolução nº 2, de 11 de fevereiro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e determina a obrigatoriedade da matrícula de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino, com as escolas responsáveis por se organizarem quanto ao atendimento àqueles com necessidades educacionais específicas, assegurando as condições imprescindíveis para a educação de qualidade para todos, funciona como marco legal.

Outro marco na trajetória da educação inclusiva foi a aprovação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que regulamenta a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como meio legal de comunicação e expressão para pessoas surdas. A mesma Lei reconhece a Libras como a segunda língua oficial brasileira:

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Ressalta-se igualmente a Lei nº 13.005, de 25 de julho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência de 10 anos, ou seja, de 2014 a 2024, como elencado nas estratégias de inclusão do estudante com deficiência, para:

[...] 3.7) fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência;

4.6) manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades/superdotação;

4.13) apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues; [...].

A LDB institui a necessidade de capacitação docente para a formação dos profissionais da educação, a fim de atender aos diferentes níveis e modalidade de ensino, visando atendimento integralizado para todos, conforme dispõe o § 3º do inciso III “- realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício”. Essa capacitação pode ocorrer por meio de curso de formação inicial e continuada, assim como cursos na modalidade a distância.

A necessidade de formação profissional também é ratificada na Resolução 24/2013, que regulamenta o funcionamento e as atribuições dos Napne no art. 8º: “[...] d) à promoção de eventos que envolvam a sensibilização e formação de servidores para as práticas inclusivas em âmbito institucional”. Essa ação visa à capacitação e à sensibilização dos profissionais ligados ao Núcleo, bem como é aberta para todos que tenham interesse na inclusão escolar e vem se efetivando pela Coordenação de Assuntos Inclusivos (CDIN) em parceria com os *Campi* do IFB.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a educação especial deve ser ministrada preferencialmente na rede regular de ensino, ou seja, o ensino deve ser ministrado a todos juntos, sem excluir, sem segregar, conforme é preconizado na Conferência de Jomtien e na Declaração de Salamanca. Enfatiza-se que isso somente

ocorrerá, dependendo das limitações e ou das condições biológicas, psicológicas e sociais apresentadas pelo estudante.

1.8 Importância da efetividade de ações inclusivas na educação para as pessoas com necessidades específicas: atuação do educador social em contextos complexos

Percebe-se que a falta de efetividade das políticas educacionais impede que as pessoas com necessidades específicas tenham acesso pleno à educação; portanto, “[...] a política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino [...]” fundamental não consiste apenas na permanência física desses alunos com os demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades (Parecer CNE/CEB 17/2001, p. 12).

Assim, é fundamental inserir na discussão as ideias de se proceder a uma análise da relação da inclusão pela educação, ao considerar o aumento expressivo da diversidade na escola, assim como na sociedade, compreendendo que todos têm direito ao acesso, ao sucesso educativo e à igualdade de oportunidades, exigindo assim, educação para além do pedagógico, destinada ao exercício de cidadania.

Nos primórdios da profissão de educador social, esses profissionais atuavam nas áreas da infância e da adolescência em situação de risco social. Só mais tarde, com a expansão do campo de atuação, com o trabalho voltado a um público cada vez mais heterogêneo, passou a intervir em pessoas em situação de exclusão, atuando nos diferentes aspectos da vida sociocultural e mais precisamente dos dispositivos de cuidado, de educação e de proteção social, de acordo com os contributos de Capul e Lemay (2005).

A atuação dos educadores sociais representa prática que responde às mazelas da sociedade e tem propiciado diferença na vida das pessoas em situação de vulnerabilidade ou exclusão social. Nesse sentido, o educador social é designado a intervir em diversas áreas, como crianças inadaptadas, idosos, toxodependentes, insucesso escolar, pessoas que apresentam múltiplas deficiências, sejam elas físicas, intelectuais, sejam sensoriais, entre outras, atuando a favor dos seus interesses e dos projetos de vida, favorecendo o seu desenvolvimento e a sua autonomia.

Ainda de acordo com os autores Capul e Lemay (2005), destaca-se a inserção do educador social no campo da pessoa com deficiência como profissional promotor de “ideais democráticos para firmar uma vontade emancipadora”. No entanto, entende-se, sobretudo no que concerne a essa inserção, que o direito e o acesso pleno à educação, em perspectiva de inclusão social, consideram estratégias adequadas e diferentes ritmos de aprendizagem.

Nesse sentido, a educação social constitui uma profissão que subsidia a produção de diferença positiva com pessoas menos favorecidas, tomando por base políticas de cunho sociais, e a intervenção de uma multiplicidade de atores, que atuam em instituições assistenciais e organismos com propósitos voltados aos ideais de formação cidadã e desenvolvimento humano.

A educação social tem a atuação centrada “[...] num acompanhamento regular individualizado (em grupo ou não): acompanhamento simultaneamente compreensivo e normativo de um sujeito em dificuldade considerado na sua irreduzível singularidade, com a sua história e o seu drama próprios [...]” de acordo com Capul e Lemay (2005, p. 12). Nesse processo, sua atuação é focada como agente de transformação social e facilitador de descoberta de novos caminhos de percursos de vida e transformação cidadã.

Assim, é papel do educador social, conjuntamente com outros profissionais, “[...] implementar estratégias de atuação eficazes, centradas num processo de socialização dentro e fora do contexto escolar, que possibilite colmatar lacunas e solucionar os problemas das crianças e jovens com deficiência, e que se traduzam em “instrumentos igualitários e de melhoria de vida social e pessoal [...]”, conforme Nascimento, (2014, p. 18, apud Soriano Díaz, 2006, p. 103).

É igualmente papel do educador social propor estratégias de promoção para inclusão social em contexto escolar complexo, tomando por base intervenção socioeducativa que seja pautada pelo diálogo e pela escuta ativa, visando à superação, gerindo as dificuldades, em busca do desenvolvimento de potencialidades dos estudantes para que essas pessoas sejam protagonista da própria história.

Cabe ainda ao educador social, no âmbito escolar, assumir papel importante na inclusão de estudantes com necessidades específicas, para que esse processo seja efetuado juntamente com profissionais especializados em diversas áreas, visando à integração social

e à escolar, para romper as barreiras que cerceiam os direitos desses cidadãos, tão excluídos historicamente e de outros grupos ou pessoas em situação de exclusão social.

Haja vista a trajetória da educação inclusiva, necessita-se discutir a importância da atuação do educador social no contexto educacional, pois ele apresenta novos aspectos no que tange à educação, por ter especificidades na educação inclusiva, objetivando “[...] portanto, a inscrição social de um sujeito para o qual se procura, no movimento, a autonomização e o desenvolvimento ótimo e todas as potencialidades”, para Capul e Lemay (2005, p. 13).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

2.1 Procedimentos metodológicos

Para Gil (2009), no estudo de caso exploratório, o pesquisador não espera obter uma resposta definitiva para o problema investigado, uma vez que busca compreender o fenômeno em profundidade, proporcionar a explicação racional e o porquê do fenômeno. Neste caso, optou-se pelo método, pois permite, posteriormente, investigação mais detalhada com a sistematização de procedimentos, identificando-se, dessa maneira, o desenho de uma proposta para mitigar a evasão.

O estudo de caso, para Bell (1997, p. 22), é "[...] especialmente indicado para investigadores isolados, dado que proporciona uma oportunidade para estudar, de uma forma mais ou menos aprofundada, um determinado aspecto do problema em pouco tempo". Ou seja, o fenômeno é estudado dentro de seu contexto.

Nessa premissa, o estudo de caso representa o delineamento em que são utilizados diversos métodos ou técnicas na coleta de dados, que pode ocorrer por meio da observação participante, da entrevista e da análise de documentos, ou seja, o estudo de caso condiz com as práticas adotadas nesta investigação, já que ele proporciona a utilização de múltiplos procedimentos, para se alcançar o objetivo proposto.

Para ratificar a visão da abrangência das concepções das teorias de abordagem, de acordo com Minayo (2009), a teoria e a metodologia caminham juntas, inseparáveis. Como conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses para o desafio da prática, uma vez que ela inclui conjunto de procedimentos e técnicas, para desvendar a realidade.

Há muitas técnicas de realização do trabalho de campo e da pesquisa qualitativa; uma das principais abordagens é a entrevista, por ser reconhecida como técnica privilegiada de comunicação, proporcionar ao investigador a interação com os colaboradores, que tem na fala o poder de revelar as condições de vida, a expressão dos sistemas de valores e crenças, no entender de Minayo (2009).

Na mesma linha exposta por Minayo, Gil (2009, p. 63) vem ratificar a entrevista como “[...] técnica eficiente para obtenção de dados em profundidade acerca dos mais diversos aspectos da vida social. Aplica-se a praticamente a todos os seguimentos populacionais. Quando bem produzida, possibilita o esclarecimento até mesmo de fatores inconsistentes que determina o comportamento humano”.

A entrevista é uma técnica muito eficiente e, de acordo com Gil (2009, p. 63), “[...] é necessário ressaltar que neste tipo de delineamento os resultados obtidos com as entrevistas só têm valor quando puderem ser contrastados com os decorrentes da utilização de outras técnicas, como a observação e análise documental”. Nesse caso, aplicou-se a sugestão proposta pelo autor - a observação participante e a análise documental, para respaldar esta investigação.

Apesar das vantagens da entrevista, ela apresenta algumas limitações; uma delas reside na obtenção das respostas, que depende exclusivamente do entrevistado - este pode fornecer respostas falsas motivadas por causas conscientes e inconscientes. Essas limitações não se restringem só ao entrevistado, mas também ao entrevistador, que, dadas as circunstâncias, pode influenciar as respostas.

A abordagem qualitativa, na visão de Gatti e André (2011), configura uma holística de fenômenos, isto é, considera todos os componentes de uma situação em suas interações e suas influências recíprocas. Para isso, busca-se interpretar os acontecimentos que se contrapõem à mensuração, ou seja, desvelar processos sociais poucos conhecidos e propiciar novas abordagens das características desse processo.

Percebe-se que a pesquisa qualitativa implica mais vantagens para o investigador, por permitir analisar os fatos e o comportamento social desde aspirações, valores, crenças, atitudes até mais conveniência na descrição dos achados. Por esses motivos, vários pesquisadores a criticam, afirmando que ela é método generalista e representativo.

Nesse sentido, concorda-se com Gil (2009, p. 63), quando ele afirma que os fatos sociais jamais podem ser tratados como coisas, já que são “[...] produzidos por seres que sentem, pensam, agem e reagem, sendo capazes, portanto, de analisar a situação de várias maneiras”. O pesquisador se coloca no lugar desses sujeitos, que têm total influência sobre sua investigação, e os avalia com base em valores sociais.

A observação participante apresenta múltiplas vantagens na coleta de dados em estudo de caso, “de facilitar o rápido acesso a dados relativos a situações habituais em que as pessoas estão envolvidas. Outra vantagem, ainda, é permitir a percepção da realidade do ponto de vista das pessoas pesquisadas e não de um ponto de vista externo”, para Gil (2009, p. 75). Essa proximidade com os pesquisados, por estarem no local da pesquisa, facilita o acesso à informações essenciais para concretizar da investigação.

Para Gatti e André (2011, p. 34), “[...] o uso dos métodos qualitativos trouxe grande e variada contribuição ao avanço do conhecimento em Educação permitindo melhor compreensão dos processos escolares, de aprendizagem, de relações dos processos institucionais e culturais, de socialização e sociabilidade, do cotidiano escolar em suas múltiplas implicações, das formas de mudanças e resiliências presentes nas ações educativas”. Com essa gama de possibilidades de estudo de problemas na educação, permite-se mais aproximação com a realidade e facilita-se atuar interventivamente na causa.

Foram significativas, nesta pesquisa, informações extraídas de leis, regulamentos e normas adotados pelo IFB, assim como de documentos produzidos institucionalmente, como o Plano de Desenvolvimento Institucional, os Regulamentos de Planos de Cursos do CTag e o Regulamento dos Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas.

2.2 Problemática

A evasão escolar de estudantes com necessidades específicas na educação profissional é área pouco explorada, documentada ou até desconhecida. Acharam-se referenciais que abordavam o tema, como artigo apresentado no IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar de (Silva, Silva e Lopes, 2015) do *Campus* Porto Nacional do Instituto Federal de Tocantins e outro do II Workshop Nacional sobre Evasão na Educação Profissional Técnica e Tecnológica do Instituto Federal de Brasília (Novais e Santos, 2016). Desse modo, as investigações ficaram restritas à evasão escolar

como um todo; então, considera-se pertinente debruçar-se sobre essa temática, para compreender esse fenômeno e as causas para esse público específico.

No decorrer do processo de formação acadêmica do *Campus* Taguatinga, percebeu-se a evasão e o abandono escolar de alguns estudantes, visto que alguns evadiam das aulas, outros formalizavam na Coordenação de Registro Acadêmico o pedido de trancamento e cancelamento de matrícula e não retornavam mais aos estudos.

Nesse contexto, esta pesquisa buscou sistematizar e analisar essa situação, bem como apresentar alguns desses dados. Para isso, foram selecionados os cursos técnicos subsequentes e integrados ao ensino médio do primeiro e do segundo semestres de 2013 a 2015, conforme é detalhado no item amostragem da pesquisa. Observa-se que se trata de universo amostral relativamente pequeno, mas que expressa a intenção de um contexto maior. Para Minayo (1992, p. 42), “A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema em suas múltiplas dimensões”.

O fenômeno tratado neste estudo se enquadra no caráter qualitativo exploratório investigador, participante, incide na identificação dos fatos que implicam a evasão escolar de nove inquiridos com matrículas ativas na data da coleta de dados. Pretende compreender a atuação dos Núcleos de Atendimentos aos Estudantes com Necessidades Específicas para promoção e permanência do público-alvo.

Posteriormente, apresenta-se a caracterização do local da pesquisa, a Instituição que contribuiu para a investigação. Ela traduz-se por viés “[...] progressista que entende à educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos, objetivos capazes de modificar a vida social”, segundo, (Pacheco, 2011, p. 17). Para o desenvolvimento de conhecimentos práticos por meio do ensino, pesquisa e extensão acessível a todos.

2.3 Caracterização dos locais e dos sujeitos da pesquisa

Haja vista os aspectos mencionados no que diz respeito à sistematização e à análise das causas da evasão, é necessário discutir o campo e os sujeitos da pesquisa. Destaca-se que três ideias centrais norteiam e orientam o desenvolvimento da pesquisa: a)

defasagem de aprendizagem proveniente das séries iniciais; b) falta de interesse ou motivação pessoal do estudante; c) falta de apoio dos familiares.

Quanto ao local, o Instituto Federal de Brasília (IFB), órgão vinculado à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, foi instituído pela Lei nº 11.892, mediante a transformação da Escola Técnica Federal de Brasília, fundada na década de 1950, com a criação da Escola Agrotécnica de Brasília, situada na cidade de Planaltina, subordinada naquela época à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, objetivando ministrar cursos regulares dos antigos Ginásio e Colegial Agrícola, em Instituto Federal.

A Escola Técnica de Planaltina foi criada em 17 de fevereiro de 1959 pelo Plano de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek (Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959) e pela Exposição de Motivos nº 95 – Diário Oficial da União (DOU) (19/2/1959) - e inaugurada em 21 de abril de 1962 com a denominação de Escola Agrotécnica de Brasília. Era a única instituição de ensino federal a ofertar educação de nível técnico no DF. Essa Escola se encontrava sob a gestão do Governo do Distrito Federal (GDF), antes da lei de criação dos Institutos Federais, em 2008, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2009 a 2013), disponível no sítio do IFB.

Atualmente o IFB é formado por 10 *Campi* distribuídos em Regiões Administrativas do Distrito Federal: Brasília (2009), Ceilândia (2013), Estrutural (2012), Gama (2010), Planaltina (2008), Riacho Fundo (2011), Samambaia (2010), São Sebastião (2011), Taguatinga (2009) e Taguatinga Centro (2012) e uma Reitoria com sede na cidade de Brasília, segundo informações do Núcleo de Comunicação do IFB (2016).

O Instituto Federal de Brasília tem a missão de oferecer ensino, pesquisa e extensão na Educação Profissional e Tecnológica, por meio de inovação, produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometido com a dignidade humana e a justiça social. Como visão, almeja, até 2018, consolidar-se no Distrito Federal como instituição pública de Educação Profissional e Tecnológica de qualidade inclusiva e emancipatória, articulada em rede e com a comunidade. (Plano de Desenvolvimento Institucional de 2014 – 2018, p. 16).

2.4 Caracterização do local de pesquisa I

O *Campus* Taguatinga (CTag) do IFB, situado na cidade de Brasília – DF, na Região Administrativa de Taguatinga, teve origem no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Governo Federal e foi criado a partir da Portaria MEC nº 1.170, de 21 de setembro de 2010, DOU nº 182, de 22.09.2010. Nesse mesmo ano, foram iniciadas as obras de construção da sede definitiva do *Campus*, situada na periferia de Taguatinga, segundo o Plano de Curso de Educação Profissional Técnico de Nível Médio Integrado em Eletromecânica (PC/EMI, 2014, p. 5).

Consoante o PC/EMI, (2014), esse *Campus* oferta Cursos Técnicos Subsequentes nas áreas de Eletromecânica, Vestuário e Informática; Técnico Integrado ao Ensino Médio em Eletromecânica e Proeja com Ênfase em Artesanato; Cursos Superiores de Licenciatura e Bacharelado em Ciência da Computação e Física; Tecnologia em *Design* de Moda e Automação Industrial. Na educação inclusiva, oferta o Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Ainda de acordo com PC/EMI (2011), o *Campus* Taguatinga, para atender aos diversos níveis e modalidades da educação profissional, pretende possibilitar o desenvolvimento integral do estudante, de forma ágil e eficaz, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais, como prescrito no “Plano de Curso de Suporte e Manutenção em Informática”. Apresentam-se a seguir as tabelas dos cursos ofertados pelo *Campus* Taguatinga, bem como o quantitativo de estudantes matriculados de 2013 a 2015, que representa o período investigado.

Tabela 2 – Quantitativo de estudantes matriculados em 2013

Cursos – 2013	Total de Matrículas	Necessidades Específicas
Técnico em Eletromecânica - Subsequente	273	6
Técnico em -Subsequente	157	7
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática - Subsequente	179	8
Técnico em Infraestrutura Escolar - Programa Profucionário	67
Assistente em Produtos de (FIC)	75
Libras Básico (FIC)	78
Libras Intermediário (FIC)	81
Educador Social (FIC)	81
Aprendiz de Mecânica de Manutenção (FIC)	66
Desenvolvedor de Web (FIC)	41
Certificação para Redes de Computadores (FIC)	176
Agente de Controle de Endemias	32
Artesanato com Resíduos Sólidos - Programa Mulheres Mil	108
Total	1.414	21

Fonte: Autora da pesquisa com base nos dados repassados pela CDRA.

Tabela 3 – Quantitativo de estudantes matriculados em 2014

Cursos - 2014	Total de Matrículas	Necessidades Específicas
Bacharelado em Ciência da Computação e Licenciatura em Computação	72
Técnico em Eletromecânica - Subsequente	284	2
Técnico em Vestuário - Subsequente	168	5
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática - Subsequente	173	4
Técnico em Infraestrutura Escolar - Programa Profucionário	67
Libras Básico (FIC)	78
Educador Social (FIC)	77	
Aprendiz de Mecânica de Manutenção (FIC)	33
Assistente em Produtos de Moda (FIC)	58
Teoria e História da Arte (FIC)	30
Norma Regulamentadora 10 (FIC)	32
Total	1.072	11

Fonte: Autora da pesquisa com base nos dados repassados pela CDRA.

Tabela 4 – Quantitativo de estudantes matriculados em 2015

Cursos – 2015	Total de Matrículas	Necessidades Específicas
Bacharelado em Ciência da Computação e Licenciatura em Computação	86
Tecnologia em Design de Moda	32	1
Licenciatura em Física	42
Tecnologia em Automação Industrial	44	
Técnico em Eletromecânica – Subsequente	207	3
Técnico em Vestuário – Subsequente	173	3
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática - Subsequente	146	7
Técnico Integrado ao E. Médio em Eletromecânica – Subsequente	72	2
Técnico em Secretaria Escolar - Programa Profucionário	67
Técnico em Multimeios Didáticos - Programa Profucionário	18
Técnico Integrado em Proeja em Artesanato	66	2
Certificação para Redes de Computadores (FIC)	50
Libras Básico (FIC)	93
Libras Intermediário (FIC)	44
Educador Social (FIC)	41	3
Dança do Ventre e o Empoderamento Feminino (FIC)	71
Total	1.181	21

Fonte: Autora da pesquisa com base nos dados repassados pela CDRA.

2.4.1 Cursos técnicos de nível médio integrados e subsequentes do *Campus Taguatinga*

O Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2014, regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da LDB, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. A educação profissional de nível técnico integrado e subsequente dispõe sobre a articulação entre educação profissional e Ensino Médio e esclarece que esses tipos de ensino podem ocorrer de forma integrada, concomitante ou subsequente. Essas modalidades são especificadas:

[...] I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino Fundamental [...];

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio [...] podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou c) em instituições de ensino distintas; [...];

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

Ressalta-se a necessidade de descrever os cursos de educação profissional técnica, ofertados pela Instituição e objeto deste estudo. O Curso de Técnico Profissional Integrado em Eletromecânica possui carga horária de 3.500 horas e visa à formação de técnico capaz de atuar eficazmente nas diversas áreas do seu campo de atuação profissional, atendendo à demanda local do mercado. O Curso de Técnico Integrado de Jovens e Adultos – Proeja também se destina aos estudantes do Ensino Médio, possui carga horária de 2.880 horas, com foco no eixo de produção cultural e *design* de moda. (PC/EMI, 2014, pp, 2-30).

Ademais, o Curso Técnico Integrado em Proeja destina-se ao público de jovens e adultos, com idade a partir de 18 anos e Ensino fundamental completo, excluídos do sistema educacional, ou àqueles que não tiveram acesso nas faixas etárias denominadas regulares, de acordo com (Plano de Curso Técnico Integrado de Jovens e Adultos em Artesanato, 2013, p.13).

O Curso Técnico em Eletromecânica na modalidade subsequente possui carga horária de 1.380 horas, enfoca a “[...] formação de técnico generalista, capaz de atuar eficazmente em diversas áreas do campo de atuação profissional, atendendo à demanda local do mercado por profissionais técnicos na área”, segundo o Plano de Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente (2011, pp. 4-17).

Já o Curso Técnico em Manutenção e Suporte e Informática (MSI) na modalidade subsequente possui carga horária de 1.021 horas. Objetiva “[...] habilitar os estudantes para o atendimento da demanda local por esse tipo de profissional, oferecendo formação técnica de qualidade que contemple os aspectos teóricos e práticos da profissão, com o intuito alcançar cidadãos que desejem obter uma formação profissional que lhes proporcione empregabilidade, além de ajudar na promoção do desenvolvimento local e regional [...]”, como consta no Plano de Curso de Educação Profissional Técnica de Médio Subsequente em Manutenção e Suporte em Informática (PC/MSI, 2011, pp. 2-8).

O Curso de Técnico em Vestuário na modalidade subsequente possui carga horária de 1.380 horas, objetiva formar profissionais empreendedores, capazes de desenvolver atividades ou funções típicas da área, segundo os padrões de qualidade e produtividade requeridos pela natureza do trabalho do técnico, observadas as normas de

segurança e higiene do trabalho e de preservação ambiental. Define a formação de um técnico do vestuário, profissional que supervisiona o processo de confecção do produto consoante padrões de qualidades, sequência de montagem do produto, considerando as diversas formas de execução e as características de matéria-prima especificada, de acordo com o Plano de Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente em Vestuário (2011, pp. 4,16).

O acesso aos Cursos Técnicos Subsequente e Integrados ao Ensino Médio ou equivalente reconhecido pelo Ministério da Educação são regidos por edital próprio, no qual constam o número de vagas a ser ofertadas, os cursos. A forma de acesso é definida pelas normas do IFB ou norma superior, mediante processo seletivo através de sorteio eletrônico.

2.5 Infraestrutura do *Campus* Taguatinga

O PC/EMI (2014) explica que o *Campus* Taguatinga dispõe de infraestrutura montada para atender às necessidades dos estudantes e dos cursos; para isso, conta com laboratórios de *software*, *hardware*, eletrônica, elétrica, mecânica, usinagem, solda, informática, modelagem, corte e costura. Dispõe de uma equipe de técnicos administrativos em educação, para atuarem nas áreas administrativas, de tecnologia da informação, assistência ao estudante, assistência na área de serviço social, pedagógica e técnicos em assuntos educacionais. São profissionais com formação de nível médio, técnico e em diversas áreas de nível superior e docentes, com estas categorias compostas por especialistas, mestres e doutores.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI - 2014 a 2018) do IFB prevê a instituição da promoção da acessibilidade e do atendimento diferenciado a todas as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, visando à adequação da infraestrutura física dos *Campi*, no sentido de atender à legislação, e está em consonância com sua política de inclusão. Para tanto, o PDI define que:

Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas de comunicação, por pessoa com

deficiência ou mobilidade reduzida. (Plano de Desenvolvimento Institucional - 2014-2018-IFB, 2014, p. 82).

Ainda de acordo com o PDI, (2014, p. 83), o Instituto cumpre a missão de, pelo levantamento feito pelos Napne mediante um “*checklist* da acessibilidade” com orientações do Núcleo de Engenharia, superar barreiras arquitetônicas, adequar espaços, adquirir mobiliário, material desportivo, didático, recursos de tecnologia acessível entre outros. Assim, a proposta é criar uma cultura de valorização e respeito à diversidade, porém é necessário também criar uma cultura de quebra de barreira atitudinais, em prol da valorização das diferenças individuais e conseqüentemente, da valorização da coletividade.

A Lei nº 10.098, de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e nos espaços públicos, entre outros, e ainda traz o conceito de barreiras, como:

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. (Estatuto da Pessoa com Deficiência, 2015, p 22)

Ao debruçar-se na Lei, reflete-se sobre a acessibilidade do CTag, que procura ir ao encontro desse dispositivo, uma vez que o *Campus* dispõe de infraestrutura que facilita a acessibilidade para atender a um público diversificado de estudantes, proporcionando, por meio do Napne, a superação de obstáculos que impeçam a participação plena destes, seja em salas de aulas seja em diversos espaços físicos da Instituição.

Pela observação no local, constata-se que sua infraestrutura é composta por amplas salas de aulas, algumas com ar condicionado, lousa e mobiliários modernos, todas instaladas com *data show*, carteira para pessoas obesas; banheiros adaptados com portas largas, vasos sanitários com fenda frontal e barras de apoio; rampas de acesso ao primeiro andar dos blocos A e B de salas de aulas. Enfatiza-se que há reclamações de estudantes e servidores de que a rampa é muito íngreme, não dispõe de local plano para descanso dos usuários e o corrimão está fora dos padrões de normatização.

Recentemente foram instalados pisos táteis para pessoas cegas; no estacionamento há vagas demarcadas para pessoas com deficiência; o acesso à biblioteca e ao bloco administrativo é realizado pela escada ou pelo elevador panorâmico, porém faz

poucos anos da instalação desse elevador, ou seja, antes o acesso acontecia exclusivamente pela escada, fato que excluía o acesso de estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida a esses locais.

2.5.1 Compreensão da infraestrutura do *Campus Taguatinga*

Para ilustrar o contexto da infraestrutura do *Campus*, incluíram-se fotografias, para demonstrar a acessibilidade física no local, uma vez que esta foi declarada por alguns dos entrevistados como não acessível. Na realidade, esta ainda não é a estrutura ideal, consoante determina a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a Norma Brasileira (NBR) de 2004, mas percebe-se a preocupação de gestores do *Campus*, para atender a esses requisitos - proporcionar estrutura acessível a todos.



Fotografia 1 – Entrada principal do *Campus* – Piso tátil

Fonte: Pesquisadora, 2016.

Foram instaladas faixas de sinalização tátil no piso da entrada principal do *Campus*, conforme a Fotografia 1. Esta apresenta algumas faixas danificadas e outras necessitando de substituição, o que impossibilita a circulação e a autonomia de pessoas com deficiência visual ao CTag sem acompanhante. De acordo com NBR 9050, a sinalização tátil no piso pode ser do tipo de alerta ou direcional. Ambas devem ter cor contrastante com a do piso adjacente e podem ser sobrepostas ou integradas ao piso existente, atendendo às seguintes condições: a) quando sobrepostas, o desnível entre a

superfície do piso existente e a superfície do piso implantado deve ser chanfrado e não exceder 2 mm; b) quando integradas, não deve haver desnível.



Fotografia 2 – Elevador de acesso à biblioteca e ao bloco administrativo
Fonte: Pesquisadora, 2016.

A respeito dos elevadores de passageiros, as normas estabelecem que estes devem atender integralmente ao disposto na ABNT - NBR 13994, de 1994, quanto a sinalização, dimensionamento e características gerais especificadas a seguir. Nota-se que o elevador do CTag seguiu com rigor as normas estabelecidas na regulamentação para acesso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida:

1. Cabina do elevador: dimensão mínima 1,10m x 1,40m; com espelho na face oposta à porta, para permitir visualização de indicações dos pavimentos.
2. Porta: vão livre mínimo 0,80m. A área em frente a porta do elevador terá sua menor dimensão de 1,50m, além da abertura da porta.
3. Botoeiras e comandos, externos e internos: com comunicação tátil (Braille) e auditiva (quando houver números de paradas superior a dois).
4. Piso: revestimento antiderrapante sob qualquer situação, seca ou molhada. Quando revestido com forração, esta deverá ser fixada perfeitamente à superfície.
5. Indicação visual de acessibilidade: junto à porta do elevador fixar o Símbolo Internacional de Acesso. (ABNT - NBR 9050, Capítulos 4, 6 e 10, 1994).

Quando uma parte das obras do *Campus* Taguatinga foram entregues em 2010, a gestão daquele período tomou conhecimento de que houve erro nas dimensões da estrutura do poço, para receber o elevador, impossibilitando sua instalação. Permaneceu-

se de 2010 a 2014, para que o problema fosse sanado e instalado novo equipamento, em espaço improvisado, conforme se verifica na Fotografia 2.

Este elevador foi instalado há pouco tempo; antes o acesso da comunidade acadêmica à biblioteca e ao bloco administrativo ocorria exclusivamente pela escada, o que impossibilitava ou dificultava as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida desse espaço, ou esse acesso era feito conforme se verifica melhor a seguir no contexto da análise de dados.



Fotografia 3 – Bebedouro, instalado na entrada principal

Fonte: Pesquisadora, 2016.

A ABNT - NBR 9050, de 2015, descreve as condições gerais para instalação de bebedouros, como especificação de altura e localização da bica. Assim como determina que a bica deve estar localizada no lado frontal do bebedouro, possuir altura de 0,90 m e permitir a utilização por meio de copo; os controles devem estar localizados na frente do bebedouro ou na lateral próximo à borda frontal.

Essas orientações são necessárias para promover a acessibilidade e a autonomia de pessoas com nanismo, cadeirantes e crianças, mas esse público não pode usufruir esse recurso como deveria, uma vez que os bebedouros do CTag estão fora dos padrões exigidos na norma técnica, embora instalados em locais acessíveis; um único bebedouro atende as recomendações descritas, mas encontra-se no Auditório do *Campus*.

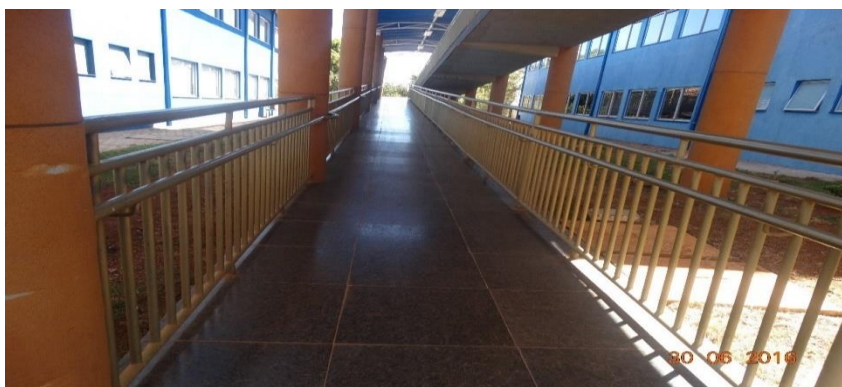


Fotografia 4 – Plataforma elevatória, Auditório

Fonte: Pesquisadora, 2016.

A plataforma elevatória de percurso vertical instalada no auditório cumpre os requisitos de instalação determinados na Norma Brasileira (NBR) nº 9.050, de 2015, quanto aos:

- 1- Desníveis de até 2,0 m em edificações de uso público ou coletivo e desníveis de até 4,0 m em edificações de uso particular, para plataformas de percurso aberto.
- 2- Devem ter fechamento contínuo, sem vãos, em todas as laterais até a altura de 1,10 m do piso da plataforma.



Fotografia 5 – Rampa de acesso aos blocos de salas de aula

Fonte: Pesquisadora, 2016.

A rampa de acesso aos blocos A e B de salas de aula, conforme exposto nesta pesquisa, não está de acordo com as normas da NBR 9.050 de 2004, por ser muito íngreme. Não dispõe de corrimão nos padrões determinados, nem faixas antiderrapantes e apresenta piso escorregadio, que pode ocasionar acidentes em período chuvoso. A NBR ainda orienta que as rampas devem ter leve declive ou ser em nível do chão, assim como especifica que

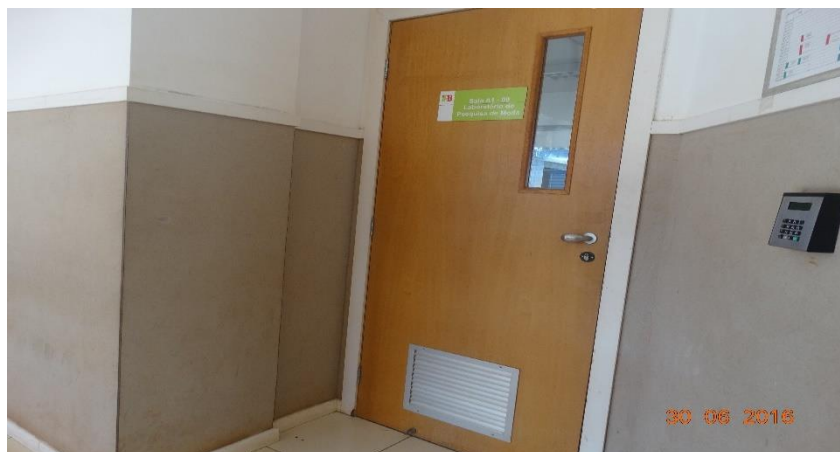
as áreas de circulação devem ter superfície regular, firme e antiderrapante; quando houver escadas, degraus ou rampas, manter obrigatoriamente a instalação de corrimãos nos dois lados, além de toldo cobrindo a entrada em que transitam pessoas em cadeira de rodas.



Fotografia 6 – Banheiro feminino do bloco de salas de aula
Fonte: Pesquisadora, 2016.

No banheiro feminino do *Campus* Taguatinga, a altura das pias e da saboneteira é inacessível aos cadeirantes, às pessoas com nanismo e às crianças, de acordo com o apresentado. Segundo a ABNT NBR-9.050 (2004), os banheiros devem ter espaço suficiente para a passagem de cadeirantes e deve estar localizado próximo à circulação principal, acessível.

Recomenda ainda que a área interna deve ser de, no mínimo, 1,50 x 1,70 m e prevê que todos os sanitários adaptados devem ter barras de apoio para transferência, firmemente fixadas na lateral e no fundo das paredes ou das divisórias. Nesta orientação, o *Campus* cumpre os requisitos de vaso acessível e instalação de barras de apoio.



Fotografia 7 – Maçaneta, bloco de salas de aula e laboratório

Fonte: Pesquisadora, 2016.

Ainda segundo a ABNT 9.050 (2015), as maçanetas devem ser do tipo alavanca, para abertura exclusivamente com um movimento, exigindo força não superior a 36 Newton (N). Devem ser, ainda, instaladas entre 0,90 m e 1,10 m de altura em relação ao piso. Consta-se que a maçaneta não segue as orientações para acessibilidade; todas as maçanetas são do mesmo modelo da Fotografia 7.



Fotografia 8 – Vagas de estacionamento para pessoas com deficiência

Fonte: Arquivo da pesquisadora.

A NBR 9.050 (2015) orienta que o percurso entre o estacionamento de veículos para pessoas com deficiência e idosos deve compor uma rota acessível. Quando da impraticabilidade de se executar rota acessível entre o estacionamento e os acessos, devem ser previstas, em outro local, vagas de estacionamento a uma distância máxima de 50 m até

um local acessível. Nesse sentido, as vagas demarcadas para o público específico encontram-se em conformidade com as recomendações da Norma, por serem disponibilizadas próximas à entrada principal do *Campus*.

2.6 Caracterização do local de pesquisa II

Em 2013 foi aprovada a Portaria nº 24-2013/CS-IFB (Conselho Superior) do IFB, de 16 de outubro de 2013, que regulamenta o funcionamento e as atribuições dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne). Eles são geridos por no mínimo três servidores, sendo um coordenador eleito, um secretário e uma equipe multiprofissional, composta por técnicos administrativos em educação e docentes; todos exercem as atividades voluntariamente, de acordo com a (Resolução 024-2013/CS-IFB, 2003, pp. 2-3).

O Napne tem por finalidade promover a cultura da “educação para a convivência”, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais, de comunicação e, na medida do possível, as atitudinais, de forma a promover inclusão de todos (as) na educação profissional e tecnológica. (Nota Técnica nº 006/2015 – PREN/IFB, 2015, p. 7)

Os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), do Instituto Federal de Brasília, foram criados por meio de portaria publicada pelos *Campi*, são setores consultivos e respondem pelas atividades de inclusão dos estudantes com necessidades específicas. São subordinados à Diretoria de Ensino, Pesquisa e de Extensão e anualmente contam com recursos destinados às ações de inclusão social, nunca inferiores a 1% do orçamento do *Campus*, para a (Resolução 024-2013/CS-IFB, 2003, p. 6)

Ainda de acordo com a Resolução mencionada, os estudantes do IFB contam com uma política de inclusão pelo Napne. Esse local de atuação visa “[...] promover a cultura da “educação para a convivência, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais, de comunicação e, na medida do

possível, as atitudinais, de forma a promover inclusão de todos na educação profissional e tecnológica”, de acordo com a (Resolução 024-2013/CS-IFB, 2003, p. 2)

O Napne do *Campus* Taguatinga foi instituído em 2011, por meio de portaria do Diretor-Geral de *Campus*, é composto por uma equipe multiprofissional comprometida com a causa da inclusão pela educação, desenvolve projetos de extensão em conjunto com os estudantes. Atualmente possui acervo sobre inclusão, equipamentos e *softwares*, para facilitar a inclusão de deficientes visuais como impressora de Braille, regletes, lupa ótica, leitor para cegos, assim como cadeira de rodas entre outros itens de promoção da inclusão, de acordo com informações da Coordenação do Napne CTag.

O Núcleo vem atuando com equipe comprometida e especializada em diversas áreas, tem buscado proporcionar a quebra de barreiras atitudinais por meio da realização de eventos na área da acessibilidade como a ministração de seminários de Extensão: Educação e Tecnologia na inclusão de pessoas cegas, com apoio de instituições ligadas à causa e da Coordenação de Assuntos Inclusivos (CDIN) do IFB, conforme dados da gestão do Napne CTag.

3 ETAPAS DA PESQUISA E INSTRUMENTAIS PARA COLETA DE DADOS

No bojo deste tópico, apresentam-se os procedimentos usados para coleta dos dados que foram determinantes para a concretização da pesquisa de campo, assinalando ainda a importância a ser dada ao sigilo profissional, como compromisso ético com os sujeitos inquiridos. Estabeleceu-se relação de confiança mútua. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram a) revisão bibliográfica; b) análise documental; c) entrevistas semiestruturadas e d) observação participante.

Os critérios estabelecidos para avaliar as causas da evasão no IFB foram determinados pelo quantitativo de estudantes com necessidades específicas que se encontram em situação de não conclusão das etapas fundamentais para sua formação e seu sucesso acadêmico, fatores contextuais que os levaram ao fracasso, à evasão ou ao abandono escolar e atuação dos Napne nos processos de promoção e permanência desses estudantes.

3.1 Etapas da pesquisa

Três momentos foram cruciais para a realização da pesquisa, que teve, como ponto inicial, consultar trabalhos científicos publicados nas áreas da educação profissional e da evasão escolar. Com vista a compreender esse fato que tem assolado o universo escolar, o estudo da evolução das diretrizes que regem a pessoa com necessidades específicas foi um tema, dentre outros, que subsidiaram esta investigação; o segundo momento sucedeu com a pesquisa de campo propriamente dita, com pré-agendamento de data, local e horário para realização das entrevistas semiestruturadas, e o terceiro momento, que se refere à análise e à interpretação dos dados, e requer do pesquisador imparcialidade com relação aos achados e ética na preservação da identidade dos sujeitos e das suas falas.

3.2 Procedimentos

A pesquisa de campo foi realizada com os estudantes do *Campus* Taguatinga dos Cursos Técnicos Profissionalizantes. Para a realização desta, foram solicitadas algumas informações à Coordenação de Registro Acadêmico (CDRA) do CTag, como nome completo do estudante, contato telefônico (celular), e-mail, nome do pai, da mãe ou dos responsáveis legais e número total de estudantes matriculados durante o período listado na pesquisa, para dimensionar o universo de estudantes, percentual de evadidos inquiridos. Foram consultadas ainda informações dos estudantes pelo Sistema de Gestão Acadêmica (SGA) do IFB.

A partir do levantamento desses dados, os estudantes foram contatados por telefone, para agendar as entrevistas, quando foram marcadas datas, locais, horários para o procedimento. As entrevistas foram realizadas de fevereiro a maio de 2016, período em que todos os entrevistados responderam ao mesmo guião de entrevista semiestruturada (anexo “C”).

Esclarece-se que uma das entrevistas foi realizada com auxílio da genitora e do irmão do entrevistado, por ele ser acometido de deficiência auditiva e ter como língua a Libras. Embora a entrevistadora tenha formação básica em Libras, foi necessário esse auxílio, para minimizar possíveis barreiras comunicacionais que pudessem surgir.

Para compreender a atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, como local de inclusão social, foi realizada pesquisa com a Coordenadora, para compreender a efetividade de atuação do Núcleo nos processos de promoção, permanência e sucesso acadêmico dos estudantes com necessidades específicas. A entrevista foi realizada em junho de 2016, no *Campus* Taguatinga, como proposto pela entrevistada. Esta respondeu ao guião de entrevista semiestruturada (anexos “E”).

Todos os modelos de guião das entrevistas aplicados compõem os anexos desta pesquisa, assim como as grelhas de análise de conteúdo, anexos “D” e “F”, realizada no texto, resultante da transcrição das entrevistas efetuadas no registro de áudio. Foi esclarecida a questão do anonimato das entrevistas; todos os nomes foram preservados, optando-se por utilizar nomes de flores, exceto o nome da coordenadora do Napne, mantido, pois ela permitiu a citação.

Complementarmente à interpretação feita dos conteúdos, as citações das entrevistas ilustrarão a análise e a interpretação da informação, bem como os trechos de leis, regulamentos, documentos, livros e artigos que compõem o arcabouço teórico desta pesquisa, servindo, desse modo, para embasar as reflexões aqui levantadas.

As informações apresentadas na pesquisa foram obtidas mediante acordo firmado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e assinado pelos estudantes voluntários, depois de esclarecidos os procedimentos da entrevista e a confiabilidade na garantia do anonimato das informações prestadas, que poderão ser solicitadas em todas as fases da investigação.

Esta pesquisa adotou como referência subsídios empíricos, para coletar informações dos estudantes com necessidades específicas em situação de evasão escolar do Instituto Federal de Brasília - *Campus* Taguatinga, provenientes dos cursos técnicos de nível médio integrado ao ensino técnico em eletromecânica, do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja⁴) e dos cursos de nível técnico nas modalidades subsequentes em vestuário, eletromecânica e manutenção e suporte em informática.

A pesquisa foi realizada apenas com os estudantes dos cursos da Educação Profissional de níveis médio e técnico, de 2013, 2014 e 2015, conforme descrição anterior, porém foram pesquisados todos os matriculados em cursos, modalidades de ensino e estimado o percentual dos acometidos de necessidades específicas, declarados no ato da matrícula, conforme demonstrado na Tabela 5:

⁴ O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), regulamentado pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, destina-se a jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de cursar o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio na idade regular e que buscam também profissionalizar-se.

Tabela 5 – Total de estudantes matriculados com necessidades específicas

Ano	Total de Matriculados	Declarados com necessidades específicas	Percentual de necessidades específicas	Total de Pesquisados
2013	1.414	21	1.485 %	3
2014	1.072	11	1.026%	2
2015	1.181	21	1.778%	5

Fonte: Autora da pesquisa

Esclarece-se que, de 2013 a 2014, só há registro dos estudantes declarados com necessidades específicas oriundos dos cursos técnicos. Em 2015 esses dados se repetem e há uma exceção - o Curso de Educador Social possui estudantes declarados nessas condições. Explica o coordenador de Registro Acadêmico que o Setor só registra o estudante com necessidades específicas que declara, no ato da matrícula, ser acometido dessas condições e entrega laudo médico. Não basta apenas declarar a condição, tem que comprovar com laudo ou relatório médico.

Percebe-se que o quantitativo de estudantes declarados com necessidades específicas não é exato, uma vez que, se o estudante não declarar sua condição de saúde à Instituição ou não a comprovar com laudo médico ou relatório que ateste seu diagnóstico, a Instituição não pode contabilizar esses dados.

Existe outra forma de esses estudantes serem identificados - em sala de aula pelos professores, já que esses profissionais estão no dia a dia com os estudantes; após suspeitarem do prognóstico de déficit cognitivo, devem encaminhá-los para o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas para adoção das providências necessárias, como entrevista com o estudante.

3.3 Coleta de dados

Destaca-se que os estudantes foram selecionados pela especificidade que cada caso apresenta e os convites foram feitos em sequência a vários contatos telefônicos. Outros foram convidados pessoalmente e todas as aceitações ocorreram após breve diálogo relacionado à temática e explicação dos objetivos propostos. Todos se dispuseram a

participar com bastante entusiasmo. Percebeu-se a disponibilidade de cada um de poder contribuir para compreensão desse fenômeno: a evasão escolar ou o fracasso escolar de público específico.

Estabeleceu-se relação de confiança mútua com os entrevistados que contribuíram para esta investigação; foram tratados sempre com respeito, dignidade, e não como meros objetos passivos e receptores de intenções externas, como situações vexatórias de preconceito e discriminação. Todos tiveram a identidade preservada e o sigilo profissional mantido como compromisso ético.

Destaca-se que é necessário dar prioridade à visão e ao ponto de vista dos pesquisados, a partir de sua vivência com o campo de investigação e não da necessidade da pesquisa, de modo a evitar a fragmentação da realidade, rotineiramente provocada, quando as pesquisas em estudo de campo não consideram o público-alvo.

3.4 Técnicas de coleta de dados

Neste tópico, serão apresentadas as técnicas utilizadas para recolhimento dos dados, operacionalizadas por meio de instrumentais como entrevistas semiestruturadas e observação participante, com a finalidade de averiguar o perfil por amostragem dos sujeitos inquiridos e indicar como os dados serão tratados.

Como mencionado, esta é uma pesquisa exploratória na qual se considerou uma primeira abordagem com os próprios estudantes com necessidades específicas em situação de evasão, prosseguindo para elaboração de proposta de intervenção deste público-alvo, o que conduzirá, necessariamente, a que mais intervenientes nesse percurso sejam inseridos.

Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos, empregou-se a metodologia qualitativa. Assim, serão utilizadas, para tabulação dos dados, planilhas do *software* do Excel e, posteriormente, serão geradas tabelas e gráficos nesse *office*, para facilitar o entendimento e a visualização dos achados. Para complementar a interpretação dos dados, foram efetivados testes no *software* livre Weft-qda, que almeja auxiliar a análise da pesquisa de metodologia qualitativa, porém percebeu-se que não contribuiu para elucidar o processo; então, optou-se por usar o método manual, atentando para manter a imparcialidade nos achados, como princípio ético.

3.5 Descrição dos instrumentos de coleta de dados

Ao se partir do mesmo entendimento de Gil (2009), adotou-se o método do estudo de caso, como pesquisa que envolve procedimentos de planejamento, coleta, análise e interpretação de dados, que, embora seja caracterizado pela flexibilização, não deixa de ser método rigoroso, em sua análise, pois dispõe de um conjunto de informações acerca de um grupo, uma comunidade ou uma organização.

De acordo com Yin (2005, p. 16), o estudo de caso é definido como “[...] uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos [...]” e requer muitas habilidades do pesquisador, para realizar entrevistas, observar, entender e analisar documentos.

A coleta de dados é realizada mediante entrevista e técnica de observação participante, que permitem ao pesquisador entrar no mundo da investigação a ser observada, procurando desvendar claramente a realidade do informante. Segundo Gil (2009), a entrevista é uma das técnicas mais flexíveis de todas as utilizadas nas ciências sociais, uma vez que permite aos profissionais que atuam nos grupos humanos aproveitar-se desse método, para coletar dados com objetivos voltados a diagnóstico e fonte de orientação e informação.

De acordo com Gil (2011), nos estudos de natureza qualitativa, não há fórmulas ou receitas predefinidas para orientar os pesquisadores, o que possibilita que a análise dos dados nesse tipo de pesquisa passe a depender da capacidade e do estilo do pesquisador. Este autor menciona ainda que a finalidade da análise de conteúdo não é simplesmente descrever os dados, mas promover algum tipo de explicação sobre eles, o que se buscou fazer nesta pesquisa, compreender que a análise realizada trouxe esclarecimentos sobre a temática de forma a possibilitar e promover intervenção no IFB, a partir das necessidades e dos discursos expostos pelos entrevistados.

4 PERFIL DOS ENTREVISTADOS E DESCORTÍNIO DAS CAUSAS DA EVASÃO

Este Capítulo tem como propósito apresentar os resultados obtidos pelas entrevistas com os sujeitos inquiridos; os achados serão tratados à luz da análise de conteúdo com base na proposta apresentada por Guerra (2006), considerando-se o tipo categorial de levantamento das temáticas e a descrição dos conteúdos, no intuito de identificar os argumentos, as ideias apresentadas em cada temática que corresponderam aos objetivos propostos para elaboração do Guião. Foram consideradas igualmente outras temáticas levantadas nos discursos.

Após a caracterização dos estudantes e do Núcleo de Atendimento a Estudantes com Necessidades Específicas entrevistados no bojo desta pesquisa, iniciou-se o processo de análise de dados, com base na grelha de entrevistas, que objetivou apresentar cada variável bibliográfica, como a inscrição da temática, as categorias, as subcategorias, os indicadores e a unidade de registro.

4.1 Características dos estudantes pesquisados

Tabela 6 – Gênero

A- Gênero	
Masculino	Feminino
7	2

Tabela 7 – Faixa Etária

B- Faixa Etária	
De 14 a 17 anos	1 M
De 18 a 25 anos	2 M 1 F
De 26 a 32 anos	2 M 1 F
De 33 a 45 anos	2 M

Tabela 8 – Cor, raça/etnia

C - Cor, raça/etnia	
Branca	1 M
Parda	4 M 2 F
Preta	1 M
Indígena	1 M

Tabela 9 – Renda per capita

D- Renda per capita	
Até R\$ 220,00	1 M 1 F
De até R\$ 220,01 até R\$ 293,00	-----
De R\$ 393,001 até R\$ 880,00	3 M
De R\$ 880,01 até R\$ 1.320,00	1 M 1 F
Acima de R\$ 1.320,01	1 M

Tabela 10 – Escolaridade

E- Escolaridade	
Ensino Médio Incompleto	1 M 1 F
Ensino Médio Completo	3 M 1 F
Ensino Superior Incompleto	3 M
Ensino Médio Incompleto	1 M 1 F
Ensino Médio Completo	3 M 1 F

Tabela 11 – Ingresso por Cotas

F- Concorreu a Cotas	
Sim	4 M 1 F
Não	3 M 1 F

Tabela 12 – Inserção por Curso

G – Curso	
Técnico Integrado ao Ensino Médio	1 M
Técnico Integrado em Proeja	1 F
Técnico em Vestuário	1 M 1 F
Técnico em Eletromecânica	2 M
Técnico em Informática	2 M 1 F

Nota: Informa-se que no total foram pesquisados 9 alunos, entretanto uma estudante declarou ter cursado o ensino Técnico em Informática e o de Vestuário, totalizando, em relação a este item, 10 pesquisados.

Tabela 13 – Cidade e Estado de Origem

H - Cidade de Origem	
Taguatinga – DF	2 F
Ceilândia – DF	1 M
Riacho Fundo – DF	2 M
Riacho Fundo II – DF	1 M
Samambaia – DF	1 M

Recanto das Emas – DF	1 M
Santo Antônio do Descoberto – GO	1 M

Tabela 14 – Descrição das Necessidades Específicas Declaradas

I- Necessidades específicas	
Crisântemo	Esquizofrenia
Jacinto	Deficiência visual e auditiva
Amarílis	Ceratocone
Delfim	Paraplegia espástica (deficiência física)
Antúrio	Diabetes, dependência química e TDAH Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
Lírio	Dificuldade de aprendizagem
Lisianto	Ceratocone, TDAH
Narciso	TGD e esquizofrenia
Gardênia	Esquizofrenia

Tabela 15 – Participação em Programas de Promoção à Permanência

J - Programas de Promoção à Permanência	
Sim	5 M 2 F
Não	2 M

Tabela 16 – Ano de Evasão

L - Ano da evasão ou do abandono escolar		
2013	M 2	F 1
2014	M 1	F 1
2015	M 4	F 1

Nota: Uma estudante declarou ter saído de um curso em 2013 e do outro em 2014; por esse motivo o número de respondentes é maior que o total de entrevistados.

4.2 Caracterização do histórico pessoal do entrevistado: análise e interpretação

As informações levantadas pelas entrevistas foram organizadas por temáticas, refletindo a percepção dos estudantes. O momento de sistematização e interpretação dos resultados foi a ocasião, para explorar os aspectos apontados.

Assim, de acordo com os objetivos específicos desta pesquisa, inicialmente foi elaborada breve caracterização dos estudantes com necessidades específicas evadidos de

2013 a 2015 do *Campus* Taguatinga do IFB, procurando traçar seu perfil. Em seguida, buscou-se investigar os fatores familiar, socioeconômico e institucional, para detectar as principais dificuldades sentidas no percurso que culminou na evasão ou no fracasso escolar, bem como identificar as contribuições do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas para promoção e permanência dos estudantes com necessidades específicas.

4.2.1 Caracterização do perfil, situação socioeconômica e da escolarização

Para iniciar a **caraterização do perfil, situação socioeconômica e da escolarização**, a amostra desta pesquisa é constituída por nove sujeitos, sete do sexo masculino e dois do feminino, com idades entre 16 e 41 anos, declarados como seis pardas, um branca, um indígena e um preta quanto a cor, raça/etnia. Todos os entrevistados declararam o estado civil como solteiro e sem filhos, com exceção de um, que declarou viver em união estável e ter um filho.

Em síntese, a pesquisa constatou que, **em relação a cor/raça, etnia dos inquiridos**, oito deles estão no rol das pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e, se comparados com as denominadas brancas, têm em média dois anos de escolaridade a menos que estas, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2008.

Para garantir o direito a esses cidadãos, o IFB atua em consonância com a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas instituições federais de ensino superior e técnico de nível médio, ao reservar cotas para ingresso de estudantes autodeclarados pardos, pretos, indígenas e oriundos de escolas públicas, assim como acrescenta a esse público cotas também para pessoas com laudo de deficiência.

Em relação à **área de procedência** dos pesquisados, oito desses estudantes provêm de seis Regiões Administrativas do Distrito Federal (DF), residentes nas cidades de Ceilândia, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, Samambaia, Taguatinga e um é residente em Santo Antônio do Descoberto, no estado de Goiás (GO).

De acordo com o estudo divulgado pela Companhia de Planejamento do DF (Codeplan), o Distrito Federal possui o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, em relação aos índices aferidos como renda por habitante, educação e longevidade. O índice de renda do DF revela a maior diferença entre as 27 unidades da Federação.

A Codeplan e a Pesquisa Distrital por Amostragem Domiciliar (PDAD) DF – 2013 realizaram um estudo que trata, entre outros itens, da renda mensal das regiões administrativas do DF. A renda por pessoa, na média mensal em valores absolutos, referente ao salário mínimo, por recorte de renda da área de procedência dos entrevistados, é a seguinte: a RA de Taguatinga, R\$ 1.639,04, com a maior renda e, na sequência, Riacho Fundo, com R\$ 1.330,00; Riacho Fundo II com, R\$ 750,81; Samambaia, com R\$ 742,00; Ceilândia, com R\$ 718,40 e, por último Recanto das Emas com R\$ 683,00, enquanto a renda por habitante da cidade de Santo Antônio do Descoberto – GO é de R\$ 449,39, em relação ao IDH, de acordo com o resultado do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).

Ao se comparar a renda por pessoa da RA de maior renda no DF, que é o Lago Sul, com renda de R\$ 6.933,40, com a menor renda da área de procedência dos entrevistados, a RA de Recanto das Emas, com renda de R\$ 683,00, o valor é aproximadamente 10 vezes menor que o apresentado pela cidade com maior renda. Assim, percebe-se a disparidade socioeconômica no DF e, embora ele esteja em primeiro lugar no *ranking* do IDH de 2010, a realidade omite o índice de pobreza, de baixa renda, escolaridade e expectativa de vida em muitas RA, de acordo com a pesquisa da (PDAD) DF – 2013)

Nesse caso, de acordo com o recorte feito sobre a renda *per capita*, confirma-se que os sujeitos pesquisados são oriundos de áreas de camadas econômicas baixas, fato que já foi ratificado no estudo de Paixão, Dore, Margiotta e Lauadares (2014), que trata da transição escola – trabalho e dos perfis de estudantes evadidos e diplomados na educação profissional técnica no Brasil.

Em relação ao **curso**, dois desses estudantes declaram ser oriundos dos cursos técnicos integrado ao Ensino Médio em Eletromecânica e Proeja, dois pesquisados são do Curso Técnico em Vestuário, três do Curso Técnico Subsequente em Eletromecânica e três do Curso Técnico Subsequente em Suporte e Manutenção em Informática. Uma estudante

declarou ter cursado o ensino técnico subsequente em Informática e também o Curso de Vestuário; por esse motivo foi contabilizada duas vezes nesse quesito, o que possibilitou que totalizasse 10 entrevistados.

Procedeu-se a um **recorte das taxas de evasão** nos cursos dos estudantes inquiridos na pesquisa sobre a Situação Nacional dos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de 2004 a 2011, na tabela 1, quando se constatou que o Curso Proeja apresenta 24,0% de índice de evasão, o que equivale ao maior percentual se comparado aos do Ensino Técnico Subsequente, que tem 18,9%, e o do Ensino Médio Integrado, com 6,4% da situação exposta neste estudo.

Enfatiza-se a necessidade de **conhecer as necessidades específicas** de cada entrevistado. Os problemas de saúde declarados são esquizofrenia, que acomete três dos entrevistados; deficiência visual, que atinge três inquiridos; TDAH, que acomete dois; dificuldade de aprendizagem, informada por um dos colaboradores; deficiência física, declarada por um dos estudantes; dependência química, informada por um dos entrevistados, e TGD para um dos inquiridos.

Algumas das necessidades específicas descritas pelos entrevistados são caracterizadas como transtorno de déficit de atenção, ou hiperatividade (TDAH), é o que mais apresenta alterações da atenção (transtorno neurológico), ou seja, há dificuldade marcante de prestar atenção a estímulos internos e externos; o sujeito, geralmente criança ou adolescente, tem a capacidade prejudicada, para organizar e completar tarefas, assim como relutância em controlar comportamentos e impulsos; já o conceito de “esquizofrenia; é caracterizada como transtorno mental complexo, que acarreta alteração das funções mais básicas que conferem à pessoa senso de individualidade, unicidade e direção de si; enquanto que a adicção ou dependência química, insere-se também no rol de transtornos mentais e representa qualquer substância química que, quando ingerida, modifica uma ou várias funções do Sistema Nervoso Central (SNC), produzindo efeitos psíquicos e comportamentais, conforme Dalgalarrondo (2008, pp. 108, 330, 344).

Ainda quanto à **descrição das necessidades específicas**, recorre-se ao conceito de TGD, proposto na CID (2010), como sendo “[...] transtornos caracterizados por alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e modalidades de comunicação e por um repertório de interesse e atividades restrito, estereotipado e repetitivo”. Salienta-se

que as patologias que se referem ao TGD são autismo, transtorno de Rett, esquizofrenia, psicose infantil, entre outros, segundo Honora e Frizanco (2008, pp. 164-165). A respeito do diabetes, “[...] é um grupo de doenças metabólicas caracterizadas por hiperglicemia e associadas a complicações, disfunções e insuficiências de vários órgãos” para o (Ministério da Saúde, 2006, p. 9).

Relativamente a se houve **incentivo do pai, da mãe ou do responsável no processo de escolarização** e como ocorreu esse incentivo, a maioria dos inquiridos informaram que sim, com exceção de um que asseverou nunca ter recebido incentivo dos pais para estudar.

Em **resumo**, oito dos respondentes informaram ter recebido incentivo dos genitores ou dos responsáveis no processo de escolarização, mas esse dado não contribuiu para a permanência e o sucesso acadêmico no CTag, pois não basta incentivar, tem que participar; família, escola e intervenção do educador social funcionam, para traçar alternativas para reorganização e reestruturação do percurso escolar, com vistas à promoção da permanência e do sucesso acadêmico, de acordo com Nascimento (2013).

No que diz respeito ao **processo de escolarização ter ocorrido em instituição pública ou particular**, oito desses estudantes são oriundos de escolas públicas e apenas um declarou ter cursado os estudos em instituições pública e particular. Independentemente do tipo de instituição em que o processo de escolarização tenha acontecido, o país tem ratificado a inclusão de todos no contexto educacional. Entende-se que a escola inclusiva é aquela que, na visão de Urbanek e Ross (2011, p. 49), “[...] desempenha um papel relevante nesse processo ao quebrar barreiras, estigmas em relação aos grupos marginalizados, promovendo sempre a aprendizagem de forma conjunta, independente de suas dificuldades e diferenças”.

Com respeito à escolarização dos filhos, se comparada à **escolaridade do pais ou dos responsáveis**, foi informado por dois dos inquiridos que o pai e a mãe nunca frequentaram a escola, a maioria apresenta baixa escolaridade e três declararam ter nível superior incompleto. Os achados confirmam o exposto por Bayma-Freire, Roazzi e Roazz (2015, p. 36), os quais constatarem que o “baixo nível de escolaridade dos pais” de classes menos favorecidas “são fatores de desmotivação para os estudos dos filhos”.

Quanto à **descrição da renda per capita mensal** dos entrevistados, os achados revelaram que dois estudantes declararam receber até um quarto de um salário mínimo mensal, o que equivale a R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais); três recebem até um salário mínimo, que é R\$ 880,00⁵ (oitocentos e oitenta reais); dois recebem até um salário mínimo e meio e um informou ter renda superior a um salário mínimo e meio, ou seja, R\$ 1.182,00 (mil cento e oitenta e dois reais).

Salienta-se que cinco estudantes estão em situação de vulnerabilidade, com dois desses em condição de extrema pobreza. Do ponto de vista econômico, os resultados demonstraram que os estudantes evadidos pertencem a famílias de baixo nível socioeconômico, o que já revela um público com perfil de alerta para evasão e retenção escolar.

Em **síntese**, para corroborar o resultado descrito, apenas dois estudantes têm renda por pessoa inferior a um quarto do salário mínimo, um dos critérios para concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que “[...] constitui uma garantia de renda básica, no valor de um salário mínimo”, tendo sido um direito estabelecido diretamente na Constituição Federal e posteriormente regulamentado a partir da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), destinado às pessoas com deficiência e aos idosos a partir de 65 anos de idade, [...]”. (LOAS, 1993, p. 49).

Em relação ao questionamento **acerca de ter profissão**, cinco inquiridos declararam ser estudantes, um, ser técnico em radiologia, uma informou ser artesã (artista plástica) e outra, maquiadora. Quanto à inserção socioprofissional, constatou-se que oito pesquisados estão desempregados e uma atua no mercado informal, tendo se capacitado nessa área recentemente, após a evasão escolar.

O desemprego e a baixa renda (problemas financeiros) são confirmados neste estudo e foram citados por Lüscher e Dore (2011), que tratam de várias questões que desencadeiam a evasão, entre elas a procedência econômica. Alguns dispositivos legais garantem o **acesso à inserção socioprofissional**, como a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a qual dispõe sobre a contratação de pessoas com deficiência pelas empresas.

5 O salário mínimo em Portugal é de 530 € (quinhentos e trinta euros), conforme informações do sítio. Recuperado em 5 maio, 2016, do sítio <<http://www.pordata.pt/Portugal/Sal%C3%A1rio+m%C3%ADnimo+nacional-7>>.

Para Sasaki (2013), cabe as empresas, como representantes do “mundo do trabalho”, suprimir as barreiras que impedem as pessoas com necessidades específicas de ter acesso integral ao trabalho, mas na prática a realidade é outra - o que se percebe é a alta taxa de desemprego, principalmente desses cidadãos.

4.2.2 Caracterização da trajetória escolar dos estudantes no *Campus Taguatinga* do IFB

No que concerne à caracterização da trajetória escolar dos estudantes, são considerados os seguintes aspectos: se concorreu a cotas para pessoas com necessidades específicas; se houve receptividade por parte dos professores e dos colegas de sala de aula; se os professores estão preparados para ministrar aulas para pessoas com necessidades específicas; se há acessibilidade no *Campus* e até o *Campus*; se falou sobre seu curso; se há causas que culminaram na evasão ou no fracasso escolar; se falou do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas no processo de inclusão da diversidade e da atuação dos profissionais; se houve assistência estudantil no processo educacional e por parte dos profissionais; se houve repasse dos programas de promoção à permanência e contribuição destes para a permanência; se sofreu preconceito ou discriminação, como se sentia no *Campus* Taguatinga.

Relativamente a terem concorrido a **vagas de cotas** para pessoas com necessidades específicas, cinco estudantes declararam que concorreram a cotas e quatro informaram que não. Ao serem questionados sobre a entrega de laudo médico no Registro Acadêmico no ato da matrícula, seis informaram que entregaram e três, que não. Esclareceu-se que os estudantes que declararam, no ato da inscrição, ser acometidos de necessidades específicas são obrigados a entregar laudo, para efetivar a matrícula; caso contrário, terão que concorrer às vagas com ampla concorrência.

Os editais de acesso e ingresso ao IFB preceituam que, **para concorrer ao processo de cotas** para pessoas com deficiência, é obrigatória a apresentação de laudo médico indicando o tipo de deficiência, bem como a Classificação Internacional de Doenças (CID-10). Porém, a Nota Técnica nº 04/2014/ MEC/SECADI/DPEE (2014, p. 3), do Ministério da Educação, orienta que “[...] não se pode considerar imprescindível a

apresentação de laudo médico (diagnóstico clínico) por parte do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, uma vez que o aluno da Educação Especial (AEE) caracteriza-se por atendimento pedagógico e não clínico”.

Assim, percebe-se que o IFB desconhece ou não cumpre a orientação da Nota Técnica do Ministério da Educação, quanto à não obrigatoriedade de apresentação de documentos comprobatórios para estudantes que apresentem “necessidades específicas”. De acordo com o MEC, o laudo médico deve ser solicitado, para nortear questões pedagógicas, enquanto, para o ingresso por cotas para cor, raça/etnia, exige-se do candidato apenas a autodeclaração.

É importante que o Napne tome conhecimento dos casos de estudantes matriculados que apresentam necessidades específicas, mediante comunicado formal da Coordenação de Registro Acadêmico do *Campus*, que deverá encaminhar cópia dos laudos médicos e dos relatórios entregues pelos estudantes que concorreram a cotas para pessoas com deficiência ou que declararam no ato da matrícula ser acometidos de necessidades específicas. Se não há efetividade nessa informação, isso dificulta a atuação do Napne e o estudante pode sair prejudicado.

Foi questionado à coordenação do Napne se os professores têm encaminhado os casos de estudantes que necessitam de alguma adaptação de material pedagógico, de recursos de acessibilidade, porém o que se percebe é que essa ação ainda não ocorre na prática, como se percebe nas indagações seguintes:

[...] tivemos inclusive a notícia que o *Campus* solicitou a vaga de intérprete, que até então não havia sido feita por conta de não reconhecer o caso deste aluno, que inclusive com base na pergunta anterior, esse é um exemplo, que nós só fomos saber que tinha um aluno surdo no curso noturno, porque a mãe veio nos procurar no mês passado. Então, nós ficamos até surpresos porque não tínhamos esses dados anteriormente pelo registro, e nenhum professor, nenhum coordenador daquele curso nos trouxe essa informação, e a gente, inclusive, perdeu muito tempo em ter buscado a solução para esse aluno. Então a gente só pode intervir e buscar essa adequação na medida que a gente soube [...] então a gente orientou a mãe, orientou o próprio aluno, fizemos memorando para a direção geral, para a Pró-reitoria de extensão que nos apoia nesta atividade. (Girlane Florindo, Coordenadora do Napne CTag).

No que diz respeito à **receptividade por parte dos professores e dos colegas** de sala de aula, todos os pesquisados avaliaram a receptividade dos professores de boa a

excelente; já quanto à recepção pelos colegas de sala, sete afirmaram que foram bem recebidos, um entrevistado não se pronunciou, um informou não ter sido bem compreendido pelos colegas, devido a sua falta de frequência às aulas e um, que sentiu certo preconceito por parte dos colegas de sala.

Em **síntese**, quanto à receptividade pelos professores e pelos colegas de sala, os entrevistados consideraram unanimemente como fator positivo, ao descreverem essa ação, o que difere da proporcionada pelos colegas de sala. Na visão de um entrevistado, não houve resposta, e apenas um dos estudantes afirmou que “A minha receptividade pelos professores foi muito boa, mas pelos colegas no início havia sim um pouco de preconceito por eu ser pessoa com necessidades especiais”. (Delfim, Estudante do Curso Técnico em Eletromecânica).

Para elucidar o conceito de preconceito, de acordo com Bartalotti (2012), trata-se do confronto com a diferença, que desencadeia um sentimento, uma emoção (medo, pena, compaixão, empatia) que provoca no sujeito (que a sente) disposição psíquica ou afetiva, em relação ao diferente. Nesse encontro com o diferente, há desestabilização, ao contrariar aquilo que o estereótipo determina como padrão normal e tudo que foge a esse modelo imposto é atitude ligada ao preconceito.

No que diz respeito ao **incentivo dado pelos professores**, cinco dos entrevistados avaliaram que houve incentivo por parte desses profissionais, enquanto três julgaram que não houve essa ação, que pode ser melhorada. Pode ser extraído das entrelinhas da fala de um dos entrevistados que a educação é atividade-fim de uma instituição de ensino; se não há aluno, visível na percepção de uma inquerida, não há ensino.

As atitudes positivas dos professores, referentemente à **importância de receber bem os estudantes e incentivá-los**, são comportamentos essenciais que contribuem para o aprendizado e a permanência na instituição. As autoras Costa, Reis e Araújo (2007) enfatizam que o afeto desencadeia a ação que impulsiona a cognição, mas a ausência deste e a falta de incentivo do educador podem acarretar dificuldade de aprendizagem e possível evasão. Os estudantes, unanimemente, declararam sentir-se acolhidos pelos professores, mas em relação ao incentivo, não houve consenso. Essa

avaliação demonstra que o incentivo não foi suficiente para a manutenção dos estudantes na Instituição.

Ao se considerarem os aspectos ligados ao **acolhimento dado aos estudantes** pelos profissionais do *Campus*, o estudante Crisântemo informou não ter tido tempo suficiente para avaliar; o colaborador Jacinto esclareceu que no início foi complicado devido a sua barreira comunicacional, mas, com o passar do tempo, tudo se resolveu; os estudantes Amarílis e Lisianto não se pronunciaram; o sujeito Delfim afirmou que essa relação ocorreu muito bem e que não houve problema; Antúrio asseverou que sempre foi bem acolhido; o entrevistado Lírio disse que teve problemas com alguns professores e colegas; Narciso destacou que o acolhimento foi bom e a entrevistada Gardênia avaliou o acolhimento como bom, embora tenha tido problema com um servidor administrativo.

No que diz respeito ao **acolhimento** dado pelos profissionais do *Campus*, três inquiridos não quiseram ou não souberam opinar, cinco avaliaram a receptividade como boa, embora dois desses tivessem alguns entraves, um ligado à barreira comunicacional, que logo foi resolvido, e outro ligado a problemas com servidor, relatado por uma entrevistada; dois entrevistados, além de relatarem problemas com professores, tiveram ao mesmo tempo dificuldades com os colegas de sala.

Diante de tal contexto, ressalta-se que esta pesquisa aborda a educação como um direito social de todos; por isso, é necessário que todos os integrantes do contexto educacional conheçam e pratiquem ações que valorizem o respeito ao próximo e a interação social. De acordo com os relatos, esses cidadãos não se sentiram acolhidos, uma vez que relataram problemas nas relações com técnicos em educação e docentes; que ações como estas só contribuem para a evasão e o insucesso escolar.

Manica e Caliman (2015) reforçam a importância da atuação do docente; devem estes possuir conhecimento de interação social, saber lidar com as diferenças, valorizar a diversidade e a potencialidade dos estudantes e não somente focar nas dificuldades apresentadas. É importante a aquisição desses conhecimentos, não só pelos docentes, mas por todos os integrantes que compõem a área educacional e a sociedade, em prol de uma cultura mais inclusiva e menos excludente, que valorize as diferenças.

Quando questionados sobre se os professores estavam preparados para **ministrar aulas para pessoas com necessidades específicas**, um entrevistado asseverou

que, quanto à deficiência dele (esquizofrenia), sim; outro informou que dependia do professor, mas informou que todos se esforçavam para atender os estudantes com necessidades específicas, tirando dúvidas; explicou que, no CTag, havia atendimento individualizado para os estudantes; dois entrevistados avaliaram esse aspecto como bom e positivo; um argumentou que faltava mais um pouco de preparo desses profissionais, outro, que alguns professores não estavam preparados para atuar com pessoas cegas.

Sobre isso, a LDB, de 1996, no inciso III do art. 63, define a **formação continuada para os profissionais de educação** nos diversos níveis, primando pela educação com condições de trabalho em perspectiva inicial e continuada. Nesse sentido, o IFB dispõe de política de qualificação para incentivo à formação continuada desses profissionais por meio da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

De acordo com a Coordenadora do Napne CTag, há **déficit na formação de alguns docentes** que não são licenciados e a falta dessa formação implica dificuldade de incluir estudantes com necessidades específicas, por não serem consideradas suas especificidades no processo de planejamento de aulas:

Olha, o que eu vejo eu fico de certa forma um pouco, eu diria, estarecida, fico as vezes chocada, impactada pela demora desse sujeito considerado professor, em entender que a educação é o direito de todos e que nem todos aprendem da mesma maneira, que as pessoas chegam com experiências e bagagens muito diferenciadas e que esse espaço numa instituição pública que tem o compromisso social com a formação é [...] integral desse sujeito, então eu ainda vejo muita resistência depois de discutirmos tanto, de termos tanto documentos [...] Temos a declaração dos direitos da pessoa com deficiência e que foi promulgada pela ONU há tanto tempo e ratificada pelo Brasil. [...] No entanto, a gente recebe professores que tem uma postura como que não conhece, nunca ouviu falar e eles acabam replicando uma postura pedagógica do tempo que eles foram alunos, né? Então assim, talvez isso haja reflexos de termos experiência de uma grande maioria de professores não licenciados e sim, professores que são bacharéis. Então eu creio que isso seja uma desafazem a se considerar, que há um déficit na sua formação, um déficit pedagógico, esse letramento pedagógico esses professores considerados bacharéis, eles não tem. Então eles tem uma postura muito estruturalista [...] quer ver números, quer ver resultados e ele não considera o processo. (Girlane Florindo, Coordenadora do Napne CTag).

A Resolução CNE/CEB nº 2/2001 (2001, art. 8º, inciso III), que constitui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, orienta que, para o

estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, os sistemas de ensino devem possibilitar

Flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola.

Na atual conjuntura, fala-se tanto em democratização do acesso ao ensino. De fato, o acesso foi preconizado, mas na prática se vive uma cidadania de papel, na qual os direitos desses cidadãos são negligenciados institucionalmente por professores que não consideram a necessidade de que, para incluir, é preciso

[...] vencer os desafios por meio de um planejamento diferenciado e de uma prática que exige maior desprendimento, organização do tempo e estudos extras. Propor uma aprendizagem que faça refletir e “pensar” sobre sua identidade, considerando o “saber”, a “bagagem” dos alunos, não é algo rotineiro nas salas de aula; exige o “querer” pedagógico desse docente comprometido com a diversidade. (Manica e Caliman, 2015, pp. 70-71)

Assim, é imprescindível que o professor busque se capacitar, de modo que possa aperfeiçoar sua formação, para se preparar pedagogicamente para encarar os desafios do processo de inclusão da diversidade, com vistas a proporcionar atividades e metodologias diferenciadas de ensino que culminem na construção do conhecimento desse sujeito.

De acordo com os autores que tratam da **evasão como resposta à formação docente** (Chaves, Filho, Melo e Filho, 2016), um dos fatores ligados às causas da evasão está relacionado à formação docente. Segundo eles, comuns são as queixas dos estudantes quanto à metodologia docente; orientam que a qualidade na formação docente se mostra significativa, para contribuir para o enfrentamento da evasão. Dessa forma, reforça-se a necessidade da formação docente, para reduzir a evasão escolar.

Sobre a **acessibilidade no Campus Taguatinga**, dois respondentes julgaram ser boa em relação a alguns pontos, mas, quanto a outros, não sabem opinar; uma informou que o local era bem adaptado; um avaliou que não era adaptado; outro, que faltava infraestrutura e material adaptado e um respondente disse que “Eu sei que aquela rampa

foi feita errada, tinha que ter uma parada reta para a pessoa descansar e prosseguir”. E um estudante acometido de mobilidade reduzida atestou que

O laboratório de eletromecânica ainda não é adaptado, os banheiros sim, quanto a biblioteca existe problemas com o elevador que trava e antes ela não era acessível, pois várias vezes para eu acessar a biblioteca tinha que subir as escadas com minhas muletas. (Delfim, estudante do Curso Técnico em Eletromecânica).

Quanto ao problema da rampa, este já foi tratado nesta investigação. Sobre o acesso à Instituição, destaca-se que cinco respondentes informaram que, da parada de ônibus até o CTag, era longe e apontaram a necessidade de haver uma parada próxima à escola.

Na entrevista com a Coordenadora do Napne, ela ratificou o problema da rampa de acesso aos blocos de salas de aula. Ela explicou que medidas paliativas estavam sendo concretizadas, para não prejudicar o acesso dos estudantes que necessitavam usar esse item de acessibilidade, como a aquisição de uma cadeira de rodas motorizada. Compreendia que o aluno que tinha deficiência física permanente ou temporária não dispunha de condições físicas de subir a rampa por causa do ângulo de inclinação. Explicou que:

O projeto do nosso *Campus* foi um projeto que foi replicado de outros Estados. Na época que esse *Campus* ainda estava só no projeto, eu fiz uma indagação, na época eu já atuava nessa área, a equipe de engenharia, se o *Campus* atendia as normas de acessibilidade de acordo com a NBR, e me foi dito que sim, eu [...]. A gente sempre acredita nos profissionais, ainda mais os profissionais da área. Então quando os primeiros quatro, cinco projetos ficaram prontos, a gente viu algumas falhas, e inclusive por exemplo a rampa que nós temos, a gente sabe que a inclinação da rampa que liga os blocos de salas de aulas estão acima do padrão, então o que nós temos feito, porque não tem como a gente quebrar a rampa e ficar sem rampa, o que isso implicaria em outro projeto, teria que ter uma verba específica para isso, destinada, então vivemos num período que estamos com muitas restrições orçamentárias, então não seria por essa via, reconstruir, fazer uma nova rampa. (Girlane Florindo, Coordenadora do Napne CTag)

Normalmente quando se fala em acessibilidade, o foco volta-se principalmente para as pessoas com deficiência física e suas necessidades no dia a dia, como acesso a elevadores e rampas; quando se pensa na acessibilidade em escolas, faculdades e instituições de ensino, de modo geral, o pensamento não muda muito, de acordo com Moraes (2007).

Além disso, sobre a **acessibilidade ao *Campus Taguatinga***, essa ação foi citada por um estudante com deficiência física que faz uso de muletas para se locomover: O entrevistado Delfim, esclarece que “[...] senti dificuldade de acesso ao *Campus*, uma vez que tenho mobilidade reduzida e o ônibus passa distante da escola”; o respondente Antúrio afirmou que “[...] o acesso ao *Campus* é muito ruim, é terrível, precisa melhorar muito e principalmente em relação a segurança, está tendo assalto direto [...]”; a entrevistada Amarílis explicou ser “[...] difícil porque a parada de ônibus costuma ser longe, as calçadas não têm rampa e você tem que decidir se anda na calçada ou no meio da rua. A noite é muito difícil mesmo, a questão da iluminação é precária também. Ah, também tem a questão dos assaltos lá [...]”; a inquirida Gardênia informou que “O caminho da parada até o *Campus* é horrível, acontece muito assalto, vários funcionários já foram assaltados, alunos agredidos [...]”, o colaborador Lírio reforçou a questão da parada de ônibus e o acesso à escola: “É tipo meio distante e lá tem muito assalto, é perigoso”.

Sobre o tema, frisa-se que, o **termo recorrente** foi em relação aos problemas relacionados à segurança pública, falta de estrutura urbana nas proximidades da instituição e de parada de ônibus. O *Campus Taguatinga* está situado na periferia e nas proximidades da Região Administrativa de Ceilândia, maior cidade do DF, onde também está localizada a maior favela da América Latina. Essa cidade se situa entre as que apresentam o maior índice de criminalidade da Região. Esse número tem repercutido no aumento da violência urbana, nas cidades próximas, como o crescimento dos casos de homicídio, sequestro relâmpago, assalto a mão armada, tráfico de drogas.

Devido ao CTag estar localizado em área menos favorecida, como exposto pelos estudantes, ele tem sido alvo de constantes assaltos, muitos deles praticados com armas de fogo e branca, cometidos contra servidores, funcionários terceirizados e estudantes, sendo os delitos praticados a qualquer hora do dia ou da noite. Esses acontecimentos ocasionaram que gestores e professores formalizassem pedidos de mais segurança às autoridades competentes e também mobilizou a comunidade escolar a reivindicar mais segurança. O assunto também ganhou visibilidade em uma rede local de televisão e uma das maiores redes sociais do mundo.

A violência urbana tem contribuído para o **aumento das taxas de evasão escolar**, conforme pesquisa realizada sobre “O impacto da violência urbana nos

indicadores de evasão escolar na Região Metropolitana de Fortaleza”, de autoria de Monteiro e Arruda (2011, p. 8). Os autores afirmaram que as “[...] escolas localizadas em áreas fortemente vitimadas pela violência urbana apresentam uma maior probabilidade de abandono escolar por parte de seus alunos”. Esse problema também é ratificado em outras pesquisas, comprovado no CTag e contribuiu para a evasão de estudantes de vários cursos.

Ao serem solicitados a **falar sobre o curso**, um sujeito avaliou que, no *Campus* Taguatinga, aprendera de fato e que os laboratórios eram bons; uma entrevistada preferiu falar das queixas sobre a falta de comunicação entre os professores e ela; um entrevistado julgou que seu curso era ótimo e que atendera a suas expectativas e pretendia voltar e até fazer outro curso; o inquirido Lisianto afirmou que o curso era ótimo e o IFB se preocupava, embora

“[...] mais na parte prática, que querendo ou não, é o que o profissional vai precisar exercer mais. A teoria sempre tem que vir junto com a prática, mas eu vejo que no IFB eles direcionam o aluno sempre para a prática. (Lisianto, estudante do Curso Técnico em Eletromecânica).

Um respondente afirmou que não entendeu muito bem a lógica do curso; a inquirida Gardênia informou que “Os cursos eram bons, mas não tenho aptidão para a área de informática, computador eu só sei ligar e desligar, quanto ao outro e não tive tanto tempo para poder avaliar”, (Gardênia, estudante do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática e Vestuário); um entrevistado assegurou que só chegou a frequentar o curso; outro, não ter tido tempo de avaliar.

Sintetizando, esses casos também são confirmados por Lüscher e Dore (2011), que se referem à evasão atinente ao “despreparo dos alunos” ligado a causas educacionais. Destaca-se, segundo mencionado, sobre a necessidade de melhorar a comunicação. É necessário, então, romper essa barreira comunicacional entre profissionais e estudantes, já que esta tem se apresentado muito precária, como a falta de acesso a algumas informações importantes para o corpo discente que tem prejudicado o andamento da situação acadêmica de estudantes.

O Napne, no art. 4º, tem como campo de atuação “promover a cultura da educação para a convivência”, aceitar a diversidade e, principalmente, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais, de comunicação e, na medida do possível, atitudinais, de forma a promover a inclusão de todos na educação profissional e

tecnológica. Assim, é preciso atuar em prol da eliminação dessas barreiras, já que essas ações não têm sido efetivas, uma vez que não estão surtindo efeito para alguns estudantes.

No que concerne às **causas que culminaram na evasão ou no fracasso escolar**, Crisântemo explicou que saíra da rotina de institucionalização de atendimento diurno e da dependência de atendimento de profissionais das áreas de psiquiatria e psicologia, para encarar nova realidade em sala de aula. Afirmou que, embora gostasse de matemática, sabia que “[...] não existe maneira de consertar esse gargalo se o problema do baixo rendimento vem lá de trás”. (Crisântemo, estudante do Curso Técnico em Eletromecânica).

O estudante Jacinto alegou que o motivo da sua evasão ocorreu pela incompatibilidade do horário dos estudos com o do trabalho e que também optou por fazer um curso de nível superior; a estudante Amarílis declarou ter cursado o primeiro semestre três vezes e, já na metade do terceiro semestre, soube que tinha sido reprovada no semestre anterior. Então optou por desistir e fazer um curso supletivo, que tinha duração de um ano e meio, a frequentar um curso de três anos, como seria sua realidade se continuasse no CTag.

O colaborador Lírio ressaltou que “O curso é legal, mas é muito cansativo, porque tem que acordar cedo e passar o dia todo estudando, é que tem muitas disciplinas que não são necessárias e a carga horária do curso é muito pesada”. (Lírio, estudante do Ensino Médio Integrado em Eletromecânica); o estudante Lisianto elucidou que desistira do curso devido à distância de casa para a Instituição e da necessidade de pegar dois transportes públicos, para se deslocar, e dois para retornar a sua residência. Por esses fatores, começou a faltar às aulas, chegar atrasado e ficou desmotivado, atribuindo a si a falta de interesse pelo curso.

Em tal contexto, é imprescindível que os professores e os coordenadores de cursos comuniquem ao Napne, assim como à Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social, os casos de estudantes em situação de infrequência escolar, para que esses Setores possam atuar na prevenção à evasão. Mas, na prática, isso não vem ocorrendo, como expôs a Coordenadora do Napne, a qual esclareceu que a falta de comunicação dos professores acarreta problemas.

Às vezes a gente pensa que o aluno está estudando e quando a gente vai saber o aluno já está no processo de evasão. Então o Napne não tem sido procurado

pelos docentes, nós temos relação com os docentes, mas são os docentes da própria equipe do Napne, que já faz um acompanhamento mais de perto, a gente estabeleceu uma seguinte metodologia, como são muitos alunos e a equipe tem em torno de 8 (oito) ou 9 (nove) membros, cada membro está acompanhando um ou dois alunos mais de perto e traz para o grupo. Então nesse sentido a gente fica sabendo desses dados, por conta da equipe ser maioria docente, mas outros professores que não estão na equipe, não trazem [...]. (Girlane Florindo, Coordenadora do Napne CTag).

Os estudantes Delfim e Antúrio justificaram que o motivo da evasão foi não conseguirem conciliar estudo e trabalho. Este ainda acrescentou o estágio curricular e o fato de ser dependente químico:

O inquirido Antúrio esclareceu que:

Olha, não foi bem uma motivação, o problema maior é que eu estava muito estressado, eu estava 18 horas por dia na rua, estava fazendo estágio, eu estava estudando aí a tarde e sai daí e ia trabalhar até às 11 horas e no outro dia tinha que estudar e acabou que eu me estressei e existe o problema da adicção que eu misturei, tive uma recaída e não estava mais assimilando as informações. Entendeu? E acabei achando melhor refazer esse semestre. (Antúrio, estudante do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática).

O entrevistado Narciso argumentou que desistira por problemas de saúde e que tinha dificuldade pedagógica. Embora a Instituição tivesse flexibilizado o currículo, o problema de saúde o fez desistir; a estudante Gardênia informou que desistira devido à deficiência intelectual, o que a levava a achar que era inferior a outras pessoas. Para ela, faltou, de sua parte, força de vontade e frisou ser “[...] muito difícil para o portador de distúrbio mental a didática, porque existe toda uma sequência, tem a medicação que te envolve de várias maneiras, te rouba a concentração, te dá muito sono, retarda seus movimentos, embaça a visão [...]. Ainda afirmou, em outro tópico, como causa para a evasão, conflito com técnico administrativo em educação do CTag.

Em resumo, as **causas apresentadas como determinantes para a evasão** já foram objeto deste estudo, de acordo com a citação de Lüscher e Dore (2011), sobre problemas (estruturais) como a localização da residência, citada por dois estudantes; o transporte, citado por dois sujeitos; (educacionais), como o despreparo dos estudantes, citado por seis pesquisados, e problemas (conjunturais), como ligados à saúde, citado por um respondente; de não adaptação, referida por um estudante, e (econômicas), ligado ao

horário de trabalho, informada por dois entrevistados. Adicionam-se a essas a opção por um curso de nível superior; carga horária extensa e a desmotivação.

Assim, ratifica-se a importância da inclusão escolar das pessoas com necessidades específicas acontecer nas salas regulares de ensino, consoante determinado na Conferência Mundial de Educação para Todos, na Declaração de Salamanca e na LDB; porém, mais importante que essa conquista é que essas pessoas não só sejam incluídas, mas que tenham êxito acadêmico, o que na prática não vem ocorrendo, como verificado na exposição de motivos elencada por vários estudantes. É preciso que se incentive e se cobre mais comprometimento do corpo docente e do administrativo, rompendo com métodos de ações isoladas e buscando apoio da coletividade, para promover a permanência e o sucesso acadêmico, como disposto na CDPD e ratificado na Resolução do Napne.

O papel da escola é atuar como instituição socialmente responsável não só pela democratização do acesso aos conteúdos, mas também pela corresponsabilidade pelo desenvolvimento individual de seus membros (em todos os aspectos), objetivando sua inserção como cidadãos autônomos e conscientes em uma sociedade plural e democrática, de acordo com Araújo (1998). A escola, como instituição democrática, tem o dever de intervir social e culturalmente para superação das deficiências, de maneira que todos tenham oportunidades e que sejam respeitadas as necessidades apresentadas por cada discente, em prol da inclusão social, preconizada em vários dispositivos legais.

Ao serem inquiridos sobre **conhecer o Napne, falar dele no processo de escolarização e da atuação dos profissionais** desse Setor, o colaborador Crisântemo falou de sua dependência depois do problema de saúde, da necessidade de atendimento constante. Para ele, no CTag esse processo se estendeu e entendeu como fator positivo, pois o ajudou a organizar as ideias. Quanto ao processo de escolarização, afirmou que não sentiu nenhum prejuízo, foi fundamental o atendimento dos profissionais; sugeriu que estes buscassem se capacitar nas competências psicológicas, psiquiátricas e neurológicas, considerando a amplitude das deficiências, para que a Instituição se tornasse referência na promoção do percurso escolar desses estudantes.

O entrevistado Jacinto afirmou saber do trabalho realizado pelo Núcleo, ter sido atendido pelos profissionais, saber da importância desses durante seu percurso escolar.

Disse conhecer a estrutura física, assim como os recursos de acessibilidade ofertados para a promoção da permanência dos estudantes disponibilizados nesse Setor.

A colaboradora Amarílis informou ter conhecimento do Núcleo, que o primeiro contato sucedeu por um integrante do Setor, para verificar a necessidade de adaptação de material didático, quando foi elencada uma sequência de orientações, como a necessidade de ela ficar mais próxima ao quadro. Recebeu uma carteira especial e foi bastante ajudada, só não chegou a receber material didático adaptado com fonte ampliada pelos professores, mas à época não achou que fosse necessário. Não deixou sugestão para o Setor, por acreditar que ele conseguiu suprir todas as necessidades dos estudantes.

O estudante Delfim relatou que só soube do Núcleo depois de entrar na Instituição e ter sido atendido pelos profissionais. Esclareceu que precisou de um recurso para adaptação a uma disciplina prática e que, embora houvesse a tentativa desse Setor para aquisição desse material, isso não foi concretizado. Acredita que esse fato contribuiu para prejudicar seu desempenho acadêmico. Afirmou não ter necessitado de adaptação de material. Sugeriu que o Núcleo tentasse atuar mais próximo dos estudantes com necessidades específicas, para evitar que não abandonassem os estudos.

O sujeito Antúrio ressaltou que sabia da existência do Núcleo, mas, por não ter sido atendido pelo Setor, preferia não deixar sugestão, uma vez que ele não dispunha de conhecimento sobre o Núcleo e a dinâmica desse Setor.

O entrevistado Lírio conheceu o Núcleo, mas afirmou não ter sido atendido pelos profissionais. Para que houvesse atendimento, era preciso que houvesse interesse do estudante. Pelo que notou, o Setor realizava bom trabalho, portanto não tinha sugestão para o Napne.

O colaborador Lisianto explicou que conhecia o Setor, mas que nunca fora atendido por ele. Acreditava não precisar de ajuda, embora apresentasse o problema e o tivesse declarado no ato da matrícula, nunca foi contactado pelo Setor para entrevista tampouco sobre a necessidade de adaptação de material didático. A sugestão que deixou foi:

“[...] justamente essa procura, essa procura não [...] por mais que exista o Napne, ele tem que fazer essa busca dos alunos, fazer uma avaliação, uma filtração dos alunos para saber qual o problema, se mental, físico de visão, para saber a necessidade que cada um tem. Por exemplo a pessoa que avisa a necessidade que ele tem, pelo que eu vejo é muito difícil o aluno sair da sala

e ir procurar essa ajuda. Só faz isso quando está atrapalhando e muito, mesmo. Deve procurar o aluno e entender onde esse problema atrapalha, para o aluno não tem uma visão errada, achar que não tem uma estrutura tão legal para acolhe-lo. Seria no sentido de prevenir, incentivar o aluno a não sair. Ia prevenir muito e em muitas coisas, ia ajudar as pessoas não desmotivar com o curso, seria um contato prévio, antes do aluno ir ao Napne, o Napne deve até o aluno”. (Lisianto, estudante do Curso Técnico em Eletromecânica)

O entrevistado Narciso narrou ter sido atendido por profissionais, mas naquela ocasião não sabia que se tratava da equipe do Núcleo. Acreditava que o objetivo desse Setor era ajudar os estudantes que apresentavam dificuldade de aprendizagem e que estavam há anos afastados do sistema de ensino. Informou que frequentava uma vez por semana o Napne, para receber atendimento e reforço escolar. O estudante preferiu não deixar sugestão para o Setor.

A colaboradora Gardênia assegurou não só ter conhecimento do Núcleo, mas também ter sido acompanhada por ele. Antes esse Setor funcionava de verdade, mas hoje as coisas precisavam melhorar. Sugeriu que “[...] olhassem menos para as burocracias e agissem mais para os problemas vigentes, porque eu conheço pessoas que até hoje estudam no IFB e não tem assessoria, precisam que os pais [...] A mãe e o pai, vá ajudar e ficar com eles nas aulas. Eu acho que o Napne poderia fazer um serviço mais completo”. (Gardênia, estudante do curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática e Vestuário).

Não há consenso em relação a essa temática, uma vez que três estudantes avaliaram o Setor como importante para o seu percurso escolar; três não quiseram ou não souberam opinar, acredita-se que pelo fato de não terem tido contato formal com o Setor. Por isso, acharam melhor não se pronunciarem; um estudante relatou que o Setor até tentou ajudá-lo, porém sem sucesso; outro expôs que não bastava o Napne agir, o interesse devia partir também da própria pessoa; uma inquirida informou que antes o atendimento era bom e que hoje era preciso melhorar.

As sugestões deixadas pelos entrevistados para o Setor atuar mais efetivamente em prol da permanência dos estudantes com necessidades específicas foram capacitação dos profissionais, atuação mais próxima do estudante, para promover a permanência e prevenir a evasão, busca do estudante, não esperar que este viesse até o Núcleo, e proposta de ações mais efetivas, para suprir as necessidades dos estudantes

Destaca-se a importância da atuação do educador social também com os docentes e os técnicos administrativos em educação, na condição de agente de sensibilização nesse contexto educacional complexo, composto por um público cada vez mais diversificado, para participarem no percurso de inclusão, trabalhando com perspectiva mais humana e compreensiva para transformação cidadã.

Para Nascimento (2013), o conceito de deficiência foi se modificando com o passar do tempo e ganhando dimensão mais humana e compreensiva, no aspecto da inclusão social, para transformar essas pessoas em cidadãos completos. Para tanto, as instituições de ensino devem fornecer todo apoio necessário, para desenvolver e valorizar as competências das pessoas com necessidades específicas, seja por oferta de infraestruturas adequadas, seja por oferta de profissionais capacitados para proporcionar a inclusão efetiva. O educador social é agente capacitado para implementar estratégias eficazes nesse percurso.

Quanto à sugestão sobre capacitação para os profissionais, o tema já foi tratado nesta pesquisa, ao se mencionar a LDB e também a Resolução que regulamenta o Napne. Sobressai que o IFB atua com política de qualificação para incentivo e formação profissional dos servidores, sejam eles docentes, sejam técnicos administrativos em educação, incentivo dado pela Coordenação de Política de Qualificação.

Quanto a ser questionada sobre a capacitação da equipe do Napne e dos docentes, a Coordenadora do Napne CTag esclareceu que existia “[...] o projeto chamado de Ciclo de Palestra Inclusiva, que já acontece desde 2014 e os Napne sugerem os temas a serem discutidos com base na sua realidade ou temas que são levantados pelos próprios docentes.

O que a gente observa em relação a questão de capacitação é que quando nós promovemos eventos, sejam seminários, sejam oficinas, nós temos uma baixa participação de colegas docentes, e depois de um tempo escutamos falar que é porque não temos capacitações, não sabemos como fazer, só que quando nós promovemos atividades, o público é baixíssimo, a gente não tem uma adesão, não temos a colaboração dos colegas. Isso não é realidade somente de nosso *Campus*, é uma realidade de todos os Campi. E esse Napne que procura divulgar de uma forma bastante enfática para que não seja por motivo de falta de comunicação, de falta de conhecimento para saber que aquele evento está programado. (Girlane Florindo, Coordenadora do Napne CTag)

O que se pode observar, na fala da Coordenadora do Napne, é a baixa adesão dos professores aos eventos ligados à inclusão. Nas entrevistas com os estudantes, eles trataram da necessidade de capacitação do docente, assim como mencionaram que existiam professores que não estavam preparados para atuar em determinadas áreas. Constatou-se que o IFB tem buscado a capacitação dos profissionais por intermédio do Napne, porém o número de participantes nesses eventos ainda é baixo e é preciso formação continuada, para dar conta das demandas de um público cada vez mais diversificado.

No que diz respeito a falar sobre a **atuação da Coordenação de Assistência Estudantil** no processo educacional e dos profissionais desse Setor, o entrevistado Crisântemo não foi claro, ao responder ao questionamento, mas entendeu o quão importante era o repasse financeiro. De acordo com o estudante, contribuiria para satisfazer as necessidades básicas, além das questões afetivas, que também eram fundamentais; o sujeito Jacinto afirmou conhecer a assistência estudantil, a equipe de profissionais e já ter sido atendido por esse Setor; a entrevistada Amarílis relatou que nunca chegou a ter contato com a Coordenação, a interação ocorreu apenas com os professores; o entrevistado Delfim falou ter conhecimento da assistência estudantil, já ter sido atendido pelos profissionais desse Setor. Reconhecia a importância destes para o seu percurso escolar; o entrevistado Antúrio apontou que a Coordenação era maravilhosa e que, no geral, não havia do que reclamar, o estudante Lírio destacou que corria tudo bem com esse Setor, que os profissionais foram importantes no percurso acadêmico; Lisianto apenas explicou que os profissionais eram bons, que no CTag as coisas funcionavam. O colaborador Narciso disse que o trabalho da assistência estudantil foi válido para seu processo escolar, enquanto a colaboradora Gardênia comentou que a Coordenação sempre buscou o melhor para a estudante, que sua parte social sempre foi bem suprida e que fora essencial a atuação dos profissionais desse Setor no seu processo de escolarização.

Em **suma**, todos os entrevistados avaliaram a Coordenação de Assistência Estudantil e a atuação dos profissionais desse Setor como importante para o percurso de escolarização, salvo uma estudante, a qual alegou não ter tido contato com o Setor. Nota-se, na visão dos entrevistados, que a Coordenação tem suprido as expectativas dos estudantes, em relação ao desempenho de seu principal papel, atuar nas demandas sociais voltadas aos estudantes com o objetivo de contribuir para sua permanência.

Acerca do recebimento de repasse financeiro dos **programas de promoção à permanência** e da contribuição destes para a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade, os entrevistados Crisântemo, Jacinto e Gardênia declararam que receberam auxílio e que o repasse financeiro contribuiu para sua permanência. A entrevistada Amarílis asseverou que não chegara a concorrer aos programas de promoção à permanência, por ter perdido o prazo de inscrição, mas acreditava que o auxílio contribuía para a permanência; embora não tenha recebido, na prática presenciou a diferença que ele fez para os colegas, pois foi usado principalmente na aquisição de material solicitado pelos professores no decorrer do curso; O estudante Delfim acreditava que a assistência estudantil era importante para a permanência; Antúrio disse que recebia auxílio e que acreditava que ele proporcionava a permanência, assim como reforçou que toda ajuda era bem-vinda, principalmente para aqueles que estudavam durante o dia e não tinham como trabalhar.

O colaborador Lírio disse ter recebido auxílio, mas não concordava com o repasse financeiro para promoção da permanência, uma vez que era preciso estudar para buscar profissionalização e não para receber auxílio; o colaborador Lisianto revelou não ter concorrido ao edital dos programas, mas acreditava que contribuía para a permanência dos estudantes: “[...] eu acho que esse auxílio promove para pessoa permanecer no curso. O IFB é ótimo, lá o ensino é de qualidade [...]”. O entrevistado Narciso afirmou ter recebido auxílio e que considerava correto esse repasse, só não achava melhor, por não haver data fixa para o repasse financeiro.

Em **resumo**, sete dos entrevistados declararam ter recebido auxílio de repasse financeiro dos programas de promoção à permanência e oito afirmaram que os auxílios contribuía para a permanência dos estudantes, com exceção de um estudante, que, embora tenha declarado ter recebido auxílio, não concordava com o repasse financeiro para promoção da permanência. De acordo com as falas dos estudantes, verifica-se que os programas de promoção à permanência têm contribuído para seu objetivo principal - reduzir o índice de evasão e retenção, ao criar condições para a permanência e o sucesso do estudante em sua jornada escolar.

A Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFB regulamenta os programas de promoção à permanência, é regida por “[...] conjunto de princípios e diretrizes que

norteiam a implantação de ações visando a promoção de acesso, da permanência e do êxito acadêmico dos estudantes na perspectiva da inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida”. (PAE/IFB, 2014, p. 1)

Nesse sentido, a visão dos entrevistados é que a Política de Assistência Estudantil tem cumprido seu papel social, ao proporcionar a permanência dos estudantes, objetivando igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas, oferecendo acompanhamento biopsicológico e social, para melhoria do desempenho acadêmico, reduzindo o índice de evasão e retenção, entre outros objetivos essenciais para promoção da permanência, conforme exposto na PAE - 2014.

Em relação a **como se sentiam no *Campus* Taguatinga**, o entrevistado Crisântemo apontou que se sentia realizado social, acadêmica e profissionalmente; Jacinto informou que o CTag era como se fosse sua casa: alunos e professores eram como parte de sua família. A entrevistada Amarílis manifestou que se sentia bem confortável; o sujeito Delfim asseverou não ter se sentido muito bem no CTag e atribuiu esse sentimento à falta de apoio dos professores; Antúrio frisou que se sentia bem nas dependências do *Campus*; o colaborador Lírio sustentou que o CTag era uma boa instituição e que se sentia à vontade em suas dependências. O entrevistado Lisianto esclareceu que

[...] eu me sentia bem, porque as aulas eram boas, os alunos legais [...] alunos eram de várias idades, mais velhos mais novos e de várias diversidades culturais, amadurecimento a mais para o aluno, já que os alunos são acostumados com faixa etária da idade deles. (Lisianto, estudante do Curso Técnico em Eletromecânica).

O colaborador Narciso justificou que se sentia um pouco isolado e que esse “[...] isolamento partiu por parte dos alunos e não dos profissionais do *Campus*. Sempre tinha algum profissional para fazer acompanhamento de meu caso [...]”, enquanto a colaboradora Gardênia atestou ter se sentido bem acolhida.

No que concerne a sintetizar como os colaboradores se sentiam no *Campus* Taguatinga, sete dos entrevistados foram categóricos ao afirmar que se sentiam bem e realizados em alguns aspectos, o que foi contrariado por dois, pois um informou não ter se sentido muito bem e outro, ter se sentido um pouco isolado.

Em tal contexto, é fundamental recepcionar os estudantes nos primeiros dias de aula, para que estes possam conhecer a equipe de gestores, professores e técnicos, a

infraestrutura do *Campus*, assim como conhecer as coordenações de cursos, o Napne e a assistência estudantil, bem como possam entender os objetivos dessas Coordenações, para que se sintam parte desse processo e sejam motivados a permanecer.

No que respeita a ser vítima de **preconceito ou discriminação** no CTag e a se voltaria a estudar no IFB, o entrevistado Crisântemo disse ter sofrido preconceito por parte de alunos e professores e reforçou que “[...] o que eu vou fazer por isso, se são professores. Eles mexem para ver o cara melhorar. Não foi positivo, porque foi constrangedor [...]”, mas afirmou que voltaria a estudar no *Campus*. (Crisântemo, estudante do Curso Técnico em Eletromecânica).

Os estudantes Jacinto, Amarflis, Antúrio, Lírio e Lisianto asseveraram não terem sido vítima dessa prática e que voltariam a estudar na Instituição; o sujeito Delfim, ao ser questionado sobre o assunto, afirmou que não fora vítima dessa prática, mas, ao ser questionado sobre a receptividade no CTag, sentiu preconceito dos colegas, conforme citado na temática da receptividade pelos professores e pelos colegas de sala. O entrevistado Narciso se contradisse: ora informou não ter sofrido ora sim, devido a ter sentido olhares diferentes dos colegas. Pontuou que voltaria a estudar no *Campus*. Quanto à estudante Gardênia, falou ter sido vítima de preconceito, mas não quis se referir ao acontecimento; afirmou que voltaria a estudar no CTag.

Em síntese, quatro dos entrevistados informaram ter sofrido **preconceito ou discriminação** nas dependências do *Campus*, embora, para alguns, esses fatores tenham ocorrido de maneira velada. É preciso aceitar a diversidade, nesse espaço de formação cidadã, o que também é pregado pelo Regulamento do Napne; para isso, é essencial romper com todas as formas de preconceito e discriminação.

Para incluir, é imprescindível, primordialmente, melhorar as condições da Instituição, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas, para viver a plenitude livremente, sem preconceitos e barreiras, conforme discorre Mantoan (2003). Enquanto não houver mudanças atitudinais e de quebra de barreiras, surgirão ações que reforçam a prática do preconceito e da discriminação com relação ao diferente. Por isso, é preciso romper os estigmas, os estereótipos e fazer valer o respeito às diferenças.

De acordo com Amaral, (1998), o preconceito é conceito formado aprioristicamente, anteriormente, por dois componentes básicos, como a atitude,

predisposição psíquica favorável ou desfavorável em relação a algo ou alguém, e o desconhecimento concreto e vivencial desse algo ou alguém, assim como o das próprias reações diante deles.

É preciso combater todas as formas de preconceito, e o contexto educacional representa espaço propício para se travar a batalha na busca de compreender e respeitar as diferenças, tomando como base o princípio da igualdade, segundo o qual “todos são iguais perante a lei” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, art. 5º) e dotados de direitos e deveres, independente de opção sexual, crença, condição biopsíquica e social.

Sobre a percepção no que concerne a **recomendações, para contribuir para a permanência e o sucesso acadêmico** dos estudantes com necessidades específicas, o inquirido Crisântemo sugeriu a necessidade de haver um professor incentivador; Jacinto sugeriu aulas de reforço; Amarílis indicou a universalização dos auxílios. Delfim propôs o uso de recursos de acessibilidade; Antúrio apontou a necessidade de aumentar o valor dos auxílios; Lírio recomendou revisão no Plano de Curso, para tratar da redução da carga horária e de algumas disciplinas que ele julgava desnecessárias. Lisianto propôs que o *Campus* possibilitasse mais integração dos estudantes; Narciso sugeriu acompanhamento dos estudantes infrequentes, para prevenir a evasão, e a entrevistada Gardênia propôs ao *Campus* “[...] de repente agilizar um policiamento ali nas extensões, da mais acessibilidade para os alunos de baixa renda”.

Na intenção de buscar **recomendações** que pudessem contribuir para a permanência e o sucesso acadêmico, os colaboradores apontaram, unanimemente, ações de cunho institucional como essenciais ao processo de êxito acadêmico, duas delas de repasse financeiro. Três aconselharam ações voltadas à atuação do corpo docente, duas propostas em nível de gestores, uma no da mobilidade urbana e uma ligada à segurança pública.

As contribuições sugeridas pelos entrevistados são relevantes, para promover a permanência, uma vez que representam subsídios trazidos pelos próprios estudantes em situação de evasão ou fracasso escolar. É essencial que essas informações sejam consideradas na proposta de intervenção que buscará prevenir e mitigar o fenômeno da evasão.

4.3 Contribuições para o desenho de uma proposta de intervenção para mitigar o fenômeno da evasão ou do fracasso escolar no Instituto Federal de Brasília – IFB

Ao se considerarem as causas da evasão escolar e os aspectos que influenciam diretamente a intensificação desse fato, julga-se que o IFB constitui espaço propenso a receber cada vez mais pessoas com necessidades específicas, motivando assim os objetivos desta investigação, atentando para a área escolar como espaço de promoção de melhores condições de vida e cidadania.

Assim, posteriormente à análise dos dados e à reflexão sobre o descortino dos motivos da evasão, verifica-se o quanto é importante ouvir os estudantes com necessidades específicas, identificando suas motivações e conhecendo suas reais necessidades quanto aos aspectos estruturais, econômicos, sociais, conjunturais e educacionais. Por meio dessas informações, torna-se possível elaborar uma proposta de intervenção, para mitigar a evasão, não só de estudantes com necessidades específicas, mas de todos que necessitam de olhar diferenciado para a promoção de sua permanência, saída com êxito e possível inserção laboral.

Essa proposta consiste na realização de acompanhamento sistematizado dos estudantes com perfil para evasão ou fracasso escolar, como dos estudantes provenientes de classes econômicas baixas, dos acometidos de necessidades específicas, distúrbios de aprendizagem, dos com histórico de conflito entre professor e estudante e estudante e professor, das vítimas de violência urbana nas proximidades do IFB, dos dependentes químicos, dos infrequentes.

Propõe-se atuar preventivamente, para evitar os altos índices de evasão escolar dos *Campi* do Instituto Federal de Brasília. No processo de prevenção, os professores são de expressiva valia, uma vez que convivem no dia a dia com o estudante. Desse modo, é necessário estabelecer uma dinâmica de diálogo constante com os profissionais da administração educacional, entre estes o educador social, como agente facilitador habilitado a atuar com ações eficazes para a promoção da permanência.

Para tanto, o IFB conta, desde 2011, com a Política de Assistência Estudantil (PAE), que trabalha com mecanismos que visam à permanência de estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social, pedagógica ou econômica, bem como ao apoio de sua formação acadêmica, com a efetivação de programas de promoção à

permanência, de repasse financeiro. Esses programas contribuem parcialmente para prevenir a evasão escolar, quando os estudantes apresentam dificuldades socioeconômicas e pedagógicas; mas há que considerarem as demais causas.

Percebe-se, então, que, mesmo com a promoção à permanência, a PAE, ainda é expressivo o número de estudantes em situação de evasão e fracasso escolar. Daí, é necessário reconhecer o papel social da Instituição, visto que o IFB é instituição democrática e inclusiva, a qual necessita desenvolver políticas que garantam a permanência dos estudantes com perfil para evasão e assim contribuam para a inserção socioprofissional, a fim de garantir melhores condições de vida e cidadania.

O campo de atuação dessa proposta se enquadra na educação social; para isso, torna-se necessária a atuação do Educador Social, para traçar propostas de intervenção que venham ao encontro das necessidades dos estudantes, de modo que transformem a realidade pessoal e a social.

Nesse espaço de formação cidadã, para Nascimento (2013, p. 25), “[...] urge criar condições sociais e educativas para que a inclusão do aluno seja feita de forma adequada, com apoio de pessoal especializado em diversos domínios e áreas”. Assim, é indispensável a inserção de profissionais habilitados em diversas áreas, além da formação continuada, para atuarem na trajetória de inclusão escolar, com vistas a integrar e desenvolver competências desses sujeitos.

Com base no conjunto de informações resultantes da pesquisa, julgando-se as necessidades do público-alvo, as informações da coordenação do Napne, e na literatura sobre a evasão escolar, passa-se a apresentar algumas linhas de intervenção que se considera que a equipe do IFB deveria desenvolver, para mitigar as causas da evasão escolar de estudantes.

Nesse sentido, foi possível identificar alguns eixos de intervenção:

1º Eixo: Estratégias de difusão da oferta de ingresso de estudantes provenientes de ações afirmativas: cotas sociais e de raça, cor/etnia – Equipe de Recepção

Ao se considerarem os dados censitários do IBGE de 2010, constata-se que aproximadamente um quarto da população brasileira (23,9 %) tem pelo menos um tipo de deficiência (auditiva, visual, motora ou intelectual), totalizando 45,6 milhões de pessoas. Diante de tal informação, verifica-se que o IFB possui número pouco significativo de estudantes com necessidades específicas.

Essas informações demonstram que a deficiência atinge pessoas de qualquer idade, algumas nascem com elas e outras a adquirem ao longo da vida. O grupo de maior prevalência são as pessoas na faixa de 40 a 59 anos, e as mulheres são o maior contingente de pessoas nessas condições. Ao se considerarem os dados do IBGE de 2010, verifica-se que o IFB possui número pouco significativo de estudantes com necessidades específicas.

Em tal contexto, é necessário conjugar esforços, para sistematizar um processo de divulgação nas comunidades sobre a oferta de cotas no IFB para pessoas autodeclaradas pardas, pretas, indígenas, quilombolas, deficientes, provenientes de escolas públicas com renda de até um salário e meio por pessoa. É recomendável divulgar os *Campi*, assim como os cursos ofertados por estes, usando os recursos tecnológicos de multimídia, redes sociais, rede de televisão, rádio, associações, assim como designar uma equipe para divulgação nas escolas públicas, com o intuito de fornecer informações sobre a possibilidade de estudo no IFB.

Para tanto, sugere-se que sejam elaborados *folder* e cartaz, com linguagem acessível, contendo todas as informações necessárias sobre os processos de acesso e ingresso, os cursos ofertados, o cronograma de datas, a documentação exigida no ato da matrícula. Cabe ainda esclarecer que a equipe de divulgação da oferta de cursos da Instituição deve ser treinada pelos Napne e informada sobre as leis que regem a educação profissional, assim como a obrigatoriedade de oferecer, contida na legislação de inclusão, conforme o Decreto nº 3.298/1999 - art. 28: cursos profissionais de nível básico à pessoa “portadora”⁶ de deficiência, condicionando a matrícula à sua capacidade de aproveitamento

⁶ Nomenclatura usada à época da publicação do Decreto, hoje substituída por “pessoa com deficiência”.

e não a seu nível de escolaridade. Informar, conforme ratificado no Regulamento do Napne, sobre o direito de ter os currículos adaptados às necessidades do estudante, ou seja, devem-se propiciar oportunidades curriculares que correspondam aos estudantes com capacidades e interesses distintos, assim como informar sobre a Resolução CNE/CEB nº 06/2012, que trata da certificação profissional, entre outros direitos respaldados em lei:

[...] certificação profissional abrange a avaliação do itinerário profissional e de vida do estudante, visando ao seu aproveitamento para prosseguimento de estudos ou ao conhecimento para fins de certificação para exercício profissional, de estudos não formais e experiência no trabalho, bem como de orientação para continuidade de estudos, segundo itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos, para valorização da experiência extraescolar.

É importante que se constitua uma comissão, para recepcionar os estudantes. Essa recepção deve ocorrer no primeiro dia de aula, visando à ambientação harmoniosa, pois esse momento representa o primeiro contato com a gestão, os coordenadores de curso, as equipes pedagógicas, o Napne, a CDAE, os docentes e os demais estudantes. Assim, compete a cada profissional apresentar seu setor, para que os estudantes conheçam como funciona a dinâmica da Instituição, compreendam o papel desempenhado por cada um daqueles profissionais, saibam seus direitos e seus deveres como estudantes e, acima de tudo, sintam-se acolhidos.

Torna-se igualmente fundamental que seja proposta uma aula inaugural, ministrada por cada coordenador de curso, a cada início de semestre, com apresentação de seminário informando o objetivo do curso, os conteúdos a serem ministrados, a empregabilidade, os rendimentos financeiros esperados, assim como a entrega do Plano de Curso aos estudantes, entre outras informações necessárias.

A Comissão de Recepção deve ser instituída por portaria em cada *Campus* e composta por um profissional do Napne, um da CDAE, um da Coordenação Pedagógica, um intérprete de Libras e os professores. Deve-se integrar a equipe, preferencialmente, de profissionais que tenham interesse e sensibilidade para com a causa da inclusão social.

2º Eixo: Orientações para adaptações e adequações curriculares dos estudantes com necessidades específicas e distúrbios de aprendizagem

Para a esquizofrenia, é importante a intervenção da equipe do Napne, do pedagogo, do técnico em assuntos educacionais, do psicólogo, do assistente social, do educador social, dos professores, entre outros profissionais, para traçar uma proposta de plano de estudo, com método de adequação curricular, conforme orienta o Regulamento do Napne, inciso VII, em que é recomendada a flexibilização curricular - a redução do quantitativo de disciplinas cursadas, com a escolha destas e a anuência do próprio estudante.

A flexibilização curricular proposta para os estudantes com esquizofrenia foi identificada na fala da coordenadora do Napne CTag, como ação já praticada pelo Núcleo:

O aluno não curse todas as disciplinas durante o semestre, como os demais alunos, mas que ele faça de uma forma mais pausada, com menos disciplina para que ele vá dando conta disso sem se sentir pressionado e acabar tendo um mal desempenho em cada uma dessas disciplinas. Só que a gente percebe uma grande resistência dos professores [...] (Girlane Florindo, Coordenadora do Napne CTag).

Na deficiência auditiva, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, a instituição está obrigada a ofertar profissionais intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais), para garantir o atendimento às necessidades educacionais específicas de estudantes surdos, ministrando as aulas na língua materna desses estudantes.

É necessário sistematizar e repassar informações dos estudantes com necessidades específicas mediante o Registro Acadêmico, que se entende ser o Setor com que o estudante tem o primeiro contato na Instituição. Posteriormente, esse contato acontece com os professores; se esses dados não chegam até a equipe do Napne, corre-se o risco de negligenciar os direitos desses estudantes, conforme informações da Coordenadora do Napne:

[...] nós só fomos saber que tinha um aluno surdo no curso noturno, porque a mãe veio nos procurar no mês passado. Então, nós ficamos até surpresos porque não tínhamos esses dados anteriormente pelo registro, e nenhum professor, nenhum coordenador daquele curso nos trouxe essa informação, e a gente, inclusive, perdeu muito tempo em ter buscado a solução para esse

aluno. Então a gente só pôde intervir e buscar essa adequação na medida que a gente soube. (Girlane Florindo, Coordenadora do Napne CTag).

Em relação à deficiência visual e à baixa visão, para esta é necessária a adaptação de material didático, pedagógico, consoante determina a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência, no art. 5º, direito à educação. Nesse caso, representa a oferta de material pedagógico com fonte ampliada, bem como o uso de tecnologia assistiva, como *software* de ampliação de tela de computador, a orientação ao estudante, para sentar-se o mais próximo possível do quadro negro, entre outros importantes. No caso da deficiência visual, uma estratégia a ser usada seria o uso do *software* de leitor de tela:

[...] I - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; [...].

De acordo com Sasaki (2013), a CDPD contempla o uso de tecnologias acessíveis como recurso de apoio ao desempenho das pessoas com necessidades específicas, de acordo com as características individuais, visando à educação para formação continuada, sem discriminação, em prol da igualdade de condições. Essas adaptações podem tanto ocorrer no seio da sociedade, no mundo do trabalho, quanto no contexto escolar; esses direitos devem ser assegurados.

Na deficiência física, é preciso atentar para a acessibilidade aos espaços físicos institucionais, a fim de que o estudante se locomova sem correr o risco de esbarrar nos móveis e se previnam acidentes. Em casos específicos, como no CTag, é recomendável propor que as aulas sejam ministradas no térreo, uma vez que a rampa apresenta problemas e o *Campus* não dispõe de elevador para acesso ao bloco de salas de aula. É necessário ainda usar tecnologia assistiva, dependendo das necessidades do estudante, conforme determinam as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001, art. 59). O PDI ratifica essa premissa, ao tratar da acessibilidade como condição para o alcance e a utilização com segurança e autonomia dos espaços, mobiliários, no âmbito institucional.

No caso do TDAH, é importante o atendimento e o acompanhamento dos profissionais de pedagogia, em razão de o *Campus* não dispor de psicopedagogo, para orientar um plano de estudo, pois se precisa de mais tempo para a execução de atividades escolares e processos avaliativos. Como medida paliativa, o estudante deve ser inserido em aulas de reforço extraclasse e programas de monitoria, assim como realizar trabalhos em grupo, com os conteúdos ministrados nas aulas entregues no formato impresso, entre outros procedimentos que podem ser adotados.

No que diz respeito à dependência química, compreende-se que esta afeta o rendimento escolar, embora os profissionais da psicologia educacional não realizem atendimento clínico. Nesse caso, estes podem atuar conjuntamente com o assistente social e, quando necessário, encaminhar o caso ao Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas (CAPS ad), que objetiva atender diariamente à população que apresenta transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas.

Nas dificuldades de aprendizagem, existem vários conceitos para explaná-las construídos historicamente, podendo estar associados a problemas relacionados a escrita, leitura e distúrbio de aprendizagem, segundo explanado pelas autoras Lima e Pessoa (2007). Tais fatores podem ser decorrentes, como esclarecem, após analisarem artigos sobre essa temática de 2001 a 2005, da disortografia e da disgrafia para problemas de escrita, da dislexia, para problemas de leitura, distúrbio da aprendizagem, dificuldade específica de aprendizagem.

Nessa situação, nem sempre o estudante apresenta laudo médico que diagnostique o tipo de transtorno apresentado, fato que, dependendo do contexto, pode dificultar o direcionamento dos profissionais da equipe do Napne. Assim, é importante encaminhar o estudante para profissionais da psicopedagogia, da neurologia, da fonoaudiologia, para realizar diagnóstico objetivando orientar melhor o caso, uma vez que problemas dessa natureza estão ligados a vários déficits. Porém, a ausência do diagnóstico não impede que o estudante seja acompanhado, atendido pela Instituição.

Pode ser proposta pela Instituição, de imediato, intervenção pedagógica, para elaborar um plano de ensino, acompanhar a frequência do estudante nas aulas extras de reforço e monitoria, solicitar a entrega de apostila pelos professores no intuito de reforçar

o conteúdo ministrado no dia a dia, entre outras propostas necessárias para nortear ações eficazes de aprendizagem.

Em algumas propostas de orientação pedagógica, pode-se indicar a flexibilização curricular, como proposta que possibilita a dilatação do prazo para conclusão da formação, segundo previsto no Manual de Orientações para Adaptações e Adequações Curriculares e Terminalidade Específica do Instituto Federal de Brasília, publicado pela Portaria nº 1.061, de 10 de setembro de 2013, que visa à promoção da permanência e ao sucesso acadêmico dos estudantes com necessidades específicas.

No que tange à necessidade de adaptação de sala de aula, para promoção da acessibilidade, a Coordenadora do Napne esclareceu as dificuldades apresentadas pelos professores:

Só que a gente percebe uma grande resistência dos professores quando nós propomos qualquer tipo de adaptação, e a gente inclusive ouve de forma não formal, que a maioria não coloca isso de uma forma clara, de uma forma [...] mas que não farão as necessárias adequações. Então assim, nosso maior problema é ter essa sensibilidade, ter essa abertura dos professores, porque por mais que o Napne acompanhe, sugira e esteja aqui a disposição para apoiar esses professores, se eles não quiserem fazer, não é? Que cabe a eles essa iniciativa, porque eles é que tem domínio de suas áreas. (Girlane Florindo, Coordenadora do Napne CTag).

Ressalta-se ser essencial que os Napne recebam, da Coordenação de Registro Acadêmico dos *Campi*, cópia dos laudos médicos ou dos relatórios entregues pelos estudantes que declararam no ato da matrícula serem acometidos de necessidades específicas. Após esse procedimento, a equipe entra em contato com os estudantes e, dependendo de cada caso, convida-os, juntamente com pai, mãe ou responsável, para entrevista, a fim de avaliar a situação e a necessidade de adaptação de material pedagógico, bem como o uso de recursos de tecnologias acessíveis.

Essas propostas de intervenção foram pensadas para as necessidades apresentadas pelos entrevistados; enfatiza-se que não há metodologia pronta para atender a cada caso na sua especificidade. É preciso o envolvimento de toda a equipe do Napne, CDAE, pedagógica, educador social, docentes e parceiros, para juntos criarem e proporem ações eficazes na promoção da permanência e do êxito acadêmico.

3º Eixo: Atuar na prevenção à infrequência para mitigar a evasão escolar.

O objetivo deste eixo é problematizar e minimizar o processo de evasão escolar no IFB, a fim de reduzir os altos índices de evasão dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Cursos Técnicos Subsequentes, Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, Cursos de Graduação e Pós-Graduação e, ao final de cada semestre letivo, produzir um relatório técnico avaliando a evasão escolar nos *Campi* e extrair dados para realizar pesquisas aplicadas ao tema.

O professor é um dos principais agentes no processo de minimização da evasão escolar, pois é a pessoa que tem contato direto e diário com o estudante, cabendo-lhe detectar quando este é infrequente e iniciar a redução da evasão, repassando informações dos estudantes nessas condições à Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social e aos Napne dos *Campi*, para que estes adotem as providências necessárias à resolução do problema.

Dessa maneira, é necessário que o Sistema de Gestão Acadêmica (SGA) *online* seja alimentado diariamente pelo professor, com os dados da situação acadêmica de frequência ou infrequência dos estudantes. Tal ferramenta tecnológica facilitará identificar a situação e poderá resultar, em curto espaço de tempo, em êxito na mitigação da evasão pela equipe da CDAE e do Napne, que necessariamente não precisam esperar pelo retorno do professor, e apenas acessar as informações do Sistema. Enfatiza-se que, para a concretização dessa ação, depende-se prioritariamente da contribuição e da sensibilização do educador, por ser a pessoa mais próxima do alunado.

Com base nas causas da evasão, as CDAE e os Napne do IFB, com contribuição do Educador Social, devem definir ações, para estimular a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes. Ressalta-se a importância dos Programas de Assistência Estudantil do IFB como mecanismo de promoção da permanência, segundo exposto pelos entrevistados, bem como da contribuição destes para o cumprimento aos ditames da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a qual prescreve que a educação é direito de todos. Os Programas funcionam como ferramenta de inclusão por melhores condições de vida, contribuindo para a formação cidadã dos estudantes.

Essas linhas de ação visam minimizar os índices de evasão ou fracasso escolar; problematizar as causas da evasão; sensibilizar a comunidade escolar por meio de palestras, seminários, oficinas sobre o respeito às diferenças; propor orientação vocacional ofertada pelo profissional da psicologia do IFB; realizar visita social; sugerir adequação de currículos, adaptação de material didático; recomendar métodos de aprendizagem eficazes; adequar a certificação para pessoas com necessidades específicas; capacitar técnicos administrativos em educação e professores, principalmente os não licenciados; socializar os resultados com a comunidade acadêmica para reflexão sobre possibilidades de reduzir a evasão.

Os recursos humanos e os parceiros envolvidos são Educadores Sociais, Assistentes Sociais; Assistentes de Alunos; Coordenadores de Cursos, professores; estagiários de Pedagogia e Serviço Social; Pedagogos; Psicopedagogos; Psicólogos; Coordenação-Geral de Ensino, Coordenação de Registro Acadêmico; motoristas, podendo outros profissionais compor a equipe. Os parceiros são Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Adolescência, Casa do Ceará, em Brasília, Instituto de Saúde Mental, Rede Pública de Saúde do DF, CAPS ad, Adolescentro, entre outros.

5 CONCLUSÃO

Esta investigação assumiu como objetivo identificar os fatores que influenciam na evasão escolar de estudantes com necessidades específicas em cursos de formação profissional de nível médio integrado e subsequente. Para isso, buscou-se conhecer a caracterização e as principais dificuldades, assim como compreender a atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - Napne para permanência e sucesso acadêmico desse público-alvo do *Campus* Taguatinga do Instituto Federal de Brasília, com o intuito de sistematizar formas de intervenção social que contribuam para promoção e sucesso acadêmico do alunado em situação de risco de evasão.

Nesse sentido, o trabalho empírico permitiu, entre outras descobertas, conhecer as características e o perfil dos estudantes com necessidades específicas em situação de evasão de 2013 a 2015. Dentre estes, constata-se que os entrevistados são pessoas com deficiência física, visual, auditiva, transtornos mentais, transtornos neurológicos, distúrbios do desenvolvimento e de aprendizagem, decorrentes de perfil socioeconômico de camadas populares, como famílias de baixo nível econômico e cultural, e na maioria, advindas de escolas públicas.

Dentre os achados, foi necessário compreender os fatores associados à evasão escolar no sentido de prevenção desse fenômeno. Por serem as causas ligadas a aspectos de cunho institucional, em sua maioria, como problemas relacionados a barreiras de comunicação e situação profissional, o relacionamento entre professor e técnico administrativo em educação e estudante. Neste sentido, como os aspectos de total relevância, surgiram fatores ligados ao preconceito, à discriminação praticados institucionalmente por professores e à violência urbana nas proximidades do *Campus*.

Boa parte das pessoas com necessidades específicas passa por situações de preconceito e discriminação todos os dias; sendo lamentável que o âmbito escolar não se exime dessa prática e é ainda mais penoso ao se confirmar que esse fato tem ocorrido nas dependências do CTag e por quem tem o dever de incluir. Para combater essa prática, é imprescindível que o IFB, como instituição de ensino pública e democrática, seja promotora do acolhimento e da permanência do seu alunado, com contribuição dos Napne,

para promover o respeito e a valorização da diversidade, fazendo-se valer da verdadeira educação para todos.

Embora se evidenciem, neste século, tantas conquistas de direitos extensivos a todos, lamentavelmente percebe-se ainda que há atitudes preconceituosas, quando se trata de pessoas com necessidades específicas, apesar da vasta legislação brasileira que fundamenta a promoção do bem de todos, por uma sociedade sem preconceitos e de inclusão social, livre de qualquer forma de discriminação.

No que diz respeito às causas da evasão estarem relacionadas ao fator familiar, esta foi a que menos se manteve em evidência. Porém, retomando as causas de cunho institucional, a questão da acessibilidade à infraestrutura no *Campus* foi objeto de questionamentos pelos entrevistados e ratificada na entrevista da Coordenadora do Napne, como exemplo, a estrutura da rampa de acesso aos blocos de salas de aula.

Além da percepção dos estudantes acerca das causas que culminaram na evasão, também se procurou contactar a Coordenadora do Napne do *Campus* Taguatinga, para identificar as percepções desta, e assim, compreender a atuação desse Núcleo no processo de promoção da permanência. Percebe-se que, embora o Napne se preocupe com promover a permanência, essa ação não tem se evidenciado para alguns dos entrevistados.

Salienta-se que há comprometimento do Napne com o processo de promoção à permanência, bem como com as demandas dos estudantes em relação de adaptação curricular, à formação continuada dos servidores sobre as questões ligadas a acessibilidade arquitetônica, à metodologia e à comunicação. Contudo, é necessário atuar frente a essas barreiras, de forma mais incisiva com ações indispensáveis, para que ocorra o processo de efetiva inclusão; é preciso sistematizar essas ações, porque contribuirão para promover a permanência.

É preciso também inserir mais uma nomenclatura no conceito trazido pelos Napne, para designar pessoas com necessidades específicas, porquanto o Núcleo se refere apenas às pessoas com deficiência, transtornos, altas habilidades/superdotação e TEA⁷, poderiam ser acrescentados a estas, os distúrbios de aprendizagem - déficits comumente encontrados no contexto educacional.

⁷ Transtorno do Espectro Autista.

Em relação aos aspectos de total relevância para a promoção da permanência, os colaboradores apontaram ações de cunho institucional como essenciais no processo de êxito acadêmico, sobressaindo, também como imprescindíveis, os programas de assistência estudantil de promoção à permanência. Em seguida, destacam-se as ações voltadas à formação, à prática docente, à segurança pública e à mobilidade urbana.

Ainda com respeito aos aspectos ligados à promoção da permanência, ratifica-se que uma instituição de ensino receptiva com docentes incentivadores contribui para reduzir as causas da evasão. Para isso, o presente estudo apresentou proposta de intervenção, para mitigar a evasão ou o fracasso escolar no Instituto Federal de Brasília – IFB, promovendo mais igualdade de oportunidades, exercício da cidadania e, conseqüentemente, inserção socioprofissional.

Além da proposta de intervenção mencionada, para mitigar as causas da evasão, percebeu-se ser essencial, a sensibilização dos servidores para o trabalho com o público-alvo, incentivando a participação em palestras e cursos de formação continuada. A partir dessa constatação, conclui-se ser fundamental a atuação do Educador Social, para que essas práticas sejam efetivadas como possibilidade para o desenvolvimento pleno, digno e satisfatório da diversidade cultural.

Conclui-se que, devido a problemas identificados no processo de evasão dos estudantes, é imprescindível que se formulem políticas educacionais eficazes para prevenção à evasão, garantia da permanência e saída exitosa dos estudantes da Instituição. O intuito é que os estudantes aproveitem a oportunidade e garantam a verticalização proposta pelos Institutos Federais, incentivando o prosseguimento dos estudos em cursos de nível superior.

Salienta-se aqui o caráter exploratório desta pesquisa; buscou-se apenas abrir caminhos para o desenvolvimento de futuras ações, para promover a permanência dos estudantes com necessidades específicas no IFB, embora se reconheça que a necessidade de reflexão sobre intervir no fenômeno da evasão que incide nesse público deve ocorrer continuamente.

REFERÊNCIAS

- Acordão nº 506/2013* - TCU – Plenário. (2013). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Recuperado em 20 maio, 2015, de <http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=163&data=18/03/2013>.
- Andrade, R., & Gomes H. (2012). Educação inclusiva: Perspectiva da Declaração de Salamanca. *Revista São Luis Orione*, v.1, - n. 6, pp. 37-48, jan./dez. 2012.
- Amaral, A. A. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: *Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas*. Aquino. J. G. (Org.). (1998). (7a edição). São Paulo: Editora Summus, p. 17.
- Bayma-Freire, H., Roazzi, A., & Roazzi, M. M. (2015). *Escolaridade dos pais e permanência dos filhos na escola*. Recuperado em 11 julho, 2016, de http://revistas.udc.es/index.php/reipe/article/viewFile/reipe.2015.2.1.721/pdf_4.
- Ballone, G. J. (2010). Dependência Química e outras doenças mentais. In: *PsiquWeb*, Internet. Recuperado em 12 julho, 2016, de www.psiqweb.med.br.
- Barbos, R. S., & Gomes, H. T. (org.). (2012). Educação Inclusiva: Perspectiva da Declaração de Salamanca. *Revista São Luis Orione*. V. 1, N. 6, pp. 37-48, jan./dez.
- Bartalotti, C. C. (2012). *Inclusão social das pessoas com deficiência: Utopia ou possibilidade?* (3ª reimpressão). São Paulo: Paulus.
- Bell, J. (1997). *Como Realizar um Projecto de Investigação. Um guia para pesquisa ciências sociais e da educação*. Lisboa: Gradiva.
- Capul, M., & Lemay, M. (2005). *Da educação à intervenção social*. Vol. 1. Coleção Educação e Trabalho Social. [s. l.]: Editora Porto.
- Chaves Filho, V. A., Maia, N.O., Melo, E.S.A. de, & Filho, B. S. (2016). Evasão como resposta à formação docente – uma possível resposta à evasão. In: *II Workshop Nacional sobre evasão na educação profissional técnica e tecnológica – da compreensão ao enfrentamento*. Josué de Sousa Mendes; Cláudio Ney Nascimento da Silva; Veruska Ribeiro Machado; Adilson César de Araújo, Átila Pires dos Santos, Paulo Baltazar Ramos e Yvonte Bazbuz da Silva Santos. (orgs.). Brasília: IFB.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1998). Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, p. 1.
- Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. (2009). Decreto 6.949, de 5 de agosto de 2009, Presidência da República. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinada em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

- Costa, A. C. de O., Reis, K. C. dos, & Araújo, J. de. *A afetividade nas relações professor-aluno: Um estudo na educação de jovens e adultos*. Recuperado em 11 julho, 2016, de https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2006.2/a%20afetividade%20nas%20relaes%20professor-aluno%20um%20estudo%20na%20educacao%20de%20jovens%20e%20adultos.pdf.
- Dalgalarrondo, P. (2008). *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. (2a ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Dore, R., & Lüscher, A. Z. (2011). Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. *Cad. Pesquisa*. [online]. 2011, vol. 41, n. 144, ISSN 0100-1574.
- Farias, N., & Buchalla, M. C. (2005). A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: Conceitos, usos e perspectivas. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. 2005;8(2): 197-93.
- Ferreira, J. R., & Glat, R. Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil. In: Banco Mundial. (2003). *Educação Municipal: Recursos, incentivos e resultados*. Brasília, v.2, n.1, p. 1- 63, março, 2003.
- Fogli, Filho, L. F. da S., & Lacerda, M. C. (orgs). (2011). *Inclusão em Educação na Faetec*. Rio de Janeiro: Faperj.
- Freire, P. (2009). *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. (40. Ed.). São Paulo: Paz e Terra, p. 59.
- Gaioso, N. P. de L. *O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil*. (2005). 75 f. Dissertação de Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica de Brasília, Brasília. [Links].
- Gatti, B., & André, M. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. In: Weller, W., & Pfaff, N. (orgs.) (2011). *Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação*. (2a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas em Pesquisa Social*. (6a ed.). São Paulo: Atlas.
- _____. (2009). *Estudo de caso: Fundamentação científica - subsídios para coleta e análise de dados – como redigir o relatório*. São Paulo: Atlas.
- _____. (org.). (2001). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. (18ª ed.). Petrópolis: Vozes, p. 61.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de Uso*. Sociologia. Lisboa: Ed. Principia.

Honora, M., & Frizanco, L. M. (2008). *Esclarecendo as deficiências: aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma nova sociedade inclusiva*. Ciranda Cultura Editora e Distribuidora Ltda.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB. (2014). *Plano de Desenvolvimento Institucional - 2014 a 2018*. (2014), pp. 100-101.

_____. Campus Taguatinga. (2013). *Plano de curso técnico integrado de jovens e adultos em artesanato*. Recuperado em 25 março, 2016, de <http://www.ifb.edu.br/attachments/article/6021/CTAG%20-%20T%C3%A9cnico%20Integrado%20Proeja%20Artesanato%20-%202013.pdf>.

_____. *Plano de curso de educação profissional técnica de nível médio integrado em eletromecânica, artesanato*. Recuperado em 18 março, de 2106, de <http://www.ifb.edu.br/attachments/article/6397/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2019%20PC%20Integrado%20Eletromec%C3%A2nica.pdf>.

_____. *Plano de curso de educação profissional técnico de nível médio subsequente em eletromecânica, artesanato*. Recuperado em 21 janeiro, de 2016, de <http://www.ifb.edu.br/attachments/article/2806/PC%20TSEL.pdf>.

_____. *Plano de curso de educação profissional técnico de nível médio subsequente em vestuário, artesanato*. Recuperado em 20 janeiro, de 2016, de <http://www.ifb.edu.br/attachments/article/7388/Plano%20do%20Curso%20T%C3%A9cnico%20em%20Vestu%C3%A1rio%20-%20Subsequente.pdf>.

_____. *Plano de curso de educação profissional técnico de nível médio subsequente em manutenção e suporte em informática*. Artesanato. Recuperado em 11 janeiro, de 2016, de <http://www.ifb.edu.br/attachments/article/1738/PC%20TSIN.pdf>.

Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. (2015). Aprova a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação 2014-2020. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e dá outras providências. Recuperado em 2 fevereiro, de 2016, de <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996). Aprova a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília.

Lei Orgânica da Assistência Social (1993). (3a ed.). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. (Série Legislação, n. 221).

- Lima, T. C. F. de, & Pessoa, A. C. R. G. *Dificuldade de aprendizagem: principais abordagens terapêuticas discutidas em artigos publicados nas principais revistas indexadas no LILACS de fonoaudiologia no período de 2001 a 2005*. Recuperado em 15 julho, 2016, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462007000400006.
- Lüscher, A. Z., & Dore, R. (2011). Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. *RBPG*, Brasília, supl. 1, v. 8, p. 147 – 176. Primeira Seção - Capítulo 5, dezembro 2011.
- Manica, L. E., & Caliman, G. (2015). *Educação Profissional para Pessoas com Deficiência. Um novo jeito de ser docente*. Brasília: Liber Livro.
- Mantoan, M. T. E. (2003). *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna.
- _____. M. T. E. O desafio das diferenças na escola. In: Mantoan, M. T. E. (2006). (org.). Proposta pedagógica. *O desafio das diferenças na escola*. [s. l.]: Editora Salto para o futuro, p. 6.
- MINAYO, M. C. de S. (2010). *O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. (12a edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco, p. 47.
- Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. (2010). *Um novo modelo de educação profissional. Concepção e diretrizes - 2010*. Recuperado em 18 de março de 2016, em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192
- _____. (2014). *Documento Orientador para Superação da Evasão e Retenção na Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Recuperado em 28 fevereiro, de 2016, de http://www.ifto.edu.br/portal/docs/proen/doc_orientador_evasao_retencao_setec.pdf.
- Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diabetes Mellitus/Ministério da Saúde. (2006). Brasília: Ministério da Saúde.
- Monte, F. R. F. do, & Santos, I. B. dos. *Saberes e práticas da inclusão: Dificuldades acentuadas de aprendizagem: Deficiência Múltipla*. Coordenação-Geral, Reimpressão. Brasília: MEC, SEESP 2004. 58 p.: il. (Educação Infantil; 4).
- Monteiro, V., & Arruda, E. (2011). O impacto da violência urbana nos indicadores de evasão escolar na Região Metropolitana de Fortaleza. *Anais do I circuito de debates acadêmicos*. Fortaleza: Ipea, Code.
- MORAES, M. G. de. (2007). *Acessibilidade e inclusão social em escolas*. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Pedagogia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru.

- Nascimento, D. A integração de crianças e jovens com deficiência em contexto escolar. In: Azevedo, S., & Correia, F. (colab.) (2013). *Educação e Integração Social. 3º Congresso Internacional de Educação Social*. Porto: Editora Fronteira do Caos Editores Ltda.
- Nascimento, D. (2008). *A voz dos surdos: A importância da LGP no processo comunicacional*. Tese de Mestrado, não publicada, Universidade Portucalense. Porto.
- Nascimento, F. N., & Farias, R. A. Questão da inclusão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da Ação TEC NEP. In: Nascimento, C. do F., Florindo, Maria Ferreira Girlane, Silva, & Samico, Neide (Org.). (2013). *Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva: Um caminho em construção*. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Editora IFB.
- Pacheco, E. (2011). *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Editora Moderna Ltda.
- _____, Pereira, L. A. C, & Sobrinho, M. D. *Linhas Críticas*. Brasília - DF, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010. ISSN 1516-4896.
- Paixão, L. E. Dore, R., Mariotta, U., & Laudares, J. B. In: Rosemary Dore, Adilson Cesar de Araújo, & Josué de Sousa Mendes (orgs.). (2014). *Transição escola-trabalho e perfis de estudantes evadidos e diplomados na educação profissional técnica no Brasil. Evasão na Educação Profissional: estudos, políticas e propostas de enfrentamento*. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES.
- Piovesan, F. (2012). *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. (13a ed. rev. ampl. e atual.). São Paulo: Saraiva.
- Resende, A.P. C. de, & Vital, F. M. de P. (2008). *A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência comentada*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, p. 146.
- Resolução CEB/CNE nº 02, de 11 de setembro de 2001*. (2001). Dispõe sobre as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MEC.
- Rosa, W. da F. Atendimento aos Estudantes com Deficiência Física na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. In: Nascimento, C. do F., Florindo, M. F. G. Silva, & S. da N. (org.). (2013). *Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva: Um caminho em construção*. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília; Editora IFB.
- Ribas, J. (2011). *Preconceito contra as pessoas com deficiência: As relações que travamos com o mundo*. 2ª Ed, Cortez
- Sasaki, R. Conceituação e Adaptações na Educação Profissional e Tecnológica. In: Nascimento, C. do F., Florindo, M. F.G., & Silva, S. da N. (org.) (2013). *Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva: Um caminho em construção*. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília; Editora IFB.

_____. (2010). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. (8a edição). Rio de Janeiro: WVA.

Silva, O. M. (1987). *A Epopéia ignorada – A pessoa deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje*. São Paulo: CEDAS.

Urbanek, D., & Ross, P. (2011). *Educação Inclusiva*. (2a. ed.) Curitiba: Editora Fael.

Yin, R. (2005). *Estudo de Caso. Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Virtual em saúde. Recuperado em 26 junho, de 2016, de <http://decs.bvs.br/cgi-bin/wxis1660.exe/decsserver/>Biblioteca>.

ANEXO A

Instituto Federal de Brasília – IFB
Campus Taguatinga

CARTA DE ANUÊNCIA

Aceito **Ana Maria Soares Freire Pereira Leal**, mestranda do Curso de Educação Social e Intervenção Comunitária do Instituto Politécnico de Santarém - Portugal, para desenvolver a pesquisa intitulada **EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**: estudo de caso de estudantes com necessidades específicas no *Campus Taguatinga* do Instituto Federal de Brasília, sob a orientação da Professora Doutora Sônia Galinha e a coorientação do Doutor Franclin Nascimento, ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa, e concordo em fornecer todos os subsídios para seu desenvolvimento, desde que sejam garantidos os seguintes requisitos:

- cumprimento às determinações éticas com a assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido dos participantes,
- garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa,
- nenhuma despesa para esta Instituição decorrente da participação nesta pesquisa,
- liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma, no caso de não cumprimento a esses itens.

Taguatinga, ____ de _____ de 2016.

Assinatura e carimbo

Leonardo Moreira Leodido
Diretor-Geral do Instituto Federal de Educação
Ciência e Tecnologia de Brasília
Campus Taguatinga

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Leia com atenção e tire todas as dúvidas antes de assinar)

Você está sendo convidado a participar, como voluntário, desta pesquisa. Caso concorde em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, poderá desistir e retirar seu consentimento.

Sua recusa não trará nenhum prejuízo à sua relação com o pesquisador ou com a Instituição. Você receberá uma cópia deste Termo em que consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar dúvidas do projeto e da sua participação.

TÍTULO DA PESQUISA:

EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: estudo de caso de estudantes com necessidades específicas no *Campus* Taguatinga do Instituto Federal de Brasília

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: **Ana Maria Soares Freire Pereira Leal**, mestranda em Educação Social e Intervenção Comunitária pelo Instituto Politécnico de Santarém - Portugal.

ENDEREÇO: Quadra CNB 05, Lote 12, Edifício Vaupés, Apto. 1003, Taguatinga - DF.

TELEFONE: 61-8215-7369

PESQUISADORES PARTICIPANTES:

PATROCINADOR: Não se aplica.

OBJETIVOS: Subsidiar estudo para elaboração de dissertação de Mestrado.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: (se concordar em participar da pesquisa, você terá que responder a uma entrevista sobre “*evasão escolar*”). Na entrevista, há perguntas abertas e fechadas e os dados serão importantes, para subsidiar a pesquisa. Haverá total sigilo quanto aos sujeitos que responderem ao questionário.

RISCOS E DESCONFORTOS: Os riscos e os desconfortos que poderão ocorrer são cansaço pelo número de questões e assuntos que talvez lhe tragam tristeza.

BENEFÍCIOS: Os dados da pesquisa poderão contribuir para quantificar os estudantes em situação de evasão escolar, identificar as causas da evasão e contribuir para a permanência.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Não haverá nenhum gasto com sua participação. Consultas, exames, tratamentos dos dados serão totalmente gratuitos, não recebendo nenhuma cobrança pelo que será realizado. Você também não receberá nenhum pagamento por sua participação.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: É garantido o sigilo e assegurada a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa; esses dados não serão divulgados.

Nos termos aqui descritos, aceito participar da pesquisa.

Assinatura do Voluntário

RG:

CPF:

Ana Maria Soares Freire Pereira Leal
Assinatura da Pesquisadora Responsável

RG: 2.469.151 – SSP/DF

CPF: 861.911.014-49

ANEXO C

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS EVADIDOS

Tema: evasão de estudantes com necessidades específicas na educação profissional: estudo de caso do *Campus* Taguatinga do Instituto Federal de Brasília e atuação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas para promoção da permanência.

Entrevistado: (estudante 1.....9) – Curso:

Origem: *Campus* Taguatinga - IFB

Objetivo geral: Identificar quais fatores influenciaram na evasão escolar de estudantes com necessidades específicas nos cursos de formação profissional do *Campus* Taguatinga do Instituto Federal de Brasília.

Local: *Campus* Taguatinga - IFB

Dia e Hora: a combinar

BLOCOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	QUESTÕES	OBSERVAÇÕES
Legitimação da entrevista Motivação da entrevista	Legitimar a entrevista Motivar a entrevista	Informar o entrevistado sobre o trabalho que estou desenvolvendo; Solicitar a colaboração para a continuação do trabalho; Garantir a confidencialidade dos dados e o anonimato da entrevista;	Tempo médio: 05 minutos

		Solicitar a autorização para gravação de áudio da entrevista; Informar que o nome do entrevistado será trocado por nome fictício, letra do alfabeto, nome de flores ou por algarismo.	
Bloco A Histórico pessoal do entrevistado	Conhecer o histórico pessoal do entrevistado	Gostaria que nos informasse seu nome, idade, cor raça, etnia, cidade, se oriundo de área urbana ou rural... Gostaria que falasse, de maneira geral, sobre sua família (pai, mãe, irmãos, casado, solteiro, tem filho (s)); Se houve incentivo do pai/mãe e ou do responsável no seu processo de escolarização e como se deu esse incentivo; Poderia informar a escolaridade do pai e da mãe?	Tempo médio: 15 minutos
Bloco B Histórico pessoal/familiar e socioeconômico do entrevistado	Conhecer o histórico pessoal/familiar e socioeconômico do entrevistado	Em relação à renda <i>per capita</i> , gostaria que descrevesse a renda bruta de todos que compõem o seu grupo familiar; Você ou algum outro membro de sua família recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC)?	Tempo médio: 05 minutos
Bloco C Histórico educacional e profissional do entrevistado	Compreender o contexto escolar e o profissional do entrevistado	Informe qual sua escolaridade e onde cursou seus estudos, instituição pública ou privada? Se está inserido no mercado de trabalho e qual a sua profissão; Como ficou sabendo do IFB <i>Campus</i> Taguatinga? Qual o seu curso? Como foi sua receptividade por parte dos professores e dos colegas de sala? Como você percebe o incentivo dado pelos professores? Descreva.	Tempo médio: 20 minutos

		<p>Como percebe o acolhimento dado aos estudantes pelos profissionais do <i>Campus</i>? Faça breve relato; Os professores estão preparados profissionalmente para ministrarem aulas aos estudantes com necessidades específicas? Justifique sua resposta;</p> <p>Poderia falar um pouco sobre a acessibilidade no <i>Campus</i> Taguatinga (piso tátil; banheiros, biblioteca e laboratórios adaptados; acesso ao <i>Campus</i>); Como se deu sua relação com o coordenador do seu curso?</p> <p>Como se deu a relação professor/estudante e demais servidores do <i>Campus</i>?</p> <p>Poderia falar um pouco sobre o seu curso?;</p> <p>Também gostaria de saber um pouco mais sobre as motivações que culminaram em sua evasão escolar do <i>Campus</i> Taguatinga...</p> <p>Quanto tempo permaneceu no curso e quando se deu sua saída do <i>Campus</i>?</p>	
<p>Bloco D</p> <p>Histórico relacionado à saúde do entrevistado</p>	<p>Conhecer o histórico relacionado à saúde do entrevistado</p>	<p>No que diz respeito a sua saúde, poderia falar de qual necessidade específica ou deficiência é acometido? Há quanto tempo é acometido dessa necessidade específica ou deficiência, se ela é congênita? Se faz acompanhamento com frequência de sua saúde? Qual a área de formação dos profissionais que o atendem?</p>	<p>Tempo médio: 10 minutos</p>
<p>Bloco E</p>		<p>Concorreu a cotas para pessoas com deficiência ou necessidades específicas para ingresso no Instituto Federal de Brasília do <i>Campus</i> Taguatinga?</p>	

<p>Histórico relacionado ao acesso e à inclusão</p>	<p>Compreender as questões relacionadas ao acesso e ao ingresso no IFB <i>Campus</i> Taguatinga</p>	<p>Você poderia nos informar se declarou à Instituição seu diagnóstico e se entregou laudo médico no Registro Acadêmico?</p> <p>O entrevistado conhece o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas? Fale um pouco sobre a atuação desse Núcleo no seu processo acadêmico e a atuação dos profissionais desse Setor;</p> <p>Quais sugestões você daria para atuação do Napne com os estudantes com necessidades específicas?</p> <p>Poderia falar sobre a atuação da Coordenação de Assistência Estudantil no seu processo educacional e dos profissionais desse Setor;</p> <p>Recebeu auxílio (s) dos Programas de Promoção a Permanência? Fale um pouco sobre esses auxílios e se você os enxerga como mecanismo de promoção da permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica?</p> <p>Como você se sentia dentro do <i>Campus</i> Taguatinga?</p> <p>Você poderia falar se já sofreu alguma prática de preconceito ou discriminação dentro do IFB do <i>Campus</i> Taguatinga?</p> <p>O entrevistado voltaria a estudar no IFB?</p>	<p>Tempo médio: 15 minutos</p>
<p>Bloco F Sugestões</p>	<p>Ouvir possíveis sugestões do entrevistado</p>	<p>Que sugestões poderiam contribuir para sua permanência e sucesso acadêmico no IFB <i>Campus</i> Taguatinga?</p>	<p>Tempo médio: 05 minutos</p>

ANEXO D

GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO – EVASÃO ESCOLAR	
CATEGORIA 1 - Caracterização dos estudantes com necessidades específicas em situação de evasão escolar dos Cursos de Formação Profissional do <i>Campus</i> Taguatinga do Instituto Federal de Brasília (IFB)	
SUBCATEGORIA 1.1 – Identificação do perfil do estudante, área de procedência, incentivo da família no processo de escolarização e escolaridade do pai e/ou mãe.	
ENTREVISTADOS	UNIDADE DE REGISTRO
Sujeito Crisântemo (Ceilândia - DF)	<p>Masculino, 41 anos, branca, solteiro e sem filho. Ceilândia - DF.</p> <p>[...] minha mãe morreu muito jovem com 39 anos [...] Por falta de caráter do meu pai. Tivemos uma vida muito dura pela falta da minha mãe, já éramos pobres e ficou pior ainda. Pouco tempo antes da morte dela eu estava desenvolvendo esquizofrenia... Acho que seria melhor ter morrido [...] Eu tentei suicídio [...] Meu pai, eu já te falei o que lhe compete [...] Um irmão é seminarista, outro na arte regional nordestina com música, dança o outro [...] Formação parecida com a minha, minha irmã, tem uma vida mais alavancada. Somos cinco filhos.</p> <p>Meu pai foi responsável pela minha formação intelectual e minha mãe pelo meu caráter. Eu ficava a maior parte do tempo com minha mãe e pegava os livros com o meu pai.</p> <p>É ele tem o segundo grau feito por correspondência, a minha mãe estudou pouco, acho que ela foi um pouco adiante da quinta série.</p>
Sujeito Jacinto (Riacho Fundo - DF)	<p>Masculino, 25 anos, indígena, solteiro e sem filho. Riacho Fundo - DF.</p> <p>Lá em casa são quatro pessoas, meu pai, minha mãe e meu irmão.</p> <p>Recebo incentivo dos pais para estudos. Eu já queria estudar na área de vestuário desde criança, e a partir dos 16 anos, fiquei sabendo que há curso de técnico em vestuário no IFB pela internet, e eu não podia fazer, pois o tempo era incompatível, estudava no período integral. E resolvi me formar primeiro, após minha conclusão ensino médio, conversei com minha mãe sobre fazer curso técnico e recebi apoio de toda família, por isso, minha família me incentivou a fazer, pois sabe que gosto.</p> <p>Meu pai tem ensino médio incompleto e minha mãe superior incompleto.</p>
	<p>Feminino, 20 anos, parda, solteira e sem filho. Taguatinga - DF</p>

<p>Sujeito Amarílis (Taguatinga - DF)</p>	<p>Eu moro com minha mãe e minhas duas irmãs. Minhas [...] irmãs são estudantes, a minha mãe trabalha em serviços gerais e meu pai já faleceu. Então, eu descobri [...] Como eu descobri que estava com uma doença nos olhos e que eu virei deficiente visual, a gente começou a fazer o tratamento bem rápido, né, tipo bem rápido mesmo, tipo eu descobri o meu problema em dezembro e abril eu já fiz o meu primeiro transplante. E aí eu larguei os estudos, e aí eu tentei alguns anos seguintes voltar a estudar, não estava dando certo, eu nunca consegui o apoio das escolas onde eu estudava e meus pais sempre me incentivaram. Ah, assim, eu precisava estudar, não precisei trabalhar, então essa parte [...] Minha mãe sempre me ajudava, me acompanhava na escola. Então, eu acho que é ensino fundamental dos dois. Do meu pai eu não tenho muito certeza.</p>
<p>Sujeito Delfim (Samambaia-DF)</p>	<p>Masculino, 29 anos, pardo, solteiro e sem filho. Samambaia – DF Eu moro com meus pais e meu irmão, minha mãe não trabalha, meu pai é marceneiro e eu que tenho que acompanhá-lo nas compras de materiais para ele trabalhar. Recebi apoio e incentivo dos pais nos meus estudos; incentivo moral e quando era necessário, minha mãe me acompanha devido minha mobilidade reduzida. Minha mãe não é alfabetizada e meu pai possui o ensino fundamental incompleto.</p>
<p>Sujeito Antúrio (Riacho Fundo II DF)</p>	<p>Masculino, 34 anos, parda, solteiro e sem filho (s). Uma família normal, por assim dizer [...] Eu moro com minha mãe e minha avó, minha mãe é aposentada. Sim. Bastante até hoje [...] É porque aqui em casa todo mundo é formado. Então o que acontece [...] Não só incentivo, mas é um exemplo a gente se formar aqui em casa. Não tem como não se formar aqui em casa. Às vezes eu vejo um amigo meu dizendo [...] Vou parar de estudar. Aqui em casa não tem essa parada de não estudar. Não existe isso aqui em casa [...] A minha avó é analfabeta e agora minha mãe tem curso superior.</p>
<p>Sujeito Lírio (Santo Antônio do Descoberto - GO)</p>	<p>Masculino, 16 anos, preta, solteiro e sem filho (s). Santo Antônio do Descoberto - GO No momento meu pai é aposentado, minha mãe também é aposentada, meus irmãos todos trabalham. Hoje em dia só mora eu, minha mãe e meu pai. Sim. Sempre me incentivaram. Minha mãe me dar muito incentivo, já meu pai não me incentiva muito, mas me dar uma força. Minha mãe vai sempre na minha escola, frequenta as reuniões e me cobra muito para que eu estude. Meu pai cursou o ensino médio completo, agora minha mãe tem curso superior incompleto.</p>
<p>Sujeito Lisianto</p>	<p>Masculino, 22 anos, parda, solteiro e sem filho.</p>

(Recanto da Emas - DF)	<p>Recanto das Emas - DF</p> <p>O meu pai trabalha como mecânico, autônomo. Ele é lanterneiro.</p> <p>Minha mãe trabalhava de [...] Meio que de assistente social no governo, trabalhou 8 anos dirigindo uma casa de idosos, mas como era um cargo político ela teve que sair e está desempregada no momento. Minha irmã é autônoma tem um salão de beleza e atende em casa e eu que [...] estou estudando, fazendo cursinho para entrar na UnB.</p> <p>Recebi incentivo sim. Estudei em escola pública e meu pai e minha mãe sempre incentivaram. Eu nunca tinha reprovado e quando foi no ensino médio reprovei, mas isso não me prejudicou.</p> <p>Minha mãe tem ensino fundamental incompleto e meu pai também tem ensino fundamental incompleto</p>
Sujeito Narciso (Riacho Fundo - DF)	<p>Masculino, 29 anos, parda, solteiro e sem filho (s)</p> <p>Meus pais são separados. O meu pai é aposentado como trabalhador rural e mora na Bahia com outra família. E eu moro com minha mãe e uma irmã.</p> <p>Não recebi incentivo de meus pais para estudar.</p> <p>Minha mãe fez o ensino fundamental completo e o pai só tem aquele estudo de antigamente que se falava [...] era [...] alfabetização, eu acho, acho que se dizia assim.</p>
Sujeito Gardênia (Taguatinga - DF)	<p>Feminino, 26 anos, parda, divorciada e com um filho.</p> <p>Taguatinga - DF</p> <p>Olha, assim [...] a minha família [...] Eu considero como família, a que eu tenho hoje, porque para mim família é a que tá do seu lado. Fui criada com meus pais e meus irmãos, graças a eles estou viva até hoje porque me deram um teto, me deram abrigo, mas o que aprendi mesmo na vida foi que é cada um por si e Deus por todos nós [...] e que a gente tem que encontrar o amor da vida da gente, não dar para ficar nos pais o resto da vida [...] a gente tem que sempre buscar melhorar e é isso que eu tiro da minha família, que a tentativa da minha família é buscar melhorar.</p> <p>Houve sim, a minha mãe sempre observou para colocar a gente na escola o mais cedo possível, sempre, é [...] teve aquela preocupação da minha mãe na compra de material escolar, essas coisas. Isso eu não posso falar da minha mãe, ela ajudou, sim.</p> <p>Meu pai é analfabeto, ele não é alfabetizado, ele não frequentou escola e minha mãe é alfabetizada, mas só estudou até a quarta série.</p>
CATEGORIA 2 - Caracterização do histórico pessoal/familiar socioeconômico do entrevistado	
SUBCATEGORIA 2.1 – Compreender o histórico pessoal e familiar e socioeconômico do entrevistado – Renda familiar.	
ENTREVISTADOS	UNIDADE DE REGISTRO

Sujeito Crisântemo (Ceilândia - DF)	Meu pai teve um acidente em 87 e a renda nossa ficou muito ruim. Minha mãe trabalhou, morreu trabalhando e andava de um lugar para outro onde ela fazia serviço e morreu na [...] Meu irmão recebe auxílio permanência e eu e meu pai recebemos um salário mínimo cada. Eu recebo auxílio do Benefício de Prestação Continuada - BPC, devido meu problema de saúde. Meu pai tem 71 anos e foi encostado por conta do acidente, ele estava no limbo e hoje ele já é aposentado.
Sujeito Jacinto (Riacho Fundo – DF)	Um salário-mínimo (oitocentos e oitenta reais). Não recebemos esse auxílio [...] Benefício de Prestação Continuada (BPC), até que tentei [...]
Sujeito Amarílis (Taguatinga - DF)	Então, minha mãe é a única que tem renda. Acredito que fica na faixa de R\$ 800,00 (oitocentos reais) [...] A gente tentou, mas não conseguiu até agora [...] A gente entrou com o pedido, mas foi negado, aí a gente tentou novamente.
Sujeito Delfim (Samambaia - DF)	A minha família possui uma renda mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Sim. Eu recebo por ser diagnosticado com deficiência física o Benefício de Prestação Continuada.
Sujeito Antúrio (Riacho Fundo II - DF)	Olha, juntando a renda da minha avó e da minha mãe, fica em torno de R\$ 8.000,00 (oito mil reais). Minha vó recebe benefício do meu avô, ou seja, é aquele benefício [...] pensão por morte.
Sujeito Lírio (Santo Antônio do Descoberto - GO)	Olha, só quem tem renda na minha casa é meu pai, ele é aposentado e recebe R\$ 3.300 (três mil e trezentos reais), mensalmente. Não. Nenhum de nós recebe esse tipo de auxílio.
Sujeito Lisianto (Recando das Emas - DF)	Eu e minha mãe não temos renda, a renda nossa vem da minha irmã e do meu pai, então como eles trabalham em casa, não tem uma renda fixa [...] mas deve ficar em média até R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Não recebemos nenhum auxílio da previdência social.
Sujeito Narciso (Riacho Fundo - DF)	Não sei dizer por que [...] A minha mãe trabalha com comércio, não tem uma renda familiar fixa. Uma renda fixa [...] A minha irmã trabalha como corretora de seguros de automóveis, também não tem uma renda fixa. Não.
Sujeito Gardênia (Taguatinga - DF)	Eu recebo um salário mínimo e meu esposo recebe um R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais). Nossa renda fica na faixa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Não. Eu só recebo auxílio doença. Na época que descobri o meu problema de saúde, eu trabalhava, tinha uma vida ativa... Até que já tentei receber o BPC, mas [...]
CATEGORIA 3 - Compreender o contexto escolar e o profissional do entrevistado.	

SUBCATEGORIA 1.3 – Inserção escolar e socioprofissional; receptividade no *Campus* Taguatinga, inclusão e acessibilidade; Fatores que contribuíram para evasão escolar e tempo de permanência no curso.

ENTREVISTADOS	UNIDADE DE REGISTRO
<p>Sujeito Crisântemo (Ceilândia - DF)</p>	<p>Então, eu tenho ensino médio. Meus estudos foram em escola pública. Eu não estou inserido no mercado de trabalho e não tenho uma profissão. Ah, eu sou estudante. Fiquei sabendo através da minha psicóloga. Ela sabia da minha aptidão pela área de exatas e viu uma oportunidade muito boa e acertou em cheio. Ela também me indicou outras coisas, mas não deram certo. Eu fazia o técnico em eletromecânica. Ela é muito boa. Muito melhor do que eu pensava quando estava cheio de grilos na cabeça com o mundo lá fora. Nunca aconteceu nada de errado, mas só aquela situação, mas não foi por conta dos professores não. Eu não estava me adaptando, foram muitas aulas, eu não estava me adaptando, fiquei cansado mentalmente, fiquei exaurido. Mais tudo isso no iníciozinho, lá no início de 2013. Então, eu acho que é bom. Lá somos bem tratados por todos [...] Olha, eu acredito que o incentivo poderia melhor, então eles tem que trabalha mais essa questão. Bom, a minha necessidade específica, ah, eu não sou cego, eu também posso andar perfeitamente, eu ouço, certo? As vezes dar um perrengue, mas devido o meu imenso amor pela eletromecânica, isso é compensado. Não tenho ideia das necessidades dos outros tipos de deficiência, mas comigo, compreenderam sempre. Certo. Olha eu acho muito difícil com a crise econômica do meu país, mas eu creio que as coisas podem melhorar. Eu sei que aquela rampa foi feita errada, tinha que ter uma parada reta para a pessoa descansar e prosseguir. Não reparei quanto ao piso tátil. Banheiros, eu nunca meditei. Não tenho uma opinião formada. Acesso ao <i>Campus</i>. Olha, poderia melhorar, mas eu sou cético e não acho que as coisas vão melhorar e virar uma utopia. Para quem é cadeirante não acho muito difícil. É para quem é cego é mais difícil... Utopia me cansa, eu gosto de ser bem recebido. Eu fui bem recebido e devagar a gente chega lá. A ideia era que tivesse um ônibus para o pessoal que tem mobilidade [...] que passasse lá próximo, mas agora é utopia. Não. Acho que nunca tive contato com ele. Acho que não. O meu curso, a vantagem lá é que eu estava muito melhor do que na ETB. É que aprende diversas engenharias, e eu aprendi de fato... Lá eu pareço num instituto de tecnologia de Mastashusti [...] os laboratórios são muito bons. Assim, é o seguinte, vocês não me conheciam, não sabiam quais as minhas necessidades. Ah, eu passei de uma situação muito diferente de uma pessoa que a maior responsabilidade era ficar frequentando uma instituição psiquiátrica para fazer terapia e passar o dia lá, para ficar conversando, conversando, conversando com psicólogo, era aquela dependência e aí eu tive que encarar uma nova vida e foi difícil [...] Olha, eu gosto tremendamente de matemática, mas a maioria das pessoas não gostam, mas ela ajuda no processo de entender as maquinas e decifrar [...] Os alunos não gostam de conteúdo só gostam da prática. Isso deve começar do ensino fundamental e não do</p>

	<p>IFB. Mesmo com a preparação tecnológica a pessoa não aprende direito, as pessoas estão perdidas. Olha não existe maneira de consertar esse gargalo se o problema do baixo rendimento vem lá de trás. Não, ó, ela sai logo [...] Um mês. Foi no início de 2013.</p>
<p>Sujeito Jacinto (Riacho Fundo – DF)</p>	<p>Ensino médio completo. Em escolas públicas. Não. Sou estudante. Soube pela internet. Técnico em Vestuário. Fui muito bem recebido, e os colegas foram receptivos. Foi caloroso e muito bem recebido. Eu os avalio como bons incentivadores Depende dos professores, mas todos sempre esforçam para atender pessoas com deficiências, tirando dúvida, etc. E também tem atendimento ao aluno. O <i>Campus</i> não é adaptado. Bem, conheço a [...] Já foi minha professora, e nossa convivência foi boa, me atende. Normal. De boa [...] No começo foi um pouco limitado “dificuldade de conversar”. Ao longo do tempo, as coisas fluíram muito bem e também nos entendíamos sem problema algum. É um universo bastante complexo, que possuíam história de moda, indumentária de vestuário, etc. Incompatibilidade do horário dos estudos com o trabalho e também optei por um curso de nível superior. Sai em 2013 e cheguei a cursar um módulo.</p>
<p>Sujeito Amarílis (Taguatinga - DF)</p>	<p>Estudei em escola pública e estou no ensino médio incompleto. Não. Não estou não. Eu sou artesã, artista plástica. Então, eu quando fazia curso no IFB fazia mais essas partes dos deveres, por eu nunca ter feito outro curso, mas agora eu estou fazendo coisas de casa mesmo, mais também envolvida em artesanato, tipo, faço pintura em plano de prato, costura eu não faço muito, só para casa mesmo. Então, antes eu queria mexer com moda, aí eu fui inserida no curso de artesanato e no meu interesse de mexer com artes fui aprimorando mais. O meu tio, ele trabalhava no IFB de Taguatinga centro ele me inscreveu no curso de Inglês e aí eu comecei a fazer esse curso e daí eu fui fazendo outros cursos. Foi o Proeja em Artesanato. Olha, eu achei que lá eles me ajudavam bastante, essa parte de ser baixa visão, eles me ajudavam bastante, é, eles não viam problema nenhum né, porque eu levava o tablete para tirar foto do quadro. Eles diziam que até eu podia gravar as aulas para assistir depois em casa. Eles me ajudavam bastante. Tinha material na biblioteca também que eu podia usar que era ampliado</p>

	<p>Bom, eu acho normal, todos lá eram bem receptivos com a gente. Sim. Eles são bem legais nessa parte, sempre me incentivaram. Ah, sim. Sim. Tanto tem escada, como tem rampa. Essa parte não tem nenhum problema não. De piso tátil acho que não tem nenhum problema não. É então, eu recebi alguns livros, mas não cheguei a ter contato com a biblioteca não. É difícil porque a parada de ônibus costuma ser longe, as calçadas não têm rampa e você tem que decidir se anda na calçada ou no meio da rua. A noite é muito difícil mesmo, a questão da iluminação é precária também. Ah, também tem a questão dos assaltos lá [...] Então, o coordenador do curso [...] eu conheci essa coordenadora numa pré reunião que teve para ver nas pessoas que eram interessadas no curso e que iam se matricular. Então essa pessoa era muito gentil e já nos primeiros dias de aula, essa pessoa era muito boa, muito acolhedora e até hoje eu tenho contato com ela me ajudava bastante. Olha, a nossa relação sempre foi boa. Os professores sempre foram muito bons, muito amáveis, compreensivos. Nunca tive problema com ninguém lá, não. Teve um [...] assim [...] Eu achava que só na hora de ver as notas, eles colocavam no mural e não davam um boletim para gente, ou seja, eles não ligavam muito em dar um boletim para gente e não ligavam para quem era deficiente e quem não era. Isso foi complicado. Então, a minha turma como era mais de senhoras experientes, elas eram muito generosas, bondosas, elas sempre me ajudaram no que precisava e éramos unidas. Se precisasse de caderno elas me emprestava, ajuda em trabalhos. [...] eu fiz o primeiro semestre aí desisti, voltei e fiz o primeiro semestre e eu estava cursando o segundo semestre quando descobri que não tinha não passado e teria que fazer pela terceira vez o primeiro semestre e não dava para passar um ano e meio no mesmo semestre. Eu acho que foi um pouco de falha dos dois, eu perguntei aos professores e coordenador, vocês acham que eu consigo passar? Dá sim, você vai passar. Lógico que eu faltei bastante. Quando começou o semestre eu cheguei a frequentar dois meses e depois eles chegaram para mim e disseram, olha você não passou [...] Não quis opinar. Eu acho que foi isso por que [...] Eu peguei uma fase de um ano e meio no mesmo semestre e eu não estava progredindo nada e passei três semestres e eu prefiro fazer um supletivo que é um ano e meio e eu preferi partir para outro curso. Assim, eu fiz de 2015, fevereiro abril mais ou menos, agosto até dezembro, até o final. De fevereiro não sei até quando mais desisti novamente. Eu não era muito frequente, às vezes eu faltava uma ou duas vezes por semana. Mas não faltava a semana toda.</p>
<p>Sujeito Delfim (Samambaia - DF)</p>	<p>Eu tenho ensino superior incompleto e estudei sempre em escolas públicas. Não. Só sou estudante, mesmo. Fiquei sabendo do IFB por uma reportagem que foi transmitida no Bom Dia DF. Cheguei a cursar eletromecânica e o superior em informática. A minha receptividade pelos professores foi muito boa, mas pelos colegas no início havia sim um pouco de preconceito por eu ser pessoa com necessidades especiais.</p>

	<p>O acolhimento dado pelos profissionais aos estudantes e muito bom, com isso há um bom ambiente para os alunos. Não acho que são incentivadores, mas sei que deveriam e atribuo como negativo.</p> <p>Não, porque não há a infraestrutura necessária para eles e há falta de material adaptado.</p> <p>O laboratório de eletromecânica ainda não é adaptado, os banheiros sim, quanto a biblioteca existe problemas com o elevador que trava e antes ela não era acessível, pois várias vezes para eu acessar a biblioteca tinha que subir as escadas com minhas muletas.</p> <p>Olha, sempre tive muito contato e foi bom.</p> <p>Esta relação se deu muito bem não tive problema nenhum.</p> <p>Eu fiz o curso técnico em eletromecânica que não foi concluído e nem o superior em ciências da computação, que também não terminei.</p> <p>O motivo de abandono do curso se deu em virtude de incompatibilidade com o horário de trabalho, uma vez que trabalho com meu pai e sou eu quem ajudo nas compras de matérias para marcenaria. Tive dificuldade pedagógica em algumas disciplinas. Senti desinteresse pelo curso e optou por um de nível superior. Informo que em parte faltou apoio da escola e de alguns professores para minha permanência. Senti dificuldade com a grade curricular do curso e também senti dificuldade de acesso ao <i>Campus</i>, uma vez que tenho mobilidade reduzida e o ônibus passa distante da escola. Ah, eu tinha dificuldade de realizar trabalho em grupo.</p> <p>Sai em 2014 e o superior em 2015. Entrei no <i>Campus</i> em 2012.</p>
<p>Sujeito Antúrio (Riacho Fundo II - DF)</p>	<p>O fundamental eu estudei aqui em Brasília mesmo. O segundo grau também meio termo, estudei em pública e particular. O superior também meio termo, ou seja, estudei em particular depois fui para escola pública.</p> <p>Estou desempregado no momento. Sou técnico em radioterapia.</p> <p>Fiquei sabendo do curso através de um amigo.</p> <p>Curso técnico em informática.</p> <p>Ótima. Tranquila. Tantos com os professores quanto com os colegas são maravilhosos.</p> <p>Ah, não, o IFB é totalmente diferenciado com qualquer lugar que estudei. Nossa [...]. É ótimo. Muito bom.</p> <p>Eles são excelentes e não tenho nada a reclamar [...] É muito bom, mesmo.</p> <p>Olha eu acho, como quaisquer outros professores da rede, precisam ter um pouco mais de preparo, por [...] é mais questão de experiência, mas do que preparo na realidade.</p> <p>Olha os banheiros funcionam bem, não sei se o elevador está funcionando, que no caso é o acesso a biblioteca e o lance lá da questão da passarela, é necessária. Os laboratórios são incríveis. Ainda não está preparado para receber pessoas cegas, ainda não. Cadeirantes sim, se melhorar em alguns detalhes, mas cegas inda não. O acesso ao <i>Campus</i> é muito ruim, é terrível, precisa melhorar muito e principalmente em relação a segurança, está tendo assalto direto.</p> <p>A minha relação com o coordenador foi muito boa. Ele é uma pessoa maravilhosa. O coordenador me ajudou muito, me orientou como eu tinha que proceder, tudinho [...] foi realmente muito cuidadoso.</p>

	<p>Eu [...] Olha, como em toda minha vida escolar, sempre tive muito cuidado de tratar bem as pessoas. Entendeu? Bem, ué, tive muito cuidado de tratá-los bem e sempre fui muito bem tratado.</p> <p>Olha, olha é ótimo o curso. Viu [...] As matérias são tão puxadas, eu também estava precisando fazer, na verdade porque eu já tinha um curso de informática, só que estava me faltando um monte de coisas que eu não tinha, e principalmente na área de redes que é o que eu estou querendo me especializar, e nossa, eu acho que estou até sendo grosseiro com o curso. Ele atende as minhas expectativas, e na verdade eu estou até querendo fazer outro.</p> <p>Olha, não foi bem uma motivação, o problema maior é que eu estava muito estressado, eu estava 18 horas por dia na rua, estava fazendo estágio, eu estava estudando aí a tarde e sai daí e ia trabalhar até às 11 horas e no outro dia tinha que estudar e acabou que eu me estressei e existe o problema da adicção que eu misturei, tive uma recaída e não estava mais assimilando as informações. Entendeu? E acabei achando melhor refazer esse semestre.</p> <p>Passei um ano, cheguei a cursar dois semestres sem reprovar e sai em 2015.</p>
<p>Sujeito Lírio (Santo Antônio do Descoberto - GO)</p>	<p>Eu tenho ensino médio incompleto.</p> <p>Sempre estudei em escolas públicas.</p> <p>No momento não. Sou estudante.</p> <p>Soube pelo meu irmão, ele já tinha trabalhado no IFB e minha mãe foi lá e me colocou no curso.</p> <p>O meu curso lá era o de técnico integrado em eletromecânica.</p> <p>Ah, eles tratam os alunos bem legal, igual ao professor trata normal os alunos. São legais, tantos os colegas de turma quanto os professores.</p> <p>Olha, eles incentivam a gente estudar, tem as aulas de reforço que cobram para gente ir [...]</p> <p>Lá todos sempre me trataram muito bem [...] Sim. Acredito que sim, pelo que vi os professores tratarem os alunos, mas creio que alguns não estão preparados para algumas necessidades mais específicas, como para cegas.</p> <p>O <i>Campus</i> está adaptado em alguns locais, mas não me recordo dos outros locais.</p> <p>É tipo meio distante e lá tem muito assalto, é perigoso.</p> <p>Sempre tive muito contato com o meu coordenador e ele era tipo, de boa.</p> <p>Ah, alguns me trataram bem, só algumas pessoas que não foram tão legais comigo, tipo alguns professores e alunos.</p> <p>Olha, eu vi que no primeiro semestre tinha aulas teóricas e práticas, então eu acho que depois deve ficar mais na prática mesmo.</p> <p>O curso é legal, mas é muito cansativo, porque tem que acordar cedo e passar o dia todo estudando, é que tem muitas disciplinas que não são necessárias e a carga horaria do curso é muito pesada.</p> <p>Eu, então [...] cheguei a passar um semestre lá e sai em 2015.</p>

<p>Sujeito Lisianto (Recando das Emas – DF)</p>	<p>Cheguei a cursar o ensino superior, mas desisti e estou fazendo cursinho para ingressar na UnB. Estudei em escolas públicas o ensino fundamental e médio, agora o superior foi em instituição privada. Então, atualmente não estou inserido no Mercado de trabalho e sou estudante.</p> <p>Eu soube do <i>Campus</i> Taguatinga pela internet e a internet é a melhor ferramenta de informação que existe. Era eletromecânica.</p> <p>Olha, eu avalio numa nota máxima, seu eu puder avaliar, porque lá era ótimo, tanto os professores quanto os alunos eram bons mesmos, tanto a estrutura física também lá é muito boa. O único problema é que de certa forma, lá é distante da minha casa.</p> <p>Olha, fazendo uma relação com o atendimento com outras instituições públicas, lá o atendimento excelente, a estrutura é ótima, e também o atendimento dos professores. Lá tem uma sigla de um setor de atendimento ao aluno, que não me lembro agora, mas são excelentes, primeiro você recebe todo o material do curso, é um ponto muito positivo. Geralmente isso tem nas escolas públicas, mas não é tão bom como no IFB.</p> <p>Então, eles são maravilhosos e isso eu pude perceber no pouco tempo em que estive lá [...] Sim, recebi incentivo!</p> <p>Olha, eu acho que eles estão preparados sim, tipo assim, eu sei que eu tenho dificuldade no olho, mas por exemplo eu não sei como esse atendimento se daria a uma pessoa cega, eu vi pessoas de cadeira de rodas lá, já com o cego eu não sei como se daria, mas no geral eu avalio como positivo.</p> <p>Então como te falei, eu não tive oportunidade de ver ninguém usar o piso tátil, mas fora já tive experiências de pessoas que usam esse tipo de piso, mas vejo que a estrutura foi feita da maneira certa, e eu nunca tive a oportunidade de ver ninguém usando o piso tátil, mas acredito que seja de qualidade e bem necessário e já quanto aos banheiros e a biblioteca são ótimos. A biblioteca tem um grande acervo de material, o material é ótimo, e infelizmente isso não é comum na rede pública, eu já estudei em escolas que precisei da biblioteca e não funcionava [...] já lá tem pessoas para atender os alunos. Lá eu vejo que de fato tudo funciona de verdade.</p> <p>Olha a acessibilidade da parada de ônibus até o <i>Campus</i>, é assim, vou avaliar da minha forma, acessibilidade da parada até a porta de entrada do <i>Campus</i>, é como se fosse uns cinco, já no <i>Campus</i> a nota é dez. Porque na rua não tem a mesma estrutura física para receber as pessoas, a partir do momento que você desce do ônibus era para você ter a mesma qualidade de acesso até o <i>Campus</i>. Acho que seria melhor se tivesse um ônibus que passasse na rua da escola, mas isso é uma coisa [...] acho que as ruas e as paradas não estão tão preparadas, na minha cidade as ruas também não estão tão preparadas.</p> <p>Então eu não cheguei a ter contato com o coordenador do curso, mas eu percebi que ele sempre estava disponível, eu não cheguei a ter esse contato porque não tive necessidade.</p> <p>Foi um relacionamento saudável, os professores eram bem populares, e tal, eles eram bem dedicados na tarefa deles, foi um relacionamento saudável, tanto com os professores, quanto com os alunos, e demais servidores eu levava lance e sempre que eu precisava eles estavam à disposição me deixavam esquentar. Foi legal [...] De boa.</p>
---	--

	<p>O curso de eletromecânica é ótimo, bem profissionalizante mesmo, é tipo técnicas bem direcionadas, e acho sensacional mesmo. Como eu só fiquei pouquinho tempo no curso, não sei, não posso falar muito coisa, mas sei que é um curso bom, com boa estrutura e por exemplo, se comparado com outras escolas, a escola técnica de Brasília, eu acho que o IFB é melhor por se preocupar mais na parte prática, que querendo ou não, é o que o profissional vai precisar exercer mais. A teoria sempre tem que vir junto com a prática, mas eu vejo que no IFB eles direcionam o aluno sempre para a prática... Ajuda mais a pessoa que isso acaba que tem mais experiência e acaba que domina mais um certo tipo de ferramenta para o trabalho. Pelo menos no meu curso.</p> <p>Ó, então, é porque assim, eu chegava muito atrasado [...] no curso. Eu tinha que pegar dois ônibus, só que daí assim eu podia sair mais cedo e chegava sempre na hora, e daí as vezes eu chegava muito atrasado e eu mesmo me desmotivei e as vezes não consegui entrar e muitas vezes eu voltava e comecei a ter o mau hábito de faltar e não consegui acompanhar e tive que sair. Eu atribuo causa do abandono a mim mesmo. Era meio distante da minha casa e eu tinha que pegar dois ônibus, tem muitos amigos que pegam até três ônibus [...]</p> <p>Não quis opinar.</p> <p>Foi mais ou menos uns três meses a quatro.</p> <p>Olha eu comecei a fazer no início de 2015 e sai antes do meio do ano e sou do primeiro semestre.</p>
<p>Sujeito Narciso (Riacho Fundo - DF)</p>	<p>Eu tenho ensino médio completo. Sempre estudei em escolas públicas.</p> <p>Não estou inserido no mercado de trabalho e não tenho profissão.</p> <p>Fiquei sabendo pela minha psicóloga do ISM, Instituto de Saúde Mental.</p> <p>Eu cheguei a cursar o de Manutenção e Suporte a Informática.</p> <p>Fui bem recebido pelos professores e pelos alunos não frequentava muito aula, portanto, não era bem compreendido não.</p> <p>Eu fui incentivado, mais por alguns professores ainda mais [...]</p> <p>Fui tratado bem, mas faltou da minha parte o comprometimento comigo mesmo, mas eu não consegui porque não tenho saúde.</p> <p>Os professores estão preparados, mas não tem ideia com se dá uma aula para especiais. Os professores supriram muita minha necessidade, tanto é que até tentaram dá umas aulas de reforço, mas eu não pude ir assistir.</p> <p>A escola está preparada sim para alunos especiais. Quanto ao acesso ao <i>Campus</i>, eu acho um pouco distante da parada de ônibus, embora a faixa de pedestre existente próximo a escola, ajuda bastante.</p> <p>Não cheguei a conhecer o Coordenador do curso, devido ao pouco tempo que estive presente em aulas.</p> <p>A relação com servidores e professores foi boa, já minha relação não foi muito boa com estudantes, devido ao meu problema de saúde, dificultou o entendimento com colegas de classe, não fui muito bem compreendido por eles.</p> <p>Não entendi muito bem o curso e seu segmento. Acredito que no primeiro semestre estuda-se a teoria e no segundo e terceiro semestre estuda-se a prática. No pouco que frequentei as aulas, assisti apenas teoria.</p> <p>O acolhimento foi bom, isso [...]</p>

	<p>Desisti do curso por motivo de saúde, embora por ter dificuldade a escola disponibilizou o aproveitamento (flexibilização curricular), mas nesta época fiquei muito doente e tive que parar o curso. Mesmo assim encontrei alguma dificuldade em certas disciplinas. A doença e meu problema de saúde me fizeram parar o curso.</p> <p>Acredito que fiquei estudando em torno de 3 meses. Sai do curso em novembro ou dezembro de 2015. Não lembro bem.</p>
<p>Sujeito Gardênia (Taguatinga - DF)</p>	<p>Tenho o ensino médio completo. Sempre estudei a vida inteira em escola pública. Eu tenho uma profissão, já como maquiadora e estou inserida do Mercado de trabalho, só que atuo de autônoma. Eu tenho uma amiga que mora em frente do <i>Campus</i> e quando me mudei para Taguatinga fui na casa dela e fiquei curiosa com aquele prédio grande e fui lá ver. Eu e meu esposo fizemos inscrição e estudávamos lá. O de Técnico em informática e técnico em vestuário, mas não fui feliz em nenhuma das brincadeiras. Risos. Olha, eu me senti muito bem acolhida, os professores sempre foram muito compreensivos, sempre tentaram me ajudar em tudo e sempre tentaram dar o suporte necessário possível. Meus colegas de sala de aula sempre me ajudaram e me auxiliavam, aí... eu sempre gostei do IFB por conta da boa convivência que existe entre o aluno e o didático, o lecionador. É, eu avalio como bom, lá as pessoas são bem receptivas e a gente se sentia bem acolhida, só teve um episódio que não gosto de recordar [...] É [...] Eu acho que faltou mais incentivo pelos professores [...] se não estamos lá, aquilo não funciona e falta mais deles... Olha. Eu, assim que de repente [...] isso é um assunto meio complicado, não dá para pedir para todo mundo se prepara para lidar com uma certa singularidade, mas é importante que essa pessoa tenha ao menos uma noção e quando ela tiver um caso em mãos, que procure se informar, no meu caso de esquizofrênica, procurar se informar, quais são os sintomas, quais são as queixas, quais são as contravenções, se for um aluno surdo mudo, como é que ele se comunica. Eu acho assim, que os professores podem se adaptar melhor, não que eles não estejam preparados, mas podem fazer melhor.</p> <p>Olha no geral eu digo o seguinte, o acesso ao <i>Campus</i> é bom, porque assim é [...] tem rampas e tal, então eu acredito que um cadeirante, é um [...] um cego conseguiria ficar bem, eu no meu caso, eu não tive muito sucesso, porque eu passei uma época de surto que eu não podia ficar em lugares altos, e as salas de aulas e laboratórios eram no segundo andar, então ficava sempre naquela situação de risco. Ai assim [...], mas tirando isso o <i>Campus</i> é bom. O caminho da parada até o <i>Campus</i> é horrível, acontece muito assalto, vários funcionários já formam assaltados, alunos agredidos. Eu acho assim que pelo IFB ter a importância de ser um órgão federal, não é algo criado pelo administrador de Taguatinga ou governo do DF, é um órgão federal, tinha que ter uma importância maior, uma visibilidade maior, tinha que passar ônibus na porta, porque se tem ônibus para a UnB e porque não ter para o IFB? É faculdade do mesmo jeito, é transito do mesmo jeito.</p>

	<p>Olha, eu tive contato, eu acho [...] só não me lembro muito bem, mas na época que eu fazia vestuário era [...] e na época que eu fiz o [...] a informática era [...] Eu sempre tive contato com eles, sempre foram gentis comigo e não tenho nada a falar deles.</p> <p>Eu avalio como boa, mas tem um certo servidor administrativo que eu tenho trauma e não gostaria de [...], mas essa pessoa. Sofri muito na época e foi uma situação muito chata.</p> <p>Os cursos eram bons, mas não tenho aptidão para a área de informática, computador eu só sei ligar e desligar, quanto ao outro e não tive tanto tempo para poder avaliar.</p> <p>Olha para ser sincera, o que motivou minha evasão é [...] Eu acho assim que foi algo muito peculiar, porque assim, eu me sentia muito inferior aos demais alunos, porque com o passar do tempo eu descobri um retardo mental, de uma porcentagem muito pequena, mas tinha, e isso me levava a me achar inferior as outras pessoas, a achar que eu não conseguia aprender e eu colocava tanto isso na cabeça, porque eu tinha tal coisa, acabou que isso me invalidou. Eu não tive forças para estudar, porque de repente eu criei um problema muito grande em algo muito pequeno. Porque assim, se [...] eu acredito que se eu tivesse mais força de vontade, mais garra, eu teria conseguido. Mas, assim, é muito difícil para o portador de distúrbio mental a didática, porque existe toda uma sequência, tem a medicação que te envolve de várias maneiras, te rouba a concentração, te dá muito sono, retarda seus movimentos, embaça a visão, dá incontinência urinária. Ter distúrbio mental hoje em dia não é para qualquer um não, é para cabra macho.</p> <p>Eu tentei fazer informática e insisti por um ano e meio e cheguei a ir para o segundo módulo, agora quanto ao curso de vestuário, eu não evolui.</p> <p>Um eu saí em 2013 e o outro em 2014.</p>
<p>CATEGORIA 4 – Compreender as questões relacionadas à saúde</p>	
<p>SUBCATEGORIA 1.4 – Acometimento de necessidades específicas, frequência de acompanhamento da saúde e área de formação dos profissionais da saúde.</p>	
<p>ENTREVISTADOS</p>	<p>UNIDADE DE REGISTRO</p>
<p>Sujeito Crisântemo (Ceilândia - DF)</p>	<p>Olha eu tenho uma esquizofrenia que me torna sensível ao estresse, em alguns momentos como agora, esta, parece, não sei... o médico sugere isso, não sei [...] Já diminuiu a minha dose, melhorou um pouco, mas não resolveu tudo. Sei que me compromete a atenção e agora eu não sei o que está acontecendo ultimamente e aconteceram outras coisas na minha vida, alheia ao problema psiquiátrico, ultimamente tenho isso, apareceu essa onda agora, mas estou bem.</p> <p>Ah, eu comecei a ter sintomas de outros problemas de saúde aos 19 anos, relacionados a religião. Né? É uma coisa assim. A pessoa que não entrega seu selfe psicanaliticamente ele acaba sendo vítima da sociedade, da religião, acaba sendo um passista. É a explicação da psicanalise. Eu era ateu e a espiritualidade ficou morta. Acabei indo para onde não deveria ir.</p>

	<p>Eu faço acompanhamento de minha saúde lá no Instituto de Saúde Mental, inclusive exames de hemograma, toda [...] Anualmente. Consultas psiquiátricas, psicólogo e alguma vez ou outra nutricionista. Consulta psiquiatria e psicólogo eu faço constantemente, toda semana eu estou lá para fazer e eu penso a voltar ao nutricionista, depois de muito tempo, é só um plano, só.</p> <p>Psiquiatria, psicologia e nutrição.</p>
<p>Sujeito Jacinto (Riacho Fundo – DF)</p>	<p>Tenho deficiência visual e auditiva. Eu sugeria 2 ou 3 intérpretes [...] e mais acessibilidade. Sim, faço libras e também falo porém com mínima alteração de fala. Na época, eu cursei Técnico em Vestuário, e tive 2 interpretes, me auxiliou bastante [...]</p> <p>Nasci com ela. É congênita.</p> <p>Não faço acompanhamento, não.</p> <p>Serviço Social.</p>
<p>Sujeito Amarílis (Taguatinga - DF)</p>	<p>É, eu tenho ceratocone, né? Que é uma doença na córnea, que tem que fazer transplante, eu já fiz a cirurgia em um, agora falta o outro, mas não está tendo risco cirúrgico e não vou fazer por enquanto, eu tenho que esperar para fazer no outro; A cirurgia foi em 2013. Eu fiz o tratamento na rede pública e como na época eu não tinha como saber o grau por ser muito alto, então o caso é só cirurgia e já nesse que é menor está na faixa de 20 graus. Ele precisa [...]; ele está muito avançado, mas o outro era bem pior. Mais o que operou não tinha um grau específico. Como o caso está bem avançado, não tem como colocar o anel, só o transplante de córnea mesmo. Meu atendimento era na rede privada, mas pago pelo SUS.</p> <p>Não tenho certeza se foi 2013, mas já faz na média de 4 anos.</p> <p>É, eu fazia acompanhamento no começo, tipo uma vez por mês e depois do transplante passou a ser uma vez por semana e agora só quando eu sinto incomodo ou dor é que volto ao médico. No período do diagnóstico era mais frequente.</p> <p>É oftalmo.</p>
<p>Sujeito Delfim (Samambaia - DF)</p>	<p>Possuo deficiência física (diplegia espástica) que comprometeu meus membros inferiores. Tive falta de oxigenação no cérebro ao nascer que me comprometeu a saúde física.</p> <p>Foi descoberta no meu nascimento, mas só depois é que minha mãe começou a perceber que eu não acompanhava o ritmo das outras crianças e viu que eu era diferente.</p> <p>Não com tanta frequência e meu atendimento é dado na Rede Sarah de Saúde do DF.</p> <p>Ortopedista.</p>
<p>Sujeito Antúrio (Riacho Fundo II - DF)</p>	<p>Olha, eu sou diabético e não chega a ser uma necessidade, é mais cuidado mesmo, é a minha dicção mesmo. Só a dicção prejudicou, mesmo, ela prejudicou o meu rendimento assumidamente, a gente acha que não, mas sim. Sim, a dicção prejudicou a minha concentração. Eu tenho TDAH. Tá? E eu não lembro o nome exato do diagnóstico [...] Eu não produzo serotonina. Eu tenho que tomar remédio para repor.</p> <p>Olha, TDAH, eu tive a vida toda, mas o diagnóstico eu tive a pouco tempo, mas o diabetes eu tive o diagnóstico desde os vinte anos e como eu herdei dos lados da família [...]</p>

	<p>Ah, agora no último ano eu vou com mais frequência, mas antes eu não ia muito não. Agora que estou indo no CAPS direto, é com mais frequência. É CAPSad, no Guará, eu vou uma vez ao mês.</p> <p>Psicólogo, psiquiatra, clínico e enfermagem.</p>
<p>Sujeito Lírio (Santo Antônio do Descoberto - GO)</p>	<p>Eu tenho dificuldade de aprendizagem.</p> <p>Muitas vezes é que estou pensando numa coisa e me distraio e não sei mais o que estava fazendo antes. Desde as series iniciais eu tenho dificuldade. Pode passar qualquer coisa assim, eu estou prestando atenção e me distraio rapidinho, as vezes começo a desenhar quando o professor está falando. Eu atribuo esse problema a mim mesmo. Não gosto de estudar. Cheguei a fazer aula de monitoria, era válido, mas acabei que não fui mais.</p> <p>Não faço acompanhamento de saúde, é muito raro.</p> <p>Não se aplica.</p>
<p>Sujeito Lisianto (Recando das Emas – DF)</p>	<p>Sim, é, eu tenho uns problemas de saúde, mas o mais relevante que mais me atrapalha no dia a dia é justamente a ceratocone. Tipo se eu estiver sem óculos, sem lente de contato, eu [...] que no caso, que eu estava lá no IFB, eu passei um tempo sem usar óculos. Ele é um problema, esse tipo [...] é um problema que vai deformando a curvatura da córnea e você passa a ter outros problemas como astigmatismo e miopia, tudo em um grau elevado. Ai isso me atrapalha muito porque assim, justamente por eu ser de um curso mais da área de exatas, você tem que está com uma visão, você prestar atenção na pra ir acompanhando todos os números que são colocados no quadro. Então uma visão boa para conseguir e vê nitidamente a explicação, e o que está acontecendo, e aprender, e no tempo eu estava sem óculos, sentava na primeira cadeira e mal conseguia enxergar o que estava no quadro e resolver as coisas, isso acaba que desanima a pessoa. [...] no tempo que fiquei sem óculos foi por problemas financeiros e daí há um tempo atrás eu tinha feito uma cirurgia e na época eu trabalhava e tinha plano de saúde, fiz a cirurgia e coloquei o micro anel e depois perdi o trabalho e consequentemente o plano de saúde.</p> <p>Fora o ceratocone, eu tenho transtorno de déficit de atenção (TDAH), eu nem sabia que tinha isso e comecei a tratar e tomar ritalina, mas não é nenhum problema vital, que mais me atrapalha.</p> <p>Aí o ceratocone foi mais ao menos assim, com dezessete ou dezoito anos. Justamente na época que ele começa a se agravar. Justamente as pessoas que tem ceratocone descobrem por volta de 16 a 17 anos, é raro as crianças, como o meu médico falou, terem ceratocone. Eu nunca tinha usado óculos. É uma doença que aparece mais na adolescência. Comecei a sentir a vista embasada e fui ao oftalmo e logo fui diagnosticado com ceratocone e pesquisei e os sintomas, esses mesmos. Na minha família só tem problemas comuns de visão, como miopia e astigmatismo, não tem casos de ceratocone, eu sou o único na minha família a usar óculos. Quanto ao TDAH, tem pouco tempo que descobri.</p> <p>Então eu tento fazer acompanhamento na medida do possível. Eu estava com óculos e perdi, tive essa sorte de perder, passei um tempo sem óculos. A semana passada dei um jeito de fazer uma consulta e estou com a receita para fazer os óculos, já no meu caso o mais indicado e usar lente de contato, mas vou usar os óculos que me dar uma visão melhor, mas não é tão apropriado para o meu problema.</p>

	Então esse acompanhamento do oftalmo fui a semana passada. Quando eu fizer os óculos vou voltar lá novamente, a lente tem duração de um ano, aí sim, se eu conseguir fazer a lente vou fazer acompanhamento de em média um ano que é o tempo de duração da lente. O TDAH é mais certo o tratamento, a frequência de consulta fica em média a cada dois meses. Oftalmo e neurologista para tratar a TDAH.
Sujeito Narciso (Riacho Fundo - DF)	O meu problema de saúde não tem diagnóstico, sempre muda de médico e cada médico tem um diagnóstico diferente. No laudo de 2015 apresentou que tenho TGD [...], embora no laudo médico deste ano (2016) alguns destes itens não desapareceram e apareceram outros itens como [...], Tem outro transtorno que eu não lembro bem e esquizofrenia. Comecei a apresentar problemas de saúde aos 10 anos de idade, desde o ano de 1997. Antes eu não fazia acompanhamento com muita frequência, porém, hoje sim. É de Psiquiatria e Psicologia.
Sujeito Gardênia (Taguatinga - DF)	Eu tenho [...], o meu diagnóstico hoje é fechado em esquizo afetivo de borderline. Assim, o próprio tratamento te adocece, então, você assim, passa uma época com um pouquinho de [...], aí tem outros problemas que pega muito no esquizofrênico, pega demais, demais, demais, o esquizofrênico é muito deprimido, uma coisa leva a outra [...] Olha meu psiquiatra falou [...] Eu só fui procurar ajudar quando eu tinha uns 18 anos, é, mas segundo o meu psiquiatra ele diz que eu tinha esse problema dos doze para quatorze anos. Olha, para o psiquiatra eu vou geralmente uma vez por mês e a psicóloga eu vou uma vez por semana e faço acompanhamento terapêutico para ressocializar. Psiquiatria, psicologia e terapeuta.
CATEGORIA 5 – Compreender as questões relacionadas ao acesso e ao ingresso no <i>Campus</i> Taguatinga do IFB	
SUBCATEGORIA 1.5 – Oferta de vagas de cotas para pessoas com necessidades específicas; dinâmica aplicada pelas coordenações competentes para inclusão escolar; do preconceito e discriminação do retorno ao IFB.	
ENTREVISTADOS	UNIDADE DE REGISTRO
Sujeito Crisântemo (Ceilândia - DF)	Sim. Eu sei que eu fiz para cotas. É bem plausível que eu tenha entregue. Com certeza. É, eu sempre fui muito dependente depois dessa doença, dependente de confessionários, assim [...] de psicólogos e psiquiatras e de lá se estendeu, né, isso é bom porque a gente organiza as ideias, aparece as ideias que a gente não percebeu quando fala. Isso é muito antigo, desde o tempo dos padres que ajudavam. Só havia padre para fazer isso. O problema é que quando eu entrar no mundo do trabalho, se eu ficar usando o RH para ficar fazendo isso, pega muito mau. Assim, a minha mente é muito vulnerável, ela cansa, ela é cheia de minhocas, aparecem fissuras. Olha, até agora eu não senti nenhum prejuízo, o temor é se eu passar por chacota e o pessoal souber, eu vou ficar muito mau.

	<p>O que espero do meu problema específico é a descrição [...] O atendimento dos profissionais é fundamental. A ... é muito competente para deficientes visuais. [...] parece muito preocupada com deficientes visuais e auditivos.</p> <p>Deixa eu ver, deixa eu ver, deixa eu ver. Olha, o mundo das deficiências é muito amplo, e o melhor meio do que colocar um ônibus na frente do IFB é vocês se concentrarem nas competências psicológicas, psiquiátricas e neurológicas. Em todo tipo de... se preocupem no aspecto medicinal, psicológico e humano da ampla gama de deficiências que é muito grande. É um universo absurdo [...] Então, quanto mais competências os profissionais tiverem [...] Lá é o centro, é o cérebro de ampliação das possibilidades das pessoas com deficiência [...]</p> <p>O universo das deficiências é muito complexo, é muito amplo. Eu acho que é isso e como leigo eu vejo assim.</p> <p>Muito boa, muito boa. Ah, sim, olha o pessoal é muito atencioso, ajuda no que é preciso, fazem um bom trabalho, mesmo. Olha, (...) ela contribui para minha permanência. O trabalho da equipe é muito válido.</p> <p>No início a relação com os colegas foi meio fechada, mas eu comecei a ser meio espirituoso, comecei a introduzir música... a relação foi muito boa, positiva e demais servidores são bem receptivos, humanos mesmos.</p> <p>Recebia sim.</p> <p>Bom, é, eu estou organizando minha vida financeira, mas vejo que vou conseguir trabalhar [...] É interessante, o auxílio ajuda porque você faz as coisas para viver uma vida equilibrada fora da escola, com alimentação, até uma vida afetiva e o auxílio contribui para permanência. Tem um vasão enorme ai, isso também é um ponto [...] Dinheiro não é só a fonte de todos os males, mas também é a solução.</p> <p>Olha eu me sinto realizado. É uma vida social, acadêmica, [...] profissional também. Eu me sinto como se fosse uma parte importante da minha vida, aliada a outras que estão fora. O <i>Campus</i> é tão importante como se fosse uma paixão amorosa.</p> <p>Ah, sofri isso por alunos, professores, o que eu vou fazer por isso, se são professores. Eles mexem para ver o cara melhorar. Não foi positivo, porque foi constrangedor. A gente tem que se adaptar e não pode ficar de coitadinho.</p> <p>Voltaria. Claro!</p>
<p>Sujeito Jacinto (Riacho Fundo – DF)</p>	<p>Sim. Concorri.</p> <p>Entreguei sim.</p> <p>Conheço o Napne e sei do trabalho realizado por ele e também já fui atendido pelos profissionais dele. Também sei da estrutura física do Napne, assim como dos recursos físicos de apoio, como dicionário de libras, máquina de escrever de braile, lupa...</p> <p>Conheço a assistência estudantil e sei que ela é composta por coordenadora, assistente social, técnico em assuntos educacionais, assistentes de alunos... Já fui atendido por alguns desses profissionais.</p> <p>Recebi auxílio, sim.</p> <p>Acredito que sim.</p> <p>Sinto como se fosse a casa, os alunos e os professores são como parte de família.</p>

	<p>Por enquanto, não sofri. Pretendo voltar para o de graduação de Design de Moda.</p>
<p>Sujeito Amarílis (Taguatinga - DF)</p>	<p>Sim. Mas acabou não precisando, eu entrei, mas o número de alunos concorrentes foi pequeno e não foi preciso eu apresentar laudo médio.</p> <p>Sim. Eu precisei porque era para deixar desde o começo [...] que eu era deficiência visual para os professores saberem desde sempre. Então, eu fui algumas vezes, mas eles sempre perguntavam se estava tudo bem. Da primeira vez foi uma integrante do Napne que me procurou e depois eu que ia algumas vezes lá e sempre me perguntavam se estava tudo bem, se estava precisando de algo. É teve contato do Napne, mas os professores não faziam ampliação do material. Acho que eles esqueciam, porque faziam para todo mundo. Eu achava que não precisava porque as vezes dá para vê. Eles perguntavam se eu queria que eles lessem para mim. Eu fui orientada a sentar mais na frente [...] me mandou uma mesa e uma cadeira especial, eu achava que era demais para eu sentar perto do professor e ficava constrangida. Foi feita uma lista de coisas que eu precisava. Eu fui ajudada bastante.</p> <p>A atuação do Napne está boa, acho que consegue supri todas as necessidades dos alunos.</p> <p>Olha, eu só tive contato com os professores, nunca tive contato com mais ninguém.</p> <p>Não cheguei a concorrer porque perdi o prazo, mesmo.</p> <p>Sim. Até porque o curso de artesanato nessa parte mais prática precisa de muitos materiais e é muito bom ter ajuda, porque nem todo mundo pode comprar matérias que os professores pedem, e quando chega no final do semestre todos os professores pedem um trabalho artesanal, não importa qual a material. Eu não recebi, mas ajudou minhas colegas bastante.</p> <p>Ó, eu gostava, eu gostava da minha turma. É, eu me sentia bem, lá era muito confortável. Acho que só tinha as duas turmas, era bem pequena. Agora que formou a terceira turma. E como eu já fiz parte da primeira, como da segunda, eu conhecia todo mundo, gostava de todo mundo, lá era bem tranquilo.</p>
<p>Sujeito Delfim (Samambaia - DF)</p>	<p>Não concorri a vaga de cotas para pessoas com necessidades especiais no <i>Campus</i>.</p> <p>Entreguei laudo médico no decorrer do ano, bem no início do curso do meu primeiro curso.</p> <p>Fiquei sabendo sobre o Napne depois que entrei no curso e lá fui atendido pelas assistentes sociais e coordenadora do Núcleo. Teve uma época que eu precisei fazer determinada disciplina de prática, eu precisava de uma cadeira adaptada para torno mecânico. Foi feita uma tentativa em conseguir com outro instituto fora, mas não foi possível e talvez isso tenha prejudicado, sim. Não tenho conhecimento sobre os recursos de acessibilidade disponíveis para os estudantes e que necessitei da cadeira para as aulas práticas de torno mecânico e o Napne tentou conseguir, mas não foi possível a concretização dessa ação, informo não ter necessitado de material adaptado, apenas dessa cadeira.</p> <p>Que ele tente atuar mais próximo dos alunos que tem dificuldade. Veja do que é preciso para o aluno não abandonar os estudos.</p>

	<p>Tenho conhecimento da Coordenação de Assistência Estudantil e que já fui atendido pelos profissionais das áreas de serviço social e assistentes de alunos. A assistência estudantil é importante para o aluno permanecer estudando e os profissionais foram importantes no meu percurso no <i>Campus</i>.</p> <p>Recebi auxílio permanência presencial.</p> <p>Acredito que o auxílio contribui em parte para permanência dos estudantes.</p> <p>Eu não me sentia muito bem. Acho que faltou mais apoio dos professores.</p> <p>No <i>Campus</i> Taguatinga comigo nunca aconteceu isto.</p> <p>No momento eu não voltaria a estudar no <i>Campus</i> Taguatinga.</p>
<p>Sujeito Antúrio (Riacho Fundo II - DF)</p>	<p>Não. Não concorri a cotas.</p> <p>Não entreguei lado médico e inclusive vou pegar o laudo essa semana.</p> <p>Ah, já ouvi falar do Napne. Nunca cheguei a ser atendido. Acho que não [...] Eu não declarei no ato da matrícula que tinha necessidade específica [...]</p> <p>Ah, eu não sei nem como sugerir, mas na verdade eu fiquei sabendo a pouco tempo com funcionava [...]</p> <p>Olha, a coordenação é maravilhosa. Olha, no aspecto geral do IFB eu não tenho do que reclamar, lá é uma instituição maravilhosa e eu faço questão de falar para as pessoas que a instituição é maravilhosa, que lá funciona [...] As pessoas perguntam se lá é particular? [...]</p> <p>Como eu te falei até hoje as coisas no IFB funcionam.</p> <p>Recebi.</p> <p>Sim. Sempre. Qualquer auxílio ajuda. Qualquer coisa ajuda, principalmente para quem estuda durante o dia e não tem como trabalhar. Qualquer ajuda é bem-vinda.</p> <p>É bem [...] apesar de faltar algumas atividades [...] Na hora do intervalo, de lazer mesmo e a questão de laboratório para gente usar fora da aula. Laboratório de informática, fora de aula, seria importante para usar para pesquisa, já que na biblioteca não dá para discutir nenhum assunto. Entendeu?</p> <p>Não. Não. Até porque se eu tivesse sofrido eu ia ter uma resposta muito brava.</p> <p>Voltaria e vou fazer outro curso lá.</p>
<p>Sujeito Lírio (Santo Antônio do Descoberto - GO)</p>	<p>Não.</p> <p>Não. Eu não tenho nenhum diagnóstico sobre esse meu problema com aprendizagem.</p> <p>Conheço tipo só de ouvir falar.</p> <p>É porque tipo, esse negócio de atendimento é muito pelo interesse da pessoa e o Napne já faz um trabalho legal. Não tenho nada a acrescentar.</p> <p>Não fui atendido por esses profissionais.</p> <p>Eu não tenho sugestões a dar. Tá tranquilo.</p>

	<p>Contribuiu. Lá é tudo de bom. Foi tudo bem. Eu gostei. O pessoal da assistência estudantil são legais e tratam a gente bem. Recebi, sim. Não. Não acho justo dar dinheiro para o aluno ficar na escola, por um lado é bom para o aluno que mora longe. O auxílio ajuda para algumas pessoas, tem que fazer uma pesquisa e dar para quem precisa mesmo, isso é o correto a fazer [...] Não. O aluno precisa estudar para ter uma formação e não por conta que recebe auxílio. Lá era bem legal [...] Me sentia bem à vontade, mesmo! Não. Nunca. Voltaria. Eu gostei muito de lá e pretendo voltar a estudar, só que em apenas um turno.</p>
<p>Sujeito Lisianto (Recanto das Emas - DF)</p>	<p>Não concorri a cotas no IFB. Não tenho nenhum laudo, pôr o meu caso ser menos severo, mas sei de casos que o ceratocone dá o direito de a pessoa participar de cotas para pessoas com deficiência. Não entreguei laudo médico, mas no ato da matrícula declarei o meu problema de ceratocone. Então, eu sabia desse setor, mas nunca fui atendido por ele, eles têm a atenção de informar para a gente, sabia desse setor, desse funcionamento e tal, mas nunca usei essa ajuda. Porque é assim, eu acredito que, por mais que eu tivesse ceratocone, eu pensava que não teria necessidade e tal, por mais que fosse difícil para mim, eu já tinha a vontade de aprender e por mais que eu já tivesse falado do problema, eu sei que me atrapalha. Eu declarei no ato da matrícula que tinha ceratocone, mas nunca fui chamado por nenhum setor para falar sobre o meu problema e também não tive material pedagógico adaptado. Por mais que eu tivesse esse problema eu achava que não precisava de ajuda... (...) mas nunca usei essa ajuda. Nunca houve contato desse setor no meu caso. E a sugestão que eu quero deixar [...] é justamente essa procura, essa procura não [...] por mais que exista o Napne, ele tem que fazer essa busca dos alunos, fazer uma avaliação, uma filtração dos alunos para saber qual o problema, se mental, físico de visão, para saber a necessidade que cada um tem. Por exemplo: a pessoa que avisa a necessidade que ele tem, pelo que eu vejo é muito difícil o aluno sair da sala e ir procurar essa ajuda. Só faz isso quando está atrapalhando e muito, mesmo. Deve procurar o aluno e entender onde esse problema atrapalha, para o aluno não tem uma visão errada, achar que não tem uma estrutura tão legal para acolhe-lo. Seria no sentido de prevenir, incentivar o aluno a não sair. Ia prevenir muito e em muitas coisas, ia ajudar as pessoas a não desmotivar com o curso, seria um contato prévio, antes do aluno ir ao Napne, o Napne deve até o aluno. Sabia da assistência estudantil e dos programas, mas não cheguei a concorrer, porque não tinha edital aberto, e quando abriu o edital eu já estava para sair. Os profissionais são bons, lá no IFB tudo funciona. Não concorri.</p>

	<p>Os auxílios são [...] acredito sim, acredito que o auxílio contribui para permanência dos estudantes, porque geralmente quem opta sim, não que esses alunos sejam de classe social, assim, baixa, seja pobre, mas a maioria dos estudantes do IFB são de uma classe social mais baixa e muito estudantes não tem como pagar um curso profissionalizante fora, e vão para o IFB, não que lá o ensino seja pior que por exemplo de uma escola particular, eu acredito que o ensino no IFB é melhor que uma escola técnica particular. E eu acho que esse auxílio promove para pessoa permanecer no curso. O IFB é ótimo, lá o ensino é de qualidade.</p> <p>Eu me sentia bem, porque as aulas eram boas, os alunos legais [...], eram de várias idades, mais velhos mais novos e de várias diversidades culturais, amadurecimento a mais para o aluno, já que os alunos são acostumados com faixa etária da idade deles</p> <p>Não, não nunca senti nenhum preconceito ou discriminação.</p> <p>Eu acredito que sim. Voltaria a estudar, só!</p>
<p>Sujeito Narciso (Riacho Fundo - DF)</p>	<p>Me inscrevi para vagas especiais, mas não sei se concorri as vagas. Quem me falou da minha colocação e como estava meu processo foi a psicóloga. Nessa época eu estava muito doente.</p> <p>Entreguei laudo médico na instituição.</p> <p>Fui atendido por pessoas, mas não sabia que se tratava do Napne.</p> <p>Acredito que serve para ajudar aos alunos que tenham dificuldades de estudar, tenta entender o aluno e ajuda ele nos estudos. Ajuda alunos que tem muito tempo que não estuda ou tem uma grande dificuldade de aprendizagem. Após ajuda do Napne o aluno sabe o que fazer nos estudos, sabe o rumo que deve seguir, isso me deixa feliz. Acredito que o trabalho do Napne é válido tenta entender o lado do aluno, suas dificuldades. Uma vez por semana eu tinha que ir ao Napne para ter um atendimento e ter um reforço.</p> <p>Não gostaria de sugerir.</p> <p>O trabalho da Assistência Estudantil foi válido.</p> <p>Recebi auxílio permanência. Acho correto receber o auxílio, mas não é tão bom por não ter um tempo certo de pagamento, ou seja, não tem data certa para gente receber.</p> <p>Me senti um pouco isolado, decorrente do meu problema. O isolamento partiu por parte dos alunos e não dos profissionais do <i>Campus</i>.</p> <p>Sempre tinha algum profissional para fazer acompanhamento de meu caso. Gostei muito do <i>Campus</i>.</p> <p>No <i>Campus</i> não. A discriminação ocorreu em escola fora do <i>Campus</i>, quando estudava. Embora com os olhares diferentes dos alunos do <i>Campus</i> [...] Isso não atrapalhava, não trato como discriminação. Esse processo de discriminação está sendo trabalhado pelos psicólogos.</p> <p>Sim, voltaria a estudar. Inclusive chegue a se matricular este ano de 2016. Cheguei a procurar o <i>Campus</i> duas vezes para ver minha situação, porém, não cheguei a ser atendido. Precisava saber sobre o aproveitamento de matérias e sobre o trancamento para reiniciar no próximo semestre.</p>

<p>Sujeito Gardênia (Taguatinga - DF)</p>	<p>Engraçado que na primeira vez quando o IFB lançou o primeiro edital aqui de Taguatinga, que eu me inscrevi eu fui a terceira pessoa em ampla abrangência, aí no segundo curso eu já entrei para cotas de vagas para pessoas com necessidades especiais. Entreguei lado médico no ato da minha matrícula, tanto no primeiro ingresso, quanto no segundo curso.</p> <p>Tenho conhecimento, sim.</p> <p>Ô, vou falar a verdade, para mim o Napne funcionou na época que tinha estagiários lá, porque realmente eles faziam alguma coisa pelos alunos especiais, eu falo, a gente que é pessoas que tem necessidades especiais. O Napne se tornou impossível, uma nostalgia, acabou que azedou. Acho que foi falta e uma boa coordenação.</p> <p>Eu gostaria de deixar a sugestão de que olhassem menos para as burocracias e agissem mais para os problemas vigentes, porque eu conheço pessoas que até hoje estudam no IFB e não tem assessoria, precisam que os pais [...] A mãe e o pai, vá ajudar e ficar com eles nas aulas. Eu acho que o Napne poderia fazer um serviço mais completo.</p> <p>A coordenação sempre visou o melhor para o aluno. Sempre buscou atualizar os alunos, pelo menos no meu caso.</p> <p>Assistência estudantil eu não tenho do que reclamar, foi uma assistência boa, eu passei por um problema de visão e fui encaminhada para exame de vista e fazer óculos. De assistência estudantil e tive todo o apoio, minha experiência de assistência estudantil é inclusão social. Não achei válido o atendimento psicológico e assistente de aluno para mim se comportava como adolescente e isso foi uma das coisas que me fez evadir.</p> <p>Recebi.</p> <p>Recebi o auxílio permanência.</p> <p>Eu acho importante porque assim, eu no meu caso isolado, eu não pago passagem, mas os outros estudantes que não moram no DF pagam passagem, as vezes pegam dois ônibus só para ir para o IFB. É, de repente, assim a gente não vai dar uma de cego, não vai tampar o sol com a peneira, os tempos estão muito difíceis, de repente o aluno não tem como levar um lanche, comprar uma comida. Eu acho muito importante essa ajuda financeira e vejo ele como mecanismo para promoção da permanência.</p> <p>Eu me sentia acolhida [...] passei a não querer ir mais, quando passei a me sentir diferente, diferente na aptidão de aprender Sofri, mas não quero falar sobre isso [...]</p> <p>Voltaria. Sim.</p>
<p>CATEGORIA 6 – Sugestões do entrevistado</p>	
<p>SUBCATEGORIA 1.6 – Conhecer possíveis sugestões do entrevistado</p>	
<p>ENTREVISTADOS</p>	<p>UNIDADE DE REGISTRO</p>
<p>Sujeito Crisântemo (Ceilândia - DF)</p>	<p>As vezes quando o professor pega no meu pé e eu posso até me matar para acompanhar, mas melhor do que professor chato é professor animado para incentivar o aluno. Tem que ser animado, espirituoso, ele que interessa o aluno, despertar o aluno, como se fosse uma rosa para a claridade da luz.</p> <p>O Brasil precisa crescer para realidade tecnológica, temos que aprender mais com cursos técnicos, é preciso fazer mais escolas técnicas.</p>

	Ah, sim, um ponto muito importante é projeto do CNPQ para os estudantes, de inovação tecnológica. Sem utopia e sem demagogia.
Sujeito Jacinto (Riacho Fundo – DF)	É importante ter duas aulas de reforço por semana, para que eles possam obter conhecimentos com clareza. Uso de software para promoção da acessibilidade.
Sujeito Amarílis (Taguatinga – DF)	Olha, essa parte do auxílio, né, porque era uma coisa bem difícil para conseguir, acho que se fosse uma coisa mais fácil para todos os alunos, que não precisasse ser avaliado para conseguir, nossa, a documentação é muito coisa, tem que fazer inscrição no site e as vezes o site não dar certo. Facilitar essa parte do auxílio seria bem legal, mesmo [...]
Sujeito Delfim (Samambaia II - DF)	Bom, informo ter faltado apoio de alguns setores para minha permanência e a coordenação do curso poderia ter feito mais para que eu continuasse meus estudos. Acredito que o uso de software e a cadeira de torno mecânico poderia ter contribuído para o meu êxito acadêmico. Acho desnecessário um acompanhante ou tutor para o meu caso, mas acredito que para algumas pessoas especiais, é necessário.
Sujeito Antúrio (Riacho Fundo II DF)	Acho que deveria aumentar o valor desse auxílio permanência e no mais, funciona bem [...]
Sujeito Lírio (Santo Antônio do Descoberto - GO)	Ah! [...] tipo, é bom. Foi tipo o integrado. Se o curso for de um período só, eu poderia ter ficado. Deve ser feita uma mudança no período do curso e também são muitas disciplinas e não sei para que [...] aquilo tudo lá. É eu acho que tem disciplinas lá que não tem nem lógica fazer.
Sujeito Lisianto (Recanto das Emas - DF)	Olha a sugestão que eu daria, que eu dou é justamente essa aproximação, não só entre professores e alunos, mas entre todos os setores da escola e aluno, mas essa aproximação do aluno com a direção, Napne, diretor e escola e professores de modo geral. Isso ajuda muito com a permanência dele, ele tem que se sentir acolhido, não basta o aluno ir para escola e voltar, ele tem que construir um vínculo com a escola e com o professor e se sentir importante, esse envolvimento do aluno com a escola tem que ser reforçado, a instituição de ensino e os professores tendo uma capacidade maior de educar e ensinar, tem que vir mais dos professores e da escola, que mesmo do aluno, essa aproximação que resolveria muita coisa do aluno, como do não sair, não desistir...o aluno tem que se sentir parte da escola.
Sujeito Narciso (Riacho Fundo - DF)	Ligar para o aluno quando o mesmo estiver ausente das aulas, saber o motivo da ausência. Procurar saber do aluno como ele está se saindo nos estudos, dificuldades encontradas. Acredito que um monitor acompanhando o aluno especial ajudaria bastante o aprendizado.
Sujeito Gardênia (Taguatinga – DF)	Olha, como eu já falei uma vez, tem de melhorar o transporte, e de repente agilizar um policiamento ali nas extensões, da mais acessibilidade para os alunos de baixa renda. Fazer coisas que o IFB já faz, mas que pode melhorar, crescer, evoluir.

ANEXO E

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – GIRLANE FLORINDO – Napne CTag

Tema: EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: Um estudo de caso de estudantes com necessidades específicas no *Campus* Taguatinga do Instituto Federal de Brasília

Entrevistada: Girlane Maria Ferreira Florindo

Origem: Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) *Campus* Taguatinga

Objetivo geral: Investigar a atuação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do Instituto Federal de Brasília, para promoção da permanência dos estudantes com necessidades específicas.

Local: Instituto Federal de Brasília - IFB

Dia e Hora: 30 de junho de 2016, às 10 horas

BLOCOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	QUESTÕES	OBSERVAÇÕES
Legitimação da entrevista Motivação da entrevista	Legitimar a entrevista Motivar a entrevista	Informar ao entrevistado sobre o trabalho que estou desenvolvendo; Solicitar a colaboração do mesmo para a continuação do trabalho; Garantir a confidencialidade dos dados e o anonimato da entrevista; Solicitar a autorização para gravação de áudio da entrevista;	Tempo médio: 05 minutos

		Informar que o nome do entrevistado e o <i>Campus</i> do IFB será trocado por nome fictício, letra do alfabeto ou por algarismo. Em caso de autorização do uso nome do entrevistado na pesquisa, esse será mantido.	
Bloco A Histórico profissional do entrevistado	Conhecer o histórico profissional do entrevistado	Gostaria que falasse, de maneira geral, seu nome, qual o nome do seu <i>Campus</i> do Instituto Federal de Brasília [...] Qual sua área de atuação e se é Técnico Administrativo em Educação ou docente? Esse Núcleo foi implantado mediante a publicação de Portaria? Como se deu o seu processo para escolha do Coordenador do Napne?	Tempo médio: 05 minutos
Bloco B Histórico da estrutura física, recursos de acessibilidade e financeiros dos Napne	Conhecer a estrutura física, a oferta de recursos de acessibilidade e financeiros dos Napne	No seu <i>Campus</i> tem Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas implantado? Ele dispõe de estrutura física própria? Faça um breve resumo sobre a estrutura física do Napne e recursos disponibilizados. O Napne fez alguma ação para melhorar a acessibilidade arquitetônica no <i>Campus</i> e como se deu esse processo? Fale sobre o uso dos recursos financeiros disponibilizados (1% do orçamento do <i>Campus</i> , previsto no Regimento). Caso esse recurso não tenha sido usado e por quê?	Tempo médio: 10 minutos

<p>Bloco C Histórico de identificação dos estudantes com necessidades específicas</p>	<p>Conhecer a atuação dos Napne no processo de inclusão e permanência dos estudantes com necessidades específicas</p>	<p>Seu <i>Campus</i> tem estudantes com necessidades específicas identificados e como se dá o processo de identificação desses estudantes? O Napne tem possibilitado acessibilidade para atender estudantes (com deficiência, TGD, altas habilidades/ superdotação)?</p>	<p>Tempo médio: 20 minutos</p>
<p>Bloco D Histórico da equipe de apoio dos Napne</p>	<p>Conhecer o histórico da equipe de apoio dos Napne e processo de capacitação para a equipe do Núcleo</p>	<p>Fale quais e quantos profissionais compõem a equipe do Napne Existe alguma previsão de capacitação para os profissionais que compõem a equipe do Napne e os professores? Existe um controle de ingresso e egresso (evadido, retido e concluinte) dos estudantes com necessidades específicas no seu <i>Campus</i>? Esse acompanhamento é sistemático?</p>	<p>Tempo médio: 05 minutos</p>
<p>Bloco E Histórico do Napne como local de inclusão</p>	<p>Compreender o Napne como local de inclusão</p>	<p>Na visão da Coordenação, o estudante procura o Napne como locus de inclusão no <i>Campus</i>? Os docentes têm repassado aos Napne os casos de estudantes com necessidades específicas em situação de infrequência escolar? Os docentes têm repassado aos Napne os estudantes com necessidades específicas identificados em sala de aula? Como se dá esse processo? Como você tem observado o papel do professor frente ao desafio de incluir o estudante com necessidade específica em turmas regulares de ensino?</p>	<p>Tempo médio: 20 minutos</p>
<p>Bloco F Sugestões</p>	<p>Ouvir possíveis sugestões do entrevistado</p>	<p>Poderia nos deixar sugestões para os Napne no processo de inclusão de estudantes com necessidades específicas?</p>	<p>Tempo médio: 05 minutos</p>

ANEXO F

GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO – ATUAÇÃO DO NAPNE CAMPUS TAGUATINGA – Girlane Florindo	
CATEGORIA 1 – Conhecer o histórico profissional do entrevistado e compreender a atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do Instituto Federal de Brasília, para promoção da permanência dos estudantes com necessidades específicas.	
SUBCATEGORIA 1.1 Conhecer o histórico profissional do entrevistado	
ENTREVISTADO	UNIDADE DE REGISTRO
Participante Napne/CTag Girlane Florindo	<p>Girlane Maria Ferreira Florindo. A minha formação é em letras e fiz especialização em língua portuguesa entre outras especializações, meu mestrado é em literatura brasileira. Trabalho desde 97 na área da deficiência visual, fui professora na modalidade itinerante fazendo adaptações de material para deficientes visuais, nas salas regulares. Atuei na Coordenação de Assuntos Inclusivos por quatro anos e tive a oportunidade de implantar o que hoje chamamos de Napne.</p> <p>Docente da área de língua portuguesa.</p> <p>Foi implantado mediante a publicação de Portaria.</p> <p>Foi mediante processo eleitoral.</p>
CATEGORIA 2 – Conhecer a estrutura física, na oferta de recursos de acessibilidade e financeiros para gerir as ações do Napne na promoção da permanência.	
SUBCATEGORIA 2.1 Conhecer a estrutura física, a oferta de recursos de acessibilidade e financeiros para gerir o Napne	
ENTREVISTADOS	UNIDADE DE REGISTRO
Participante	Sim, nós temos estudantes identificados com necessidades específicas.

Napne/CTag
Girlane Florindo

O projeto do nosso *Campus* foi um projeto que foi replicado de outros Estados. Na época que esse *Campus* ainda estava só no projeto, eu fiz uma indagação, na época eu já atuava nessa área, a equipe de engenharia, se o *Campus* atendia as normas de acessibilidade de acordo com a NBR, e me foi dito que sim, eu [...] A gente sempre acredita nos profissionais, ainda mais os profissionais da área. Então quando os primeiros quatro, cinco projetos ficaram prontos, a gente viu algumas falhas, e inclusive por exemplo a rampa que nós temos, a gente sabe que a inclinação da rampa que liga os blocos de salas de aulas estão acima do padrão, então o que nós temos feito, porque não tem como a gente quebrar a rampa e ficar sem rampa, o que isso implicaria em outro projeto, teria que ter uma verba específica para isso, destinada, então vivemos num período que estamos com muitas restrições orçamentárias, então não seria por essa via, reconstruir, fazer uma nova rampa. Então, nós como Napne, a gente está envolvida no processo de aquisição de uma cadeira de rodas motorizada porque entendemos que um aluno que tem deficiência física permanente ou temporária, ele não teria condições de sozinho, e [...] de formas físicas, subir aquela rampa, por causa dessa questão do ângulo, da inclinação dessa rampa, por isso que estamos insistindo na aquisição da cadeira de rodas. Tivemos o caso de um aluno, um senhor de idade, cardiopata, cujo laboratório ficava no segundo piso e não teve jeito de fazer uma remoção para o primeiro piso por questões de espaço físico, a quantidade de alunos e de máquina disponíveis. Então, se a turma não poderia ser removida para o primeiro piso, para que o aluno não tivesse o desgaste físico. Então [...] nós entendemos e vamos adquirir uma cadeira de rodas. Só que esses processos são muito lentos e muito burocráticos. O Processo de aquisição, né? Então estamos desde o ano passado envolvidas nesse processo que até agora, ainda não foi finalizado. Ele está correndo, já foi feito todo pedido, abertura do processo de licitação, mas tem muitos detalhes que precisam ser cumpridos, né? Então, a gente faz, mas a coisa demora muito para aparecer. E outras situações, é... alunos precisarem de carteiras diferenciadas, adaptas. Então na medida do possível dentro das limitações que a gente tem dentro do próprio *Campus*, como Napne a gente tem feito esses pedidos, essas sugestões, inclusive insistido, para que isso realmente se torne efetivo, como esse processo, apesar de todo trabalho, toda morosidade, nós estamos acompanhando. Inclusive convidamos outros Campi a participarem e fazerem sua aquisição, embora a compra de uma cadeira de rodas por exemplo, não que seja um recurso de custeio, de consumo e sim, de capital, cujo recurso do Napne não é previsto para capital, mas nós já estamos conversando com a direção administrativa do *Campus* para que a gente faça uma troca, que seja liberada a parte do capital para que o Napne adquira essa cadeira de rodas. Inclusive isso faz parte do nosso plano de trabalho do primeiro semestre. Então assim, a gente já conversou, já negociou, já entrou em consenso com a direção para que eles nos permita fazer [...] comprar um item de capital usando o recurso do Napne. Então as adaptações de ordem arquitetônica são muito complexas porque envolvem recurso e esse recurso tem que vir de alguma fonte e depende também dos nossos diretores administrativos. E uma coisa que a gente tem percebido que tem surtido mais efeito é trabalhar com os alunos. Então, o Napne. E atualmente tem sido um espaço aberto de promover, de incentivar e apoiar projetos de pesquisas que estão ligados a acessibilidade. E então, com isso nós temos os alunos bolsistas e alunos voluntários dos projetos, que estão se interessando por essa área. Então, nós temos conseguido esse apoio, essa colaboração por parte dos alunos, né! Então tivemos inclusive vários projetos nesses últimos editais internos do IFB que estão relacionados ao CONECTA IF (que tem como objetivo conectar os Institutos Federais com outras instituições, com a comunidade e o

	<p>mundo do trabalho) e aos editais de iniciação científica, projeto ligados a acessibilidade no caso a produção de tecnologias. Sabe? para o público com deficiência. Então assim, o Napne tem trabalhado por essa via também, de buscar a adesão de alunos, que alunos se interessem por esse tipo de projeto, por esse tipo de pesquisa, já que somos um espaço de desenvolvimento de tecnologias. Inclusive uma dos nossos membros, que é a secretária do Napne, ela é professora [...] está atualmente como professora de metodologia científica, e [...] ela levou essa temática para seus alunos e essa temática se tornou o interesse de muito deles para fazerem seus projetos. É.. Exercitar a prática da metodologia científica e inclusive um projeto nós queremos executar com esse aluno. Uma forma de acompanhar os próprios alunos que são atendidos pelo Napne. Esse aluno está criando um sistema em que nós vamos conseguir ter os dados mais sistematizados e tentar acessibilizar esses dados para os docentes. Um aluno de curso informática, ele tem esses conhecimentos e a professora levou proposta para ele.</p> <p>Sala, computador, móveis, acervo bibliográfico e alguns recursos pedagógicos para deficientes visuais (DV)</p> <p>Tem utilizados os recursos.</p> <p>Nos anos anteriores, não foi possível utilizar pela morosidade da equipe de licitação, neste ano pretende-se alçar êxito. No processo.</p>
--	--

CATEGORIA 3 – Conhecer a atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas no processo de inclusão e permanência dos estudantes com necessidades específicas.

SUBCATEGORIA 3.1 Conhecer as estratégias do Napne no processo de inclusão e permanência dos estudantes com necessidades específicas

ENTREVISTADOS	UNIDADE DE REGISTRO
Participante	Sim
Napne/CTag Girlane Florindo	Sim. O atendimento ainda não está a contento, pois depende de maior envolvimento dos membros; cuja equipe tem sido muito flutuante.

CATEGORIA 04 – Conhecer o histórico da equipe de apoio do Napne no processo de inclusão, acompanhamento do percurso escolar e se há capacitação para a equipe do núcleo.

SUBCATEGORIA 4.1 Conhecer o histórico da equipe de apoio do Napne, bem como o processo de capacitação para os membros do núcleo

ENTREVISTADOS	UNIDADE DE REGISTRO
Participante Napne/CTag Girlane Florindo	<p>São oito professores e três técnicos, sendo um assistente social, um TAE e um assistente de aluno.</p> <p>Mas esse atendimento precisa ser mais sequencial.</p> <p>Existe um projeto chamado de Ciclo de Palestra Inclusiva, que já acontece desde 2014 e os Napne sugerem os temas a serem discutidos com base na sua realidade ou temas que são levantados pelos próprios docentes. Nós participamos da palestra que aconteceu no nosso <i>Campus</i> no ano passado, esse ano ainda não participamos, hoje, inclusive está acontecendo uma do <i>Campus</i> Samambaia sobre TDAH, inclusive a gente tem um professor do Napne do nosso <i>Campus</i> que está participando desta palestra de hoje, como ele era o que estava disponível, ele vai replicar para os demais. Nós temos agora em parceria com a Coordenação de Ações Inclusivas um evento de capacitação que acontece aberto para todo IFB, mas vai acontecer em nosso <i>Campus</i>, relacionado a deficiência visual. Será um evento realizado, para capacitação, pelo Instituto Benjamim Constant, do Rio de Janeiro, que trabalha com deficiência visual. Esse curso é de uma semana e vai acontecer aqui em nosso <i>Campus</i>. Esse Napne está cuidando da parte logística do espaço que vai acontecer, auditórios, salas de aulas para acontecerem as oficinas, preparação de material didático, tanto os nossos membros do Napne como os bolsistas, que hoje tem um vínculo com o Napne, vão participar deste curso. Nós temos procurado estudar enquanto grupo, então o Napne tem muito material hoje que fica disponibilizado aqui no espaço, a gente vai sempre, um ajudando o outro, porque tem sempre alguém que tem mais experiência que o outro, e todos os membros são incentivados a participar das capacitações que são promovidas no âmbito da Coordenação de Ações Inclusivas. O que a gente observa em relação a questão de capacitação é que quando nós promovemos eventos, sejam seminários, sejam oficinas, nós temos uma baixa participação de colegas docentes, e depois de um tempo escutamos falar que é porque não temos capacitações, não sabemos como fazer, só que quando nós promovemos atividades, o público é baixíssimo, a gente não tem uma adesão, não temos a colaboração dos colegas. Isso não é realidade somente de nosso <i>Campus</i>, é uma realidade de todos os Campi. E esse Napne que procura divulgar de uma forma bastante enfática para que não seja por motivo de falta de comunicação, de falta de conhecimento para saber que aquele evento está programado. Nesse ano o Napne já promoveu um Seminário de Extensão e de Tecnologia Assistiva no início do ano, ou seja, no mês de abril, então nesse evento tivemos a participação de todos os alunos e de alguns docentes e que paralelamente a apresentação de tecnologias, tivemos palestrantes com bastante conhecimento de área, por exemplo professores da UnB que vieram falar sobre tecnologias relacionadas a deficiências auditivas, ao surdo, outro que veio falar da tecnologia que existe hoje para a acessibilidade do público surdo, então a gente conseguiu ter um grande envolvimento de alunos participando deste evento. A gente aproveita, trabalha neste âmbito da extensão, até porque o Napne hoje está vinculado a extensão e a</p>

	gente faz extensão, mas extensão voltada para a acessibilidade, então, a gente aproveita está abertura que nós temos para trabalhar com extensão e claro vinculado a itens de pesquisa. Hoje o Napne apoia um projeto do <i>Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)</i> que está relacionado a acessibilidade para o público surdo.
CATEGORIA 5 – Compreender o Napne como local de inclusão e promotor da permanência dos estudantes com necessidades específicas.	
SUBCATEGORIA 5.1 Compreender o Napne como local de inclusão	
ENTREVISTADOS	UNIDADE DE REGISTRO
Participante Napne/CTag Girlane Florindo	Os estudantes procuram o Napne Sobretudo como apoio à sua acessibilidade. Não. Também não. Nós não temos tido, com exceção do ensino médio integrado. Então o ensino médio integrado, que lida com os adolescentes, nós temos esse repasse sim, mas dos demais alunos, não, e as vezes a gente pensa que o aluno está estudando e quando a gente vai saber o aluno já está no processo de evasão. Então o Napne não tem sido procurado pelos docentes, nós temos relação com os docentes, mas são os docentes da própria equipe do Napne, que já faz um acompanhamento mais de perto, a gente estabeleceu uma seguinte metodologia, como são muitos alunos e a equipe tem em torno de 8 (oito) ou 9 (nove) membros, cada membro está acompanhando 1 (um) ou 2 (dois) alunos mais de perto e traz para o grupo. Então nesse sentido a gente fica sabendo desses dados, por conta da equipe ser maioria docente, mas outros professores que não estão na equipe, não trazem e pelo contrário a gente está vivendo um caso agora de que uma aluna teve muitas faltas, mas por uma questão de saúde, que ela passou por um processo de cirurgia, nós sabemos a veracidade dos fatos, ela teve 15 (quinze) dias de atestado médico, mas ela precisou ficar um tempo mais em casa, é uma aluna que apesar da deficiência auditiva, ela teve um desempenho satisfatório, ou seja, ela alcançou média nas disciplinas, só que ela está com risco de se reprovar por falta. A aluna veio apresentar esta questão porque ela procurou a coordenação de graduação por várias vezes e não dado para ela nenhuma tranquilidade, então ela procura o Napne, é uma aluna que vem ao Napne com frequência, por se tratar de uma pessoa com muito comprometimento com o estudo, e ela está preocupada com isso, ela sabe que está com muitas faltas em algumas disciplinas, apesar de ter nota, apesar de ter média para passar. Então nós estamos trabalhando, apelando para que os professores, melhor dizendo, os coordenadores de cursos tenham essa sensibilidade, que a gente entende como uma sensibilidade pedagógica, uma visão pedagógica, quer dizer o aluno teve falta, muitas faltas, mas essas faltas foram em prol da sua condição de saúde, que ela fez uma cirurgia para colocar um aparelho auditivo e apesar deste período que ela esteve ausente, ela conseguiu ter aproveitamento, estudou com todo seu esforço e mérito unicamente seu, e que nós esperamos que o colegiado entenda isso, valorize o

desempenho desta aluna. Acabei agora de encaminhar um e-mail, porque a nossa professora, que é desse colegiado, representante do Napne não estará presente, infelizmente, nessa reunião que vai acontecer hoje. Então, isso é mais um exemplo de que não vem ao Napne, essa aluna é ela quem procura o Napne e o Napne está acompanhando o caso dela.

Não, muito pouco, e pelo contrário a gente soube agora no último Conselho de Classe, em que tínhamos representantes de Napne e Docentes, que eles estavam colocando isso como ponto negativo do Napne, como uma não ação do Napne. Aí eu estava explicando a uma professora da nossa equipe que essa não é uma atribuição do Napne, até porque nós somos uma equipe voluntária, em que também temos nossas atribuições, também [...] como docente, então a gente precisa que os professores que tem contato direto e contínuo com os alunos, que eles nos tragam as suas necessidades, nos informem, porque a gente faz o nosso trabalho e registra, mas nem sempre os alunos se declaram no ato da matrícula e o registro não tem essas informações, então nós sabemos enquanto docente, dos alunos que temos em sala de aula, esses nós mesmos, enquanto equipe identificamos e trazemos para o grupo, agora aqueles outros, a gente fica esperando, e isso não tem acontecido. Geralmente isso vai surgir no Conselho, por exemplo, que eles irão apontar as dificuldades dos alunos, e como fizeram agora, colocaram como uma deficiência do Napne.

Olha, o que eu vejo eu fico de certa forma um pouco, eu diria, estarrecida, fico as vezes chocada, impactada pela demora desse sujeito considerado professor, em entender que a educação é o direito de todos e que nem todos aprendem da mesma maneira, que as pessoas chegam com experiências e bagagens muito diferenciadas e que esse espaço numa instituição pública que tem o compromisso social com a formação é [...] integral desse sujeito, então eu ainda vejo muito resistência depois de discutirmos tanto, de termos tanto documentos, né? Temos a declaração dos direitos da pessoa com deficiência e que foi promulgada pela ONU há tanto tempo e ratificada pelo Brasil né? E essa discussão ser pelo menos [...] que já é antiga e a gente. No entanto, a gente recebe professores que tem uma postura como que não conhece, nunca ouviu falar e eles acabam replicando uma postura pedagógica do tempo que eles foram alunos, né? Então assim, talvez isso haja reflexos de termos experiência de uma grande maioria de professores não licenciados e sim, professores que são bacharéis. Então eu creio que isso seja uma desafazem a se considerar, que há um déficit na sua formação, um déficit pedagógico, esse letramento pedagógico esses professores considerados bacharéis, eles não tem. Então eles tem uma postura muito estruturalista. Então [...] Ele quer ver números, quer ver resultados e ele não considera o processo, né? Ele não considera o processo, as tantas variáveis que tem para se chegar a uma aprendizagem, esse processo de ensino também vai requerer deles algumas modificações, buscar outras alternativas. Então, ainda o que me incomoda é colegas que ainda trabalham naquela visão. Eu tenho uma turma, eu, eu [...] com se a turma fosse homogenia, e eu ensinando dessa forma, quem aprendeu, aprendeu, quem não aprendeu a responsabilidade é do aluno. Nós ainda vimos essa ideia de responsabilização do aluno para o seu ponto fraco, a gente dificilmente se volta para essa forma de trabalha, ensinar [...] A escola ainda responsabiliza o aluno. Então, eu tenho observado, um papel muito acrítico, um papel muito indiferente, sabe? É claro que ele não é a maioria dos docentes, a gente tem muitas pessoas hoje, mais abertas, mais [...] sabe? Que

reconhece o seu papel social. Que a gente sabe o papel que a educação tem com um transformador das condições sociais desse sujeito, no entanto a gente ainda tem um grupo significativo. Eu creio que eu posso usar o termo indiferente, sabe? parece que não consegue reconhecer que aquele sujeito, que apesar de ter uma deficiência, uma limitação, ele também é um cidadão, ele também tem os direitos, precisa ter uma profissão, ser uma pessoa autônoma, emancipada, pessoal e socialmente. Então, o papel do professor é fundamental. Então, a gente observa que com aqueles docentes que tem essa abertura, essa visão crítica que reconhece o seu papel social, ele [...] Isso é fundamental, o aluno consegue, se desenvolve e entre aqueles docentes que não tem, não reconhece isso, o seu papel, para além de um transmissor do conhecimento, sabe? Que saia dessa visão de vaidade, desse lugar de detentor de conhecimento, que tem, que reconhece seu papel como mediador desse processo, quem sai prejudicado no fim é o aluno. Então, assim... eu vejo processo, que é, entre as ações do Napne, ou de qualquer outro grupo, se não tiver a parceria dos professores, essas atividades [...] elas não alcançam o seu efeito total, por conta disso, por conta dessas resistências ou indiferença. Na medida que eu tivesse um corpo docente mais aberto, mais crítico em relação ao seu próprio papel, né? a gente com certeza teria uma instituição muito diferente, a gente poderia se dizer uma instituição inclusiva e acessível de fato.

Então, a gente tem feito, eu acredito, que não da melhor forma possível, da forma mais completa, porque com o apoio da CDAE a gente encaminha algumas sugestões de adequação, sugerimos recursos. No caso dos surdos, nós reivindicamos um intérprete de libras, o tempo todo, em nível de *Campus* como de Reitoria, fizemos isso recentemente e tivemos inclusive a notícia que o *Campus* solicitou a vaga de intérprete, que até então não havia sido feita por conta de não reconhecer o caso deste aluno, que inclusive com base na pergunta anterior, esse é um exemplo, que nós só fomos saber que tinha um aluno surdo no curso noturno, porque a mãe veio nos procurar no mês passado. Então, nós ficamos até surpresos porque não tínhamos esses dados anteriormente pelo registro, e nenhum professor, nenhum coordenador daquele curso nos trouxe essa informação, e a gente, inclusive, perdeu muito tempo em ter buscado a solução para esse aluno. Então a gente só pode intervir e buscar essa adequação na medida que a gente soube... então a gente orientou a mãe, orientou o próprio aluno, fizemos memorando para a direção geral, para a pró-reitoria de extensão que nos apoia nesta atividade. Esse foi o caso deste aluno surdo. Tem um aluno com deficiência visual, indicamos a questão da ampliação, da fonte, entre outros recursos. No caso de deficiência intelectual, falamos da importância de que conteúdos sejam colocados dentro de uma perspectiva mais prática para os alunos. E uma outra adequação que nós temos acompanhado mais direta, no caso tanto de alunos com deficiência intelectual, quanto de algum transtorno, como é o caso de esquizofrenia, de que o aluno não curse todas as disciplinas durante o semestre, como os demais alunos, mas que ele faça de uma forma mais pausada, com menos disciplina para que ele vá dando conta disso sem se sentir pressionado e acabar tendo um mal desempenho em cada uma dessas disciplinas. Só que a gente percebe uma grande resistência dos professores quando nós propomos qualquer tipo de adaptação, e a gente inclusive ouve de forma não formal, que a maioria não coloca isso de uma forma clara, de uma forma... mais que não farão as necessárias adequações. Então assim, nosso maior problema é ter essa sensibilidade,

	ter essa abertura dos professores, porque por mais que o Napne acompanhe, sugira e esteja aqui a disposição para apoiar esses professores, se eles não quiserem fazer, não é? Que cabe a eles essa iniciativa, porque eles é que tem domínio de suas áreas.
CATEGORIA 6 – Conhecer possíveis sugestões propostas pelo entrevistado	
SUBCATEGORIA 6.1 Ouvir possíveis sugestões do entrevistado	
ENTREVISTADOS	UNIDADE DE REGISTRO
Participante Napne/CTag Girlane Florindo	Ainda não se tem a cultura do cuidado nas adequações da escola, é sempre penoso para ao Napne buscar estas; como se o trabalho em prol da acessibilidade fosse exclusivo do Napne.

